

prisma.com

Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Direção

Elisa Cerveira, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal

Conselho Editorial

1. **António Machuco Rosa**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
2. **Armando Malheiro da Silva**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
3. **Fernando Zamith**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
4. **Helena Sousa**, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Portugal
5. **Maria Manuela Cardoso**, Instituto Politécnico do Porto, ISCAP, / Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal
6. **Óscar Mealha**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
7. **Paulo Faustino**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
8. **Sara Jesus Gomes Pereira**, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Portugal

Gestão da Informação

1. **Mariana Paula Martins Selas**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Portugal

Comissão Científica

1. **Alfredo Pena-Vega**, IIAC - Institut Interdisciplinaire d'Anthropologie du Contemporain - Centre Edgar Morin-EHESS/CNRS, França
2. **Ana Isabel Reis**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
3. **Ana Lúcia Terra**, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
4. **Ana Margarida Pisco Almeida**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
5. **António Machuco Rosa**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
6. **Armando Malheiro da Silva**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
7. **Brasilina Passarelli**, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Brasil
8. **Carla Conti de Freitas**, Universidade Estadual de Goiás (Campus Inhumas), Brasil
9. **Carlos Ávila de Araújo**, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Brasil
10. **Carlos Felimer del Valle Rojas**, Facultad de Educación y Humanidades, Universidad de la Frontera, Chile
11. **Cláudio Roberto Magalhães Pessoa**, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, Brasil
12. **Cristina Ponte**, Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Ciências da Comunicação, Portugal
13. **Edileuza Regina Pena**, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais (Campus de Rondonópolis), Brasil
14. **Edson Luiz Riccio**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Brasil
15. **Enoi Dagô Liedke**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Brasil
16. **Fernanda da Silva Martins**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
17. **Fernanda Ribeiro**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
18. **Fernando Ramos**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
19. **Fernando Zamith**, Universidade do Porto - Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
20. **Francisco Alberto Severo de Almeida**, Universidade Estadual de Goiás (Campus Inhumas), Brasil
21. **Francisco Carlos Palleta**, Universidade de S. Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Brasil
22. **George Leal Jamil**, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, Brasil

23. **Helder Bastos**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
24. **Helena Lima**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
25. **Helena Santos**, Universidade do Porto, Faculdade de Economia / CITCEM, Portugal
26. **Inês Amaral**, Universidade Autónoma de Lisboa, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal
27. **Inês Peixoto Braga**, Instituto Politécnico do Porto, ISCAP/ CITCEM, Portugal
28. **Jorge Ferraz de Abreu**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
29. **José António Moreiro González**, Universidad Carlos III, Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación, Espanha
30. **José Azevedo**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
31. **José Simões de Almeida Júnior**, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Brasil
32. **Laura Rosseti Ricapito**, Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, México
33. **Lidia Barboza Norbis**, Universidad de Montevideo, Facultad de Humanidades y Educación, Uruguay
34. **Lídia Oliveira**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
35. **Luc Quoniam**, Université Sud – Toulon Var, França
36. **Lucivaldo Barros**, Universidade Federal do Pará, Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Brasil
37. **Luís Borges Gouveia**, Universidade Fernando Pessoa, Porto / CITCEM, Portugal
38. **Lynn Gama Alves**, Universidade do Estado da Bahia, SENAI - CIMATEC, Brasil
39. **Marcos Galindo**, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência da Informação, Brasil
40. **Maria Beatriz Marques**, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
41. **Maria del Carmen Cruz Gil**, Universidad Carlos III, Madrid, Espanha
42. **Maria Irene Fonseca e Sá**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Brasil
43. **Maria Manuel Borges**, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal
44. **Maria Manuela Pinto**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
45. **María Victoria Carrillo Durán**, Universidad de Extremadura, Facultad de Biblioteconomía y Documentación, Espanha
46. **Moisés Rockembach**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Brasil
47. **Olívia Pestana**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
48. **Paulo Frias**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
49. **Pedro Almeida**, Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte, Portugal
50. **Renata Baracho**, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Brasil
51. **Silvana Vidotti**, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências (Campus de Marília), Brasil
52. **Tom Linden**, University of North Carolina at Chapel Hill, School of Media and Journalism, Estados Unidos da América do Norte
53. **Vasco Ribeiro**, Universidade do Porto, Faculdade de Letras / CITCEM, Portugal
54. **Zeny Duarte**, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Brasil

Periodicidade: semestral (edição de 1 ou 2 números temáticos por ano)

ISSN: 1646-3153

Contacto: prisma.com@letras.up.pt

EDITORIAL

Elisa Cerveira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

elisa.cerveira@gmail.com

É com satisfação que apresentamos o número 51 da revista Prisma.Com, reunindo artigos e resenhas que refletem a diversidade temática e metodológica que tem caracterizado a revista ao longo dos anos.

O conjunto dos artigos desta edição aborda, sob diferentes perspectivas, questões atuais no campo das Ciências da Informação e da Comunicação. Joana Rodrigue abre este número com um artigo que discute a necessidade de práticas normalizadas no uso e produção de imagens em investigação, sublinhando a importância de hábitos que reforcem a gestão de dados e promovam maior reflexão científica sobre o tema.

Jorge Manoel Adão e Armando Malheiro da Silva exploram o fenómeno da infocomunicação à luz da teoria da complexidade de Edgar Morin, evidenciando a sua natureza interdisciplinar e dialógica. O artigo seguinte, de Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura e Mónica Erichsen Nassif, apresenta um estudo empírico sobre os fatores estruturantes que influenciam o compartilhamento de informação numa empresa brasileira, destacando a relevância da cultura colaborativa.

A pandemia de Covid-19 trouxe novos desafios à saúde pública, analisados por Dario de Azevedo Nogueira Júnior e Armando Malheiro da Silva através de um estudo comparativo sobre o uso da teleconsulta em Portugal e no Brasil, revelando diferenças significativas nas políticas digitais adotadas. No campo da comunicação política, Sara Monteiro Machado examina as eleições nacionais portuguesas de 2022, discutindo o impacto das redes sociais sob as lentes da equalização e da normalização, num debate que continua a marcar a literatura internacional.

As resenhas críticas que encerram este número reforçam o diálogo entre a teoria e a prática. Sara Luísa de Oliveira Novais Torres apresenta uma análise atenta da obra *Como perder uma eleição* (2023), de Luís Paixão Martins, publicada pela editora Livros Zigurate. A resenha convida à reflexão sobre as dinâmicas eleitorais contemporâneas, explorando de forma crítica a relação entre comunicação política, opinião pública e estratégias de campanha.

Por sua vez, Isabel Miranda revisita um clássico incontornável da área da comunicação: *Crystallizing Public Opinion* de Edward Bernays, originalmente publicado em 1923 e agora reeditado e traduzido pela G&D Media. A revisão evidencia a atualidade das reflexões pioneiras de Bernays sobre a construção da opinião pública e a influência dos meios de comunicação, permitindo reaproximar o leitor de um texto fundamental para a compreensão das bases da comunicação persuasiva.

Assim, este número reafirma o compromisso da revista Prisma.Com em promover investigação e reflexão crítica sobre fenómenos informacionais e comunicacionais, cruzando contributos teóricos, metodológicos e empíricos que enriquecem o debate académico e social.

Boas leituras!

Guidelines for standardized practices in the use and production of images in research data management context

Orientação para práticas normalizadas na utilização e produção de imagens no contexto da gestão de dados de investigação

Joana Rodrigues

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto and INESC TEC
jsrodrigues@fe.up.pt

Abstract

This paper identifies guidelines to help researchers using or producing images in a research context. Throughout the various experiences carried out during the last years, it became apparent that, although they considered images to be important parts of their projects, most researchers had never reflected on the subject more consistently, nor had they thought about formalizing practices to apply to their projects. The aim of these guidelines is precisely to offer some tips, based on practices mentioned in the literature and consistent with the principles of research data management. The recipients are intended to be researchers, regardless of their field of research and their scientific maturity and experience. I believe that there is no rigid standard of guidelines, but establishing some habits can benefit the scientific process and open up greater debate and scientific production on the subject.

Keywords: Images, Research Data Management; Research Lyfe Cycle

Resumo

Este artigo identifica orientações para ajudar os investigadores que utilizam ou produzem imagens em contexto de investigação. Ao longo das várias experiências realizadas ao longo dos últimos anos, tornou-se evidente que, apesar de considerarem as imagens como partes importantes dos seus projetos, a maioria dos investigadores nunca tinha refletido sobre o assunto de forma mais consistente, nem tinha pensado em formalizar práticas para aplicar aos seus projetos. O objetivo destas orientações é precisamente oferecer algumas dicas, baseadas em práticas mencionadas na literatura e coerentes com os princípios da gestão de dados de investigação. As orientações destinam-se a investigadores, independentemente da sua área de investigação e da sua maturidade e experiência científica. Acredito que não exista um padrão rígido de orientações, mas o estabelecimento de alguns hábitos pode beneficiar o processo científico e abrir maior debate e produção científica sobre o tema.

Palavras-chave: Imagens, Gestão de Dados de Investigação; Ciclo de Vida da Investigação

1. Contextualization

Images in research can be important parts of the research process, whether they are data or metadata. Images should not be captured or chosen in such a way as to be manipulated and used inappropriately, even if it is to serve the research objective a priori [2, 6].

Depending on the assigned purpose, images can assume different roles and importance, can be produced or used at different times in the research process, and can be associated with different collection, editing, and analysis methodologies [2].

These guidelines were designed taking into account the practices highlighted in the literature, personal experience and always taking into account the principles that govern the management of research data. It is important to emphasize that these are not general guidelines for the use and production of images, but rather guidelines for the use and production of images in a research context, based on data management.

The guidelines will be presented along with some examples. It's important to note that these are only some of the possible examples to elucidate the guidelines given at the time.

2. General Guidelines

There is no detailed standard for the production and use of images in research. However, this work made it possible to determine which guidelines should be followed to guarantee the integrity of the images and the investigative process.

Images can take an analog or digital format. Most of the images currently produced are digital (very motivated by technological development), however analog images continue to be produced in different contexts and their importance should never be overlooked.

In a scientific context, when creating images it is of great importance to guarantee their quality. In the case of digital images, it is necessary to check that the image capture instrument is properly calibrated and aligned with the object. In the case of analog images, it is necessary to ensure that they follow the defined production requirements, taking into account the context for which they are intended [5].

It is possible to say that digital images have challenges that are different from analog images, as the immense possibilities of processing, analyzing and editing images, based on increasingly advanced tools and software, call attention to other precautions. For this reason, in the use and manipulation of images, especially digital images, there are some ethical considerations that should guide their use [4]. According to Cromey [4], these considerations can be seen as assumptions or guidelines, namely:

- Scientific images can be compromised by improper manipulations;
- Manipulations of digital images should always be performed on a copy of the original image;

- Simple adjustments to the entire image are acceptable;
- Image cropping is usually acceptable, as long as it does not alter the content of the image;
- Images that are to be compared to each other must be captured under identical conditions and undergo identical processing;
- Manipulations performed only on specific areas of the image are questionable;
- The use of filters to improve image quality is not recommended;
- Cloning or copying objects from other images and composing a new image is very questionable;
- Avoid using image formats with compressions that affect image quality;
- Intensity measurements should be performed on a uniformly processed image calibrated to recognized standards;
- Resolution and magnification are important;
- Caution is required when changing the size, in pixels, of the digital image.

3. Guidelines for Research Image Management

In addition to the more technical and general issues, such as those presented above, the investigation process that involves the use and production of images must consider other guidelines for the management of these images, especially in the sense of following the guidelines indicated in the scope of Research Data Management [2].

It is really crucial to standardize processes, establish methods, and ensure uniformity in image management, as this will make it possible to avoid failures and redundancies [1].

Throughout the work developed in the last years, the research life cycle has been used several times as a tool for analysis. In the case of these guidelines, it was considered that this life cycle could be an ally in order to systematize the information that is intended to be conveyed since it groups the various guidelines by life cycle stages. Figure 1 presents the research life cycle used to establish and organize these guidelines.

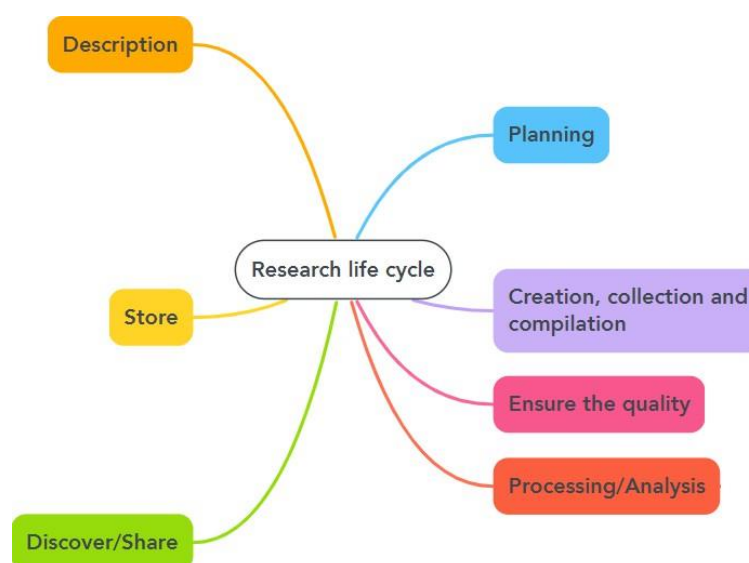


Figure 1) Research Life Cycle

In order to create a set of properly structured guidelines based on good practices, I followed suggestions from the Consortium of European Social Sciences Data Archives (CESSDA)¹, in its 2019 document "Adapt your Data Management Plan: A list of Data Management Questions based on the Expert Tour Guide on Data Management" [3]. This document offered some general ideas that allowed me to organize these guidelines in the context of the images that we consider important to mention.

3.1. Planning

The planning phase is essential whenever we talk about data management, regardless of the type of data [1, 6]. As far as guidelines for image management are concerned, this should be supported by the use of a planning document. This should be seen as a fundamental tool for organizing and structuring all the procedures inherent in the use and production of images throughout the research process, i.e. from the moment it is planned until it is completed.

There is no need for a document that applies exclusively to images. The document can be generic for the project but include a section dedicated to image management. A good research practice is the use of Document Management Plans (DMP), where the entire process relating to the project and its data is documented. The DMP can include a section where image management is explained.

This planning document (whether it is a DMP or not), in addition to explaining the role of data, including images, should contain a set of good research practices. The planning document should take place at the beginning of the project to guide all the following stages. By carrying out this procedure, the planning phase of the life cycle is guaranteed.

Specifying the component of the document relating to the images, it is important to note that, in addition to all the information on the phases of the life cycle of the images, this document must guarantee the presentation of general information about the images. This information is detailed in Table 1.

Table 1) Guidelines for the planning phase

Guidance	Example
<i>General information about the images</i>	
Origin of the images	Captured in the laboratory via microscope
People involved	Principal researcher and research assistants
Definition of the project where the images are inserted	Experience "2.0" within the scope of the "XPTO" Project
Copyright issues	Copyright: exclusive right of the author to reproduce the resource. License: CC BY
Financing	Funded by the research foundation "XYZ"
Contacts	example@project.com
Costs	200 €
Dates	May 2022 - September 2022
Purpose of images	Elaboration of a case study using direct observation of a phenomenon via microscope, with image capture
Type of images	Microscopic images
Format of images	*.png

¹ <http://www.cessda.eu/>

Edition	The images were cropped to measure 210mmx148mm
Quality	Resolution: 1080p
Sample	45 images

The most specific aspects of each image or set of images must be specified later in the detailed description of the project (e.g., collection methodology, analysis techniques, processing tools, among others).

3.2. Creation, Collection and Compilation

Issues relating to the creation, collection, and compilation of images should also be considered and followed according to certain guidelines.

In addition to the more technical aspects of images, this phase of the life cycle must include image organization and storage issues. When one or more images are taken, various details need to be documented. Table 2 shows the guidelines that should be followed in this regard:

Table 2) Guidelines for the creation, collection and compilation phase

Guidance	Guidance description and examples
Formal characteristics of images	name, type, size, dimensions and format of images (e.g., "Figure A", photograph, 68,1 KB, *.jpg, W: 538 pixels x H: 473 pixels)
Organization of images	- Location where the images will be stored, - Structure of folders and files related to the organization of the images
Collection of images	<i>In the case of image use:</i> e.g., obtained through the "XPTO" data repository <i>In the case of images production:</i> e.g., obtained by researcher X, in Furnas do Enxofre, on Terceira Island, between April 22, 2019 and April 24, 2019, using the Canon EOS Kiss X2 Reflex 12.4 camera, in rainy weather conditions, with a temperature of 11°C, wind 18k/h and relative humidity of 52%).
Purpose of images	Specify the purpose of the images in the study. e.g. "The images will be used to verify the facial expressions of the patients involved in the study".
Reuse of images	In the case of reusing images, specify where the images are located, how their search is planned, what the access terms and conditions are, what the expected process and time span for obtaining access to the images are, and what the expected cost relative to this access.

3.3. Processing/Analysis

The way an image is processed and analyzed is decisive in obtaining reliable and trustworthy results. It is not enough to collect an image, it is necessary to determine the procedure and method inherent in the way it will be processed and analyzed. Table 3 sets out the guidelines on this topic.

Table 3) Guidelines for the processing/analysis phase

Guidance	Example
Definition of a strategy for the development of image versions	All images must be backed up, assumed as "backup_figure x". Each time an image is edited, it must be saved as a copy (always keeping the original) and renamed, by including a version identifier (example: "sceloporus magister_version 2")
Who will be responsible for their maintenance and elaboration of criteria for the distinction of versions	Principal researcher
Determination of issues relating to interoperability, namely the use or not of ontologies and terminologies	Use of the OpenCyc ontology
Use of software, and coding issues	Use of the Pix4D (professional photogrammetry and drone mapping)
Determination of image analysis approaches, methods and procedures	Content analysis using qualitative methods

3.4. Ensure the Quality

Quality issues have very specific characteristics in images. If, on the one hand, the content of the image is essential, more technical characteristics, such as the format in which it is stored or even its dimensions, can be essential in guaranteeing the quality of an image. Quality, with the use of editing, can be related to trying to solve some problem with the image or to improve some characteristic. Quality information must be taken into account. Table 4 presents the guidelines for this topic.

Table 4) Guidelines for the ensure the quality phase

Guidance	Guidance description and examples
Editing and image quality issues	<ul style="list-style-type: none"> - Identify if there were problems with the image that require editing if these problems are not identified, and explained the reason for the editing; - Mention important quality issues for the study (e.g. resolution, color, brightness, saturation, etc.)

Determine the minimum quality required for images	The minimum quality required for images must be determined in terms of origin, content, size, format and methods
Explain how the quality of the images will be evaluated	Determine in advance which criteria will define whether the image has sufficient quality (example: clear identification of all elements present in the image, correspondence of the colors present in the image with reality, specific image format, etc.)

3.5. Store

There are various data storage solutions, but the way and method in which data is stored is decisive for aspects such as organizing data, retrieving information and safeguarding resources, for example. With this in mind, it is important to determine the practices to follow when it comes to storage. Table 5 presents guidelines with corresponding examples.

Table 5) Guidelines for the store phase

Guidance	Example
Define where and for how long the images will be stored	The images will be stored in the cloud on the project's resource management platform. Backups will be stored on the project's external disk. The images will be stored for up to 6 months after the total completion of the project, except those present in publications, communications, and platforms such as repositories and directories (for these see the last line of this table).
Specify how and for what periods backups will be carried out	Image backups must be carried out at the same time as the original images are stored in the cloud. Every time a new version of the image is made, a new backup must be made, to be included on the external disk where the other backups are located.
Determine an image recovery strategy in case of loss	If the original image is lost, it must be backed up and a new copy made to the backup disk.
Clarify how access to images will be managed and how data security will be ensured (contingency plan if necessary)	Access to each of the project elements will be determined. The principal investigator and research assistants will have access to all the images and will be able to manage the sharing of some of the resources with other elements. The other elements will have access restrictions. Access will be guaranteed using passwords.
Location and method of storing the images after the project has been completed	After the completion of the project, images that are not part of project reports or publications/communications arising from the project will be deleted (6 months after the total completion of the project). Images that are present in publications, communications, datasets or platforms such as repositories and directories will be kept, always indicating the copyright and licenses for access and use.

3.6. Description

For this specific topic (description), within the guidelines, it was realized that it is essential to explore the practices to follow a little more. The specification of what documentation will be produced in relation to the images could be used as a guideline, as well as what description characteristics will be applied, namely the use of metadata and metadata models. However, it is important to go beyond this and reinforce the idea of the dual role of images: as data and as metadata. This information is described in Table 6.

Table 6) Guidelines for the description phase

Images as data	Images as metadata [7]
The guidelines to be followed should be guided by the good practices standardized by the principles of the RDM	Images should be seen as the agent of description. That is, the value to be included in the descriptive fields.
The metadata model proposed for the description of images, although not a fixed and watertight tool, can be fundamental in the description of image data, especially when it comes to specific characteristics of this typology, such as issues associated with quality, editing, and scale, for example.	If, for textual and numerical values, the indication is a description oriented towards due interpretation, using clear language, focusing on the main information to be presented and without interpretative duality, the same applies to image values. It must be ensured that the images or set of images allow a true reading of what is intended. It is not intended that the image is just a decorative element that accompanies the data, it must be able to be "read" and understood
The use of controlled vocabularies should be seen as an important guideline, as it makes it possible to establish a set of vocabulary elements that restrict the description values, making it possible to standardize the description and improve interpretation.	The image must be accompanied by other values, such as text, whenever necessary
When it comes to images, the description of the data must go beyond what is visible in the present content of the image, i.e. the formal analysis must be accompanied by the analysis of the semantic expression.	The person performing the description must be able to distance themselves from their condition of an unequivocal connoisseur of the image and put themselves in the role of someone viewing it for the first time. They must therefore be able to check that the image contains all the elements necessary for its descriptive function and add other elements whenever they consider that the imagery is not sufficient

3.7. Discover/Share

Increasingly, data discovery and sharing practices are a concern for researchers. Scientific production aims to disseminate it to raise new hypotheses and test ideas. Today, properly cited data or publications are fundamental to the reputation of researchers, their projects, and their research centers. The dynamics of open science promote publication practices that take into account ethical issues, copyright, and transparency, for example, through the use of DOI's and specific reuse and citation conditions. Table 7 shows the guidelines identified as important for this topic.

Table 7) Guidelines for the ensure the discover/share phase

Guidances for discover	Guidances for share
Guarantee that the images will be archived in a reliable data repository	Ensuring the use of a persistent identifier for images
Specification of how the images will be made available (open access or not)	Specifying the formats in which the images will be shared
Number of images to publish (all or just a few?)	Determining the need to use specific software to process the images? If yes, define whether this can be deposited/shared together with the images,
Identify the licenses required for images	Determining how images should be cited when reused
Definition, if necessary, of an embargo period for (all or some of) the images	Specify the existence of agreements or access restrictions that need to be considered
Determine whether there is a risk of delaying the publication/availability of images (in whole or in part). If so, explain what needs to be done to avoid this.	Specify the existence of legal/ethical restrictions that prevent the publication and share of images. Explain whether these restrictions will require action to be taken before images are made available.

3.8. Image Protection

It became clear that the life cycle used should include a phase dedicated to the protection and privacy of data in image format. As this is an emerging issue and the subject of many regulations, it was decided to include a set of guidelines to guarantee this component in image management:

- define whether or not it is mandatory for an ethics committee to approve the use and production of images,
- determine whether it is necessary to request informed consent for the use and production of the images, if so how this permission will be obtained, and how the images will be organized and stored. In the case of informed consent, it must follow the model: "Informed, Free and

Clarifies Consent to Participate in a Research Project in accordance with the Declaration of Helsinki² and the Oviedo Convention³. This consent allows the participants to attest that they agreed to participate in the study and that they were guaranteed confidentiality, the exclusive use of the data collected, and anonymity, promising never to publicize the identification of participants.

- specify how access to images that constitute personal and sensitive data will be controlled,
- define how the security of this sensitive data will be guaranteed,
- provide for the existence of a requirement to notify the privacy officer of images that contain confidential information or special treatment,
- clearly specify if there are images that, due to their privacy conditions, require special treatment or access limits during and after the project,
- how images that constitute personal or sensitive data will be protected during and after the project,
- determine how permissions and restrictions will be reinforced,
- specify whether there are any ownership/copyright issues associated with the images, including clarifying what permission is needed to collect and reuse images and whether, in the case of reuse, rights will be transferred to another organization,
- provide for any restrictions that may occur in terms of privacy.

² <http://epidemiologia.med.up.pt/pdfs/Helsing.2013.pdf>

³ <http://dre.pt/pdf1sdip/2001/01/002A00/00140036.pdf>

4. Conclusion

Images in scientific research play a fundamental role in communicating and analysing data, and it is essential to ensure that their production, use, and management follow well-established guidelines. Standardising these practices contributes to scientific results' transparency, reproducibility, and integrity, ensuring that images are used ethically and rigorously.

Throughout the article, guidelines have been presented that aim to standardise the treatment of images in the context of research data management, considering not only their collection and editing but also the way they are stored, archived, and interpreted. Adopting these practices reduces ambiguities, avoids inappropriate manipulation, and ensures that the images are a reliable reflection of the data obtained. In addition, standardization helps researchers and institutions to establish clear criteria for the production and reuse of images, promoting the credibility of research and facilitating scientific collaboration.

It is important to emphasise that the implementation of these guidelines must be accompanied by continuous reflection on the challenges and technological advances in the field of data management. The evolution of image processing and analysis tools requires constant updating of standards and recommended practices, ensuring that they continue to meet the needs of the scientific community. Thus, standardising the use of images in research should not only be seen as a technical requirement but as a commitment to the quality, ethics, and reliability of scientific data. The application of these guidelines reinforces the importance of a more transparent and accessible science, contributing to the advancement of knowledge responsibly and sustainably.

5. Bibliographic References

- [1] AKERS, Katherine and Doty, Jennifer (2013) "Disciplinary differences in faculty research data management practices and perspectives". *International Journal of Digital Curation*, n 2
- [2] ARCHARYA, Tinku and Ray, Ajoy (2005) "Image Processing: Principles and Applications. *John Wiley Sons, Inc.* New Jersey, ISBN: 978-0-471-71998-4
- [3] CONSORTIUM OF EUROPEAN SOCIAL SCIENCES DATA ARCHIVES (2019) "Adapt your data management plan: A list of data management questions based on the expert tour guide on data management". Retrieved from <https://dmeg.CESSDA.eu/Data-Management-Expert-Guide/1.-Plan/Adapt-your-DMP-Part-1>
- [4] CROMEY, Douglas (2010) "Avoiding twisted pixels: Ethical guidelines for the appropriate use and manipulation of scientific digital images". *Science and engineering ethics*, n 4, pp 639-67
- [5] CROMEY, Douglas (2013) "Digital images are data: And should be treated as such". *Methods in molecular biology (Clifton, N.J.)*, n 1, pp 1-27
- [6] PRYOR, Graham (2018) "Why manage research data?" *Managing Research Data*. Cambridge University Press, pp 1-16

- [7] RODRIGUES, Joana and Lopes, Carla Teixeira (2023) “Images as metadata: A new perspective for describing research data”. *Journal of Library Metadata*, n 23, pp 87-101

O Fenômeno da infocomunicação e a Dialógica Moriniana¹

The Phenomenon of Infocommunication and Morinian Dialogic

Jorge Manoel Adão

PPGET - UEG Luziânia da Universidade Estadual de Goiás, Brasil
jorge.adao@ueg.br

Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
armando.malheiro@gmail.com

Resumo

Este texto faz uma abordagem sobre o fenômeno da infocomunicação, sua presença e relação com a dialógica da teoria da complexidade de Edgar Morin. Objetiva, em geral, investigar, em nível teórico, o fenômeno da infocomunicação contemporânea à luz da dialógica moriniana, como princípio da teoria da complexidade. Em nível metodológico, trata-se de uma investigação qualitativa teórica. Neste texto, a introdução contextualiza a temática; em “sobre a metodologia” faz-se uma abordagem sobre ciência, método, metodologia, teoria e pesquisa; apresenta um explicatio terminorum sobre a infocomunicação e a dialógica moriniana; e, por fim, apresenta algumas reflexões e considerações sobre a infocomunicação à luz da dialógica moriniana. Em nível geral, constatamos que a infocomunicação presentifica a teoria da complexidade porque, desde o fato de ela ser constituída pela informação e pela comunicação, abarca, constitui-se e apresenta-se como interdisciplinar. E, conseqüentemente, é também dialógica na medida em

Abstract

This text addresses the phenomenon of infocommunication, its presence and relationship with the dialogic aspects of Edgar Morin's complexity theory. Its general objective is to investigate, at a theoretical level, the phenomenon of contemporary infocommunication in light of Morinian dialogic, as a principle of complexity theory. At a methodological level, it is a qualitative theoretical investigation. In this text, the introduction contextualizes the theme; in “about methodology” an approach is made on science, method, methodology, theory and research; it presents an explicatio terminorum on infocommunication and Morinian dialogic; and, finally, it presents some reflections and considerations on infocommunication in light of Morinian dialogic. At a general level, we find that infocommunication presents complexity theory because, since it is constituted by information and communication, it encompasses, constitutes and presents itself as interdisciplinary. And, consequently, it is also dialogic insofar as it contains

¹ O presente artigo é fruto de uma pesquisa de pós-doutoramento, em andamento, com lócus na Faculdade de Letras Universidade do Porto (Portugal), no período de 2004 a 2005, intitulada “Infocomunicação na era digital à luz da dialógica moriniana: abordagem a partir do setor de comunicação institucional da Universidade Estadual de Goiás – UEG”, com a supervisão de Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva.

que contém interações, encontros de ordem, desordem e organização. *interactions, encounters of order, disorder and organization*

Palavras-chave: Comunicação e Informação. **Keywords:** *Communication and Information.* Infocomunicação. Teoria da Complexidade. Dialógica. *Infocommunication. Complexity Theory. Dialogic.*

1. Introdução

O presente artigo aborda a temática do fenômeno da infocomunicação e sua relação com a dialógica moriniana partícipe da teoria da complexidade. De antemão, explicitamos que, aqui, entendemos e utilizamos “fenômeno”² como “[...] objeto específico do conhecimento humano que *aparece* sob condições particulares [...]”, conforme Abbagnano (2007, p. 448); e, como “[...] um processo, uma ação que se desenrola [...]”, conforme Japiassu e Marcondes (2001, p. 75).

Indubitavelmente, vivemos uma revolução, em nível de Informação e Comunicação. Em outras palavras, a informação, seja correta ou não, se encontra à disposição de qualquer usuário. Ou seja, desde meados da década de 1980, estamos acompanhando um crescendo sempre mais rápido das tecnologias em todos os segmentos de nossas vidas individuais, em grupos, em sociedades em todos os níveis. Este contexto de mudanças, como não poderia deixar de ser, afeta também as áreas de informação e comunicação, em nosso caso, em nível de pesquisas acadêmico-científicas. Em outras palavras, em nível de informação e comunicação, vivemos em um contexto mais digital e conectado. Conforme Gouveia e Silva (2020, p. 18), “vivemos num mundo digital, conectado, dependente, complexo e entrópico e que impõe novos e recorrentes desafios”.

Estes mesmo autores, citados acima, em relação ao entendimento de comunicação e informação, afirmam que a comunicação não existe sem a informação. Ou seja, mesmo existindo uma interrelação entre elas, a informação é autônoma e precede a comunicação. Aqui, estes autores enfatizam que “a informação é potencialmente comunicacional, tende a ser partilhada pelos interlocutores ou recetores. Comunicação é partilha plena de sentido, o que significa algo mais que uma função transmissora” (Gouveia e Silva, 2020, p. 28). Assim, para estes autores, a partilha de sentido é importante, mas não é suficiente; pois, “a assimilação de informação transforma-se em nova informação, que traz ou devolve a ‘compreensão correta do sentido transmitido’ (ou não...) e, assim, se processa continuamente a interação dialética entre os comunicantes” (id. ib., p. 28, grifo dos autores).

Presentificando este contexto acima, explicitado brevemente, o presente artigo possui como problema de pesquisa e reflexão: qual a presença e os desafios da dialógica moriniana da teoria da complexidade na infocomunicação? Assim, o objetivo geral da presente abordagem consiste em investigar, em nível

² A palavra “fenômeno”, do grego φαινόμενον (phainomenon), significa “o que aparece”. Para Abbagnano (2007, p. 448), atualmente, a palavra fenômeno possui três significados, que podem ser resumidos da seguinte forma: (1) aparência pura e simples (ou fato puro e simples), considerada ou não como manifestação da realidade ou fato real; (2) objeto do conhecimento humano, qualificado e delimitado pela relação com o homem; (3) e, revelação do objeto em si. Japiassu e Marcondes (2001, p. 75) enfatizam que “desde sua origem grega, o termo ‘fenômeno’ tem um sentido ambíguo, oscilando entre a ideia de ‘aparecer com brilho’ e a ideia de simplesmente ‘parecer’. Assim, o fenômeno é algo de pouco seguro e, em última instância, urna ilusão”

teórico, o fenômeno da infocomunicação contemporânea à luz da dialógica moriniana, como princípio da teoria da complexidade.

Os objetivos específicos são os seguintes: (a) fazer uma abordagem, desde suas etimologias, dos conceitos de informação, comunicação e infocomunicação e de conceitos correlatos; (b) explicitar, desde a trajetória de Edgar Morin, as características gerais da teoria da complexidade; e, em específico, do princípio dialógico; (c) e, arrolar, de formar reflexiva, a presença e os desafios da dialógica moriniana na infocomunicação.

Em relação a origem e histórico, o termo aglutinado “infocomunicação” é utilizado pela primeira vez no livro intitulado “e-Infocomunicação: estratégias e aplicações”, publicado no ano de 2014. Desta obra, neste interim, Gouveia e Silva (2023, p. 55) destacam e citam a seguinte nota do Editor:

As ‘ciências da informação e comunicação’ (CIC), campo interdisciplinar que na França já tem um perfil de vinculação acadêmico institucional e um recorte epistemológico, consolidados, encontram, na presente obra, uma original dotação em contexto luso-brasileiro. e-infocomunicação: estratégias e aplicações é resultado do esforço comum de investigadores do NAP Escola do Futuro – USP/Observatório Digital da Universidade de São Paulo, e do Cetac.Media, da Universidade do Porto e da Universidade de Aveiro. Esta publicação, parceria da Escola do Futuro com o Senac São Paulo, traz a público o conhecimento que vem sendo produzido no Brasil e em Portugal sobre o fenómeno infocomunicacional (grifo dos autores).

Assim, especificamente, Gouveia e Silva (2020 - p. 29) nos exortam para que

Tomemos, pois, a infocomunicação não apenas como um conceito operatório, mas como a expressão funcional de um objeto de estudo que, desde logo, desafia a Ciência da Informação a construí-lo e a explorá-lo enquanto ‘arco processual’ ou ciclo dinâmico, basculando do contextual ao aplicativo e tecnológico, e que, conseqüentemente, agrega construtivamente as Ciências da Informação e da Comunicação, através de três eixos fundamentais: 1º. Gênese/produção do fluxo informacional; 2º. Organização e representação da informação; 3º. ‘Receção’, busca e uso ou comportamento informacional (grifos dos autores).

Gouveia e Silva (2020, p. 16) afirmam que em nossas sociedades contemporâneas [...] o digital assume um papel predominante na informação que é processada, armazenada e comunicada e em que indivíduos e organizações podem produzir e consumir informação de um modo quase instantâneo e a qualquer hora e em qualquer lugar”.

Atualmente, a infocomunicação vem sendo abordada em diferentes áreas, à guisa de exemplo, com a supervisão e/ou coautoria de Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva, citamos os seguintes trabalhos: (a) de Gouveia e Silva (2023), “Método e infocomunicação: introdução à dinâmica quadripolar da pesquisa”; (b) de Braga, Silva e Santos (2019), “A infocomunicação no contexto das cooperativas de base agrícola Cooperreca, Cooperprojirau e Coomade em Rondônia, Brasil”; (c) de Silva e Gouveia (2023) , “Da infocomunicação ou uma abordagem interdisciplinar”; (d) e, de Silva (2024), “A infocomunicação em comunidades rurais de baixa literacia: proposta de um modelo de orientação colaborativa para e-turismo em Fontoura”.

Como já explicitado, desde o título do presente projeto de investigação, utilizaremos, como categoria de análise, a dialógica da teoria moriniana da complexidade. Edgar Morin nasceu em Paris (França),

em 1921. É formado em História, Geografia e Direito, migrou para a Filosofia, à Sociologia e à Epistemologia, depois de ter participado da Resistência ao Nazismo na França ocupada na II Guerra Mundial. Autor de mais de 70 livros, tornou-se um dos pensadores mais importantes do século XX. Este autor, sendo conhecido, em geral, por sua obra intitulada *O Método*, estuda, explicita e propõe para o conhecimento humano uma perspectiva transdisciplinar. Sobre a obra *O Método*, Santos et al. (2023, p. 4504) afirmam que

A escrita dessa obra é resultado de um processo longo de aprendizado, de idas e vindas às suas ideias mais profundas sobre a vida e a natureza. Um verdadeiro percurso epistemológico, de reflexão, de construção e reconstrução do seu ser. [...] Seu pensamento complexo teve impacto significativo em vários campos, especificamente em educação, filosofia, sociologia, mídia, ecologia, ciência política, antropologia e estudos de sistemas biológicos complexos.

Na teoria da complexidade, o termo “complexo”, do latim *complexus*, significa aquilo que é tecido, entrelaçado em conjunto. As relações complexas são, simultaneamente, complementares, concorrentes e antagônicas. Assim, o desafio está no alcance de um conhecimento complexo, que consiste em poder rejuntar uma informação a seu contexto e ao conjunto ao qual pertence (Morin, 2002a).

Com Dorneles (2004), lembramos que Morin descreve a teoria da complexidade em um conjunto de obras chamadas “*O Método*”, mas que não é um método porque ele não separa a vida do produzir conhecimento. “A complexidade para Morin não é ‘o método’³ no seu sentido clássico, mas a condição ontológica de se fazer pesquisa e de se compreender o mundo. Para ele, a condição ontológica do mundo e da vida é complexidade” (id. ib., 2004).

Na teoria da complexidade, a dialógica constitui-se em um dos princípios fundamentais do pensamento complexo de Edgar Morin (Santos, Santos e Chiquieri, 2009). Isto é, o diálogo, em Morin, transforma-se em um princípio dialógico, que nos permite manter a dualidade no sentido da unidade.

Em Morin (2000, p. 205), o pensamento complexo é um pensamento que se pensa. “[...] É preciso articular os princípios da ordem e da desordem, da separação e da junção, de autonomia e da dependência, que estão em dialógica (complementares, concorrentes e antagônicas), no seio do universo [...]”.

Enfim, o presente artigo apresenta os seguintes temas: (a) sobre a metodologia; (b) um *explicitatio terminorum* sobre a infocomunicação e a dialógica (princípio dialógico) participe da teoria da complexidade de Edgar Morin; (c) e, algumas reflexões e considerações da infocomunicação à luz da dialógica moriniana.

³ Método: do grego μέθοδος (méthodos). “Este termo possui dois significados fundamentais: 1º qualquer pesquisa ou orientação de pesquisa; 2º uma técnica particular de pesquisa [...]” (Abbagnano (2007, p. 668). Por sua vez metodologia, também oriunda do grego μέθοδος (méthodos) + λόγος (logos – estudo), “com este termo podem ser designadas quatro coisas diferentes: 1º lógica ou parte da lógica que estuda os métodos; 2º lógica transcendental aplicada; 3º conjunto de procedimentos metódicos de uma ou mais ciências; 4º análise filosófica de tais procedimentos (id. ib., p. 669).

2. Sobre a metodologia

Como já anunciado, em nível metodológico, o presente texto trata-se de uma investigação qualitativa teórica. Conforme Severino (2014), a ciência⁴, como a conhecemos atualmente, surgiu na modernidade e, juntamente com seu apoio em pressupostos filosóficos, ela necessita asilar procedimentos metodológicos e técnicos. Ou seja, “a ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos” (id. ib. p. 88).

Conforme este autor, acima citado, para a compreensão do procedimento da ciência, em nível geral, não é suficiente seguir um método e aplicar técnicas.

[...] Esse procedimento precisa ainda referir-se a um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia praticada. É que a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real. [...]. (Severino, 2014, p. 88).

Em outras palavras, este mesmo autor, acima citado, enfatiza que a ciência é realizada quando o investigador aborda fenômenos: aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos.

Para Abbagnano (2007), existem diferentes concepções de ciência, que são diferenciadas de acordo com a garantia de validade que lhes são atribuídas. “[...] Essa garantia pode consistir: 1º demonstração; 2º na descrição; 3 na corrigibilidade” (id. ib., p. 136).

Japiassú e Marcondes (2001), abordando a ciência em geral, enfatizam dois significados. Primeiro, em sentido amplo e clássico “[...] a ciência é um saber metódico e rigoroso, isto é, um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados, e suscetíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino” (id. ib., p. 44). No segundo significado, mais atual, a ciência “[...] é a modalidade de saber constituída por um conjunto de aquisições intelectuais que tem por finalidade propor uma explicação racional e objetiva da realidade”.

Moreira (2004, p. 1), ao abordar sobre ciências formal e factual, em geral, enfatiza que “[...] de certa forma, a ciência é um outro mundo, agora artificial, construído sobre o mundo físico e emocional do homem: é uma tentativa de reconstrução do mundo e do homem feita em termos simbólicos e conceituais”.

Quando abordamos os tipos de conhecimento (senso comum ou popular, filosófico, científico e teológico) lembramos que a ciência se diferencia dos demais por utilizar um método que lhe é próprio, o método científico. Aqui, Severino (2014, p. 108) enfatiza que o método científico “[...] trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos [...]”.

⁴ Etimologicamente, a palavra “ciência” é oriunda do grego Επιστήμη (epistheme) – conhecimento - e, conforme Abbagnano (2007, p. 147), em geral “Conhecimento que inclui, em qualquer forma ou medida, uma garantia da própria validade”. Assim, o oposto do conhecimento é a δόξα (doxa) – mera opinião – caracterizada pela falta de garantia acerca de sua validade” (id. ib., p. 147).

Sobre a ciência, em geral, Ferrater Mora (2000) afirma que a palavra ciência, do latim *sciencia*, etimologicamente significa “o saber”; porém, ele próprio não recomenda utilizar esta equivalência, enfatizando que existem saberes que não fazem parte da ciência. Assim, realizando uma diferenciação entre ciência e filosofia⁵, ele enfatiza que a ciência, em nível geral: de uma maneira cada vez mais completa e detalhada, evolui e nos informa sobre a realidade; é um conhecimento rigoroso, que se faz por intermédio da observação, experimentação, inferência e dedução; se referindo somente ao fenômeno.

Especificamente, em nível de problema de pesquisa, Severino (2014) enfatiza que o que desencadeia uma indagação científica é a percepção de uma situação problemática que envolve um objeto. Ou seja,

[...] na realidade, ‘fatos brutos’ não existem, propriamente falando; não dizem nada: quando ‘observamos’ fatos, já estamos ‘problematizados’, sentindo alguma dificuldade e já de posse de algum esquema de percepção. Estamos querendo exatamente saber por que tais fatos estão ocorrendo dessa maneira. Por isso, não basta ver, é necessário olhar, e para tanto já é preciso estar problematizado e a presença do problema é de ordem racional, lógica (id. ib., p. 108, grifos do autor).

Sobre modalidades e metodologias de pesquisa científica, Severino (2014) afirma que, em geral, é preferível se falar em abordagem qualitativa, pois a nota “qualitativa” não se refere, necessariamente, a uma metodologia em específico. Nas palavras do próprio autor: “são várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas” (id. ib., p. 125).

Sobre a etimologia, conceito e entendimento de “teoria”, do grego *Θεωρία* (*theoria*), concepção, reflexão, contemplação, olhar para algo. Para Severino (2014, p. 90), teoria é um “conjunto de concepções, sistematicamente organizadas; síntese geral que se propõe a explicar um conjunto de fatos cujos subconjuntos foram explicados pelas leis”.

Para Abbagnano (2007), o termo “teoria” possui quatro significados principais. O primeiro, é como especulação e vida contemplativa - significado que teve na Grécia. O segundo aborda a teoria como uma condição hipotética ideal “na qual tenham pleno cumprimento normas e regras, que na realidade são observadas imperfeita ou parcialmente. Este significado está presente quando se diz: ‘teoricamente, deveria ser assim, mas na prática é outra coisa’” (id. ib., p. 952, grifo do autor). O terceiro significado de teoria a trata como “ciência pura”; ou seja, “que não considera as aplicações da ciência à técnica de produção, ou então as ciências, ou partes de ciências, que consistem na elaboração conceitual ou matemática dos resultados; p. ex., “física teórica”” (id. ib., p. 952, grifo do autor). Enfim, o quarto e último significado aborda a teoria como uma hipótese ou como um conceito científico: aqui

⁵ Literalmente, na diferenciação entre ciência e filosofia, Ferrater Mora (2000, p. 457) afirma que “a ciência progride e nos informa, de modo cada vez mais completo e detalhado, sobre a realidade, enquanto a filosofia não progride, porque é um incessante tecer e destecer de sistemas. A ciência é um modo de conhecer, enquanto a filosofia é um modo de viver. A ciência refere-se ao ser; a filosofia, ao dever ser ou, em geral, ao valor. A ciência é um conhecimento rigoroso; a filosofia, concepção do mundo exprimível igualmente mediante a religião ou arte. Por isso, a ciência está de um lado, enquanto a filosofia (com a religião e a arte) está de outro (às vezes considerado oposto). A ciência, conhecimento limitado; a filosofia, conhecimento ilimitado. A ciência opera mediante observação, experimentação, inferência e dedução, enquanto a filosofia opera mediante intuição. Como consequência disso, a ciência refere-se somente ao fenomênico, enquanto a filosofia atinge o numênico etc.”

este autor declara que se debruça mais neste entendimento; pois, a questão da teoria científica “constitui um dos capítulos mais importantes da metodologia das ciências” (id. ib., p. 952).

Sobre a pesquisa, sinônimo de investigação, conforme Severino (2014), possui uma tríplice dimensão, como processo de construção do conhecimento, que são as seguintes:

[...] uma dimensão propriamente epistêmica, uma vez que se trata de uma forma de conhecer o real; uma dimensão pedagógica, pois é por intermédio de sua prática que ensinamos e aprendemos significativamente; uma dimensão social, na medida em que são seus resultados que viabilizam uma intervenção eficaz na sociedade através da atividade de extensão (id. ib., p. 24).

Em outras palavras, estas três dimensões – epistêmica, pedagógica e social – dizem, respectivamente, de uma forma de conhecer, de sua relação com o processo de ensino e aprendizagem e da perspectiva da extensão. A perspectiva da extensão da dimensão social explicita que “o conhecimento só se legitima se for mediação da intencionalidade da existência histórico-social dos homens”.

Para Rampazzo (2015, p. 49), “a pesquisa é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis, em qualquer área do conhecimento” (grifos do autor). Assim, a pesquisa, por intermédio do método científico, tem três elementos que a caracterizam, que são os seguintes: “(a) o levantamento de algum problema; (b) a solução a qual se chega; (c) e, os meios escolhidos para chegar a essa solução, a saber, os instrumentos científicos e os procedimentos adequados” (id. ib., p. 49).

Assim, podemos perceber que diversos autores, que escrevem o conceito de pesquisa/investigação, possuem simetria. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 154), “a pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”. Para Gil (2002, p. 17), a pesquisa pode ser conceituada “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”; e seu desenvolvimento se dá pelos conhecimentos disponíveis, com a utilização de métodos, técnicas e procedimentos científicos.

Enfim, sobre a pesquisa ou investigação qualitativa, Demo (2000, p. 20)⁶ explicita que a pesquisa teórica é “[...] a que é dedicada a reconstruir teorias, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos e, em termos mediatos, aprimorar práticas [...]”.

3. Sobre a infocomunicação e a dialógica moriniana: *explicatio terminorum*

No presente subitem, em nível de fundamentação teórica, apresentamos um *explicatio terminorum*⁷, que, aqui, significa, desde o nível etimológico, uma abordagem dos principais conceitos, entendimentos e reflexões dos temas partícipes deste projeto de investigação. Temas estes que são os seguintes: informação e comunicação, infocomunicação, Edgar Morin, teoria da complexidade e a

⁶ Pedro Demo (2000), em seu livro, intitulado “Metodologia do conhecimento científico”, afirma que, para fins de sistematização, é possível diferenciar quatro tipos de pesquisa, que são os seguintes: pesquisa teórica; pesquisa metodológica; pesquisa empírica; e, pesquisa prática.

⁷ A expressão “*explicatio terminorum*”, do latim, significa, literalmente, explicação dos termos.

dialógica ou princípio dialógico, anel ou circuito tetralógico e a questão da dialética frente a dialógica moriniana.

Etimologicamente, a palavra “informação”, do latim *informatio, informationis*, significa delinear, conceber ideia, moldar na mente. Abbagnano (2007), em seu dicionário de filosofia, sobre informação, remete diretamente ao verbete “cibernética”⁸, que literalmente significa arte do piloto. Ou seja, para este autor, a teoria da informação é parte constituinte da cibernética; pois, “na cibernética também podem ser distinguidos os seguintes aspectos: 1º esquema geral da informação; 2º medida da quantidade de informações; 3º condições que possibilitam a informação; 4º objetivos da informação” (id. ib., p. 133). Para o InFocom (2020, p. 14), a informação é elaborada a partir de dados, que “pode ser entendida como um conceito representativo de algo que possui significado para alguém”.

Conforme Ferrater Mora (2001, p. 1516), Raymond Ruyer destaca quatro sentidos em que o termo “informação” é utilizado, que são os seguintes:

[...] 1na física ele é usado como uma néguentropie, por contraposição a entropia (estrutura específica de um domínio); 2 também na física é usado para designar a estrutura específica circulante (de uma mensagem); 3 na psicologia é usado como a forma que se percebe a si mesma de um campo chamado ‘consciente’; 4 também na psicologia é usado como equivalente a ‘mensagem’, como possuidor de um sentido ou significado (grifos do autor).

Morin (2003), refletindo sobre o fato de estarmos em sociedades de informação, de comunicação e de conhecimento, enfatiza que informação não é conhecimento; porque o conhecimento é o resultado da organização da informação.

O termo “comunicação”, oriundo do latim *communicare*, significa dividir alguma coisa com alguém. Conforme Abbagnano (2007, p. 161), filósofos e sociólogos utilizam este termo

para designar o caráter específico das relações humanas que são ou podem ser relações de participação recíproca ou de compreensão. Portanto, esse termo vem a ser sinônimo de ‘coexistência’ ou de ‘vida com os outros’ e indica o conjunto dos modos específicos que a coexistência humana pode assumir, contanto que se trate de modos ‘humanos’ (grifos do autor).

Assim, este autor especifica que “os homens formam uma comunidade porque se comunicam, isto é, porque podem participar reciprocamente dos seus modos de ser, que assim adquirem novos e imprevisíveis significados”.

Para Ferrater Mora (2000, p. 515), a questão da comunicação – tratada pela psicologia, pela antropologia filosófica, pela filosofia da linguagem e pela semiótica -, possui, fundamentalmente, dois aspectos, que são o linguístico e o existencial. A comunicação linguística “é transmissão de informação, num sentido muito amplo de informação. É uma comunicação do tipo simbólico ou, melhor dizendo, semiótico” (id. ib., p. 515). Os existencialistas – comunicação existencialista -, “afirmam que toda comunicação linguística e simbólica tem lugar dentro de um contexto existencial, dentro de uma atitude, de uma situação” (id. ib., p. 515).

⁸ A cibernética, oriunda do inglês *cybernetics*, “é entendida hoje como o estudo de ‘todas as máquinas possíveis’, independentemente do fato de que algumas delas tenham ou não sido produzidas pelo homem ou pela natureza [...]” (Abbagnano, 2007, p. 133, grifo do autor).

Já Passarelli et al. (2014) enfatizam que o desafio da comunicação consiste em esta possuir uma dimensão dialógica, “pois a sua essência reside na relação; quando se aborda a questão da comunicação, trata-se da questão da alteridade e, portanto, a comunicação é, simultaneamente, um processo político” (id. ib., p. 103). Assim, para estes autores, “comunicar é um exercício de cooperação, de negociação, de construção conjunta de sentido, que pressupõe o respeito pelo interlocutor” (id. ib., p. 103).

Maricato e Reis (2017), abordando e refletindo sobre as relações interdisciplinares entre a ciência da Informação e a ciência da comunicação, afirmam que é evidente que estas áreas são fortemente interdisciplinares. Pois, a interdisciplinaridade faz uma rompe com o paradigma da modernidade e “apresenta-se como possibilidade de trabalhar o conhecimento para soluções de problemas complexos da contemporaneidade” (id. ib., p. 129).

Como já explícito, presente no próprio termo, a “infocomunicação” constitui-se de informação e comunicação. Aqui, Lopes (2022) destaca que, separadamente, as ciências da informação e da comunicação não tinham a capacidade de abordar, englobar todos os fenômenos emergentes, contemporâneos em níveis de comunicação e informações da sociedade. Assim, para esta autora,

[...] a Infocomunicação pode ser compreendida como a união de dois campos de pesquisas ligados de modo interdisciplinar e transdisciplinar com um objetivo em comum: compreender de forma mais complexa os fenômenos que abrangem as novas formas de comunicação e informação da sociedade atual [...] (id. ib., p. 6).

Especificamente sobre o contexto da Infocomunicação, conforme Gouveia e Silva (2020), vivemos em uma realidade em que o analógico foi transformado pelo digital, em um contexto multiverso; e, em um ecossistema digital, “[...] que torna o mundo cada vez mais digitalizado e se relaciona com este por múltiplas formas, criando novos relacionamentos e transformando modos mais tradicionais de processar, organizar e comunicar informação (id. ib., p. 18).

Conforme Lopes (2022, p. 5), o surgimento da Infocomunicação, como uma linha específica de pesquisa e como campo interdisciplinar, se dá neste contexto de necessidade de compreensão de mudanças sociais. Especificamente,

As iniciativas para o surgimento dessa nova linha de pesquisa e campo epistemológico transdisciplinar partiu de instituições provenientes de Portugal e Brasil (mais precisamente na Universidade do Porto, Universidade de Aveiro e na Universidade de São Paulo-USP), em um esforço conjunto de compreender as atuais interações sociais mediadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (id. ib., p. 6).

Conforme Araújo, Paula e Silva Neto (2022, p. 3), o processo informacional é

[...] um processo cognitivo (portanto, de ordem mental) resultante da agência íntima e subjetiva de um observador sobre seu objeto de conhecimento. [...] Assim, a essência do processo informacional seria, também, de natureza individual e resultante de um processo interno de interação com uma materialidade externa a si (seja essa ‘materialidade’ concreta ou virtual). Nesse processo, cabe destacar os objetos da cultura, que podem ser considerados como expressões cristalizadas em um processo externo de ordem material perceptível (sejam verbais

ou corporais; registros impressos, digitais, pictóricos; entidades do mundo fenomênico; ou percepções advindas dos sentidos) (grifo dos autores).

Já Gouveia e Silva (2023, p. 50) explicitam que

Num processo infocomunicacional pleno, se é verdade que o receptor interpreta a seu modo e/ou altera a mensagem, não há dúvida que o grande desafio desse processo é que se atinja efetiva uma partilha de sentido (comunio, isto é comunhão), através de uma interpretação o mais próxima possível do que o interlocutor (ou o Autor de um texto) quis significar (grifo dos autores).

Especificamente, sobre a Ciência da Informação, Queiroz e Moura (2015) afirmam que esta não é tão recente quanto possa parecer. Pois, em meados do século XVI, como a advento da ciência moderna, desencadeia-se os encontros de sociedades científicas, “[...] que os cientistas comunicavam, através de cartas, seus estudos e descobertas, como forma de assegurar também o direito autoral de suas experiências]” (id. ib., p. 27).

Ainda em nível histórico, Paul Otlet⁹, considerado o pai da ciência da Informação, foi um dos fundadores da documentação. Este autor, em sua obra *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, publicada em 1943, define o objeto de estudo da documentação. Paul Otlet, nesta obra, também “[...] propõe metodologias e técnicas para estudá-lo, sinalizando também para a necessidade de criar algumas interdisciplinas, constituídas pelas interfaces com a sociologia, psicologia, lógica, lingüística, estatística, entre outras” (Santos, 2007, p. 10).

Formalmente, a Ciência da Informação surge no Estados Unidos da América do Norte, entre os anos de 1962 e 1963, como consequência de estudos de problemas e questões relacionados a recuperação da informação. Assim, conforme Queiroz e Moura (2015, p. 30),

[...] o princípio da Ciência da Informação está ligado à ideia de recuperação da informação, diante da imensa quantidade e variedade de informações surgidas a partir da década de quarenta. Aqui entrando questões ligadas à Biblioteconomia, à Informática, à Psicologia, à Comunicação, entre outras disciplinas, para ajudar a entender como acontece essa recuperação.

Em nível geral, enfatizamos que, juntamente com Queiroz e Moura (2015, p. 38),

[...] a Ciência da Informação não apenas atua na pesquisa das características da informação e de seu próprio processamento, mas também investiga as propriedades da informação, sua história e suas teorias. Ela é ciência enquanto processo investigativo, mas também possui reconhecido caráter interdisciplinar, o que se percebe claramente pela sua evolução histórica.

Para Gouveia e Silva (2020, p. 20), em relação a Ciência da Informação,

Não são as normas, as técnicas, nem sequer as tecnologias ou ferramentas empregues no processamento e na recuperação da informação que definem a Ciência da Informação, mas o conhecimento amplo e contextual do modo como as pessoas necessitam e buscam a informação,

⁹ Paul Marie Gislain Otlet (1868 — Bruxelas - 1944) foi autor, empresário, visionário, advogado e ativista da paz belga. Conforme Santos (2007, p. 10), “na raiz do pensamento de Otlet está a crença de que a universalização do acesso ao conhecimento seria o caminho para a paz mundial. Esses aspectos são indissociáveis da proposta de criação do campo da documentologia ou bibliologia”.

todavia também, como geram, como coletam, como organizam, como armazenam, como transmitem e como transformam a informação.

A infocomunicação, como partícipe da Ciência da Informação, em nível de entendimento conceitual, conforme Araújo, Paula e Silva Neto (2022), trata-se de um processo de intercâmbio com várias causas. Ou seja, que se constitui de informação e comunicação:

[...] (1) no aspecto informacional, se sustenta na noção de que a informação é (A) derivada da apreensão cognitiva (a partir da reunião de representações e experienciais/percepções sobre os objetos) que os indivíduos fazem de protoinformações; e (B) é, simultaneamente, fixada na mente desses indivíduos – entendidos como mecanismos replicadores de ideias passíveis de se reproduzirem e se modificam através de seleção, associações, variações e acumulação de variantes que seguem o modelo evolutivo darwiniano (advinda da memética) quando das interações com novos ‘hospedeiros’ – e que, (2) no aspecto comunicacional, é sustentada por relações estabelecidas entre indivíduos que comunicam, não somente uma determinada quantidade de informações, mas também intercambiam significações (id. ib., p. 9-10, grifo dos autores).

Presentificando o que já está anunciado na introdução do presente texto, a respeito da teoria da complexidade, em nível geral, são três princípios que nos ajudam a pensar a complexidade (o dialógico, o recursivo e o hologramático). E, ao mesmo tempo, estes três princípios são os princípios da religação dos saberes; religação esta que envolve um problema de reaprendizagem do pensamento.

No princípio dialógico há duas lógicas: “[...] estes dois princípios (duas lógicas) não são simplesmente justapostos, eles são necessários um ao outro [...]” (Morin, 2005, p. 73). Enfatizando que o princípio dialógico é o fulcro da presente investigação; no princípio recursivo ou da recursão organizacional há um ciclo autoconstrutivo, auto-organizador e autoconstrutor.

O princípio ou circuito recursivo - afirmando que os produtos e efeitos gerados por um processo são, ao mesmo tempo, co-causadores desse processo - revela um circuito onde os efeitos retroagem sobre as os próprios produtos produtores do que os produz. Este princípio recursivo ou autoprodutivo causas, sendo rompe com a causalidade linear. “[...] Este circuito implica num processo no qual efeitos e produtos são necessários à sua produção e à sua própria causação” (Almeida e Carvalho, 2013, p. 67).

O princípio hologramático reconhece que a parte está no todo e o todo está na parte. Temos, como exemplo, o fato de que a totalidade de nosso patrimônio genético estar contida no interior de cada célula do corpo (Almeida e Carvalho, 2013). “Um holograma é uma imagem em que cada ponto contém a quase totalidade da informação sobre o objeto representado [...]” (Morin, 2002b, p. 302). Percebemos também este princípio presente na sociedade. Pois, a sociedade, entendida como um todo, “[...] também se encontra em nosso próprio interior, porque somos portadores de sua linguagem e de sua cultura” (Almeida e carvalho, 2013, p. 69).

Conforme Menezes e Lago (2015, p. 475), na complexidade, a ligação fundamental deve ser de natureza dialógica, o que implica uma unidade simbiótica de duas lógicas, que simultaneamente alimentam uma à outra, se opõe e se combatem mutuamente. Em outras palavras,

O diálogo (διάλογος), elaboração dos gregos antigos, na acepção de Morin, transforma-se em um princípio teórico: o princípio dialógico. Um princípio que possibilita a articulação de ideias que à primeira vista, são antagônicas, mas, ao mesmo tempo, complementares e possibilita relação de diferentes saberes, construindo relações das partes com o todo, em busca de uma compreensão significativa (Santos, Santos e Chiquieri, 2009, p. 02, grifos dos autores).

A dialógica, em Morin, manifesta-se, realiza-se no anel tetralógico (ordem – desordem - interações/encontros - organização). Isto é, este autor se utiliza do anel tetralógico para explicar (na relação dialógica) a relação recursiva, complementar, concorrente e antagônica. Assim, quando duas lógicas se encontram elas geram, são, simultaneamente, relações (de): recursividade (circuito de alimentação recíproca); complementaridade (sociedades, associações, mutualismos); concorrência (competições e rivalidades); e, de antagonismo (parasitismo, depredações).

No anel ou circuito tetralógico, ordem, desordem e organização se estruturam e são inconcebíveis sem interações. Ou seja,

[...] O circuito tetralógico significa também que quanto mais a organização e a ordem se desenvolvem, mais elas tornam-se complexas, mais elas toleram, utilizam e até necessitam da desordem. [...] Esses termos ordem/organização/desordem e, sem dúvida, interação se desenvolvem mutuamente uns nos outros. O circuito tetralógico significa então que não se saberá isolar ou hipostasiar algum desses termos. Cada um adquire sentido na sua relação com os outros. E preciso concebê-los juntos, ou seja, como termos ao mesmo tempo complementares, concorrentes e antagônicos (Morin, 2002a, p. 78-79, grifos do autor).

Na teoria da complexidade, o princípio dialógico diferencia-se da dialética hegeliana; “[...] pois, em Hegel, as contradições encontram uma solução e suprimem-se numa unidade superior. Na dialógica, os antagonismos persistem e são constitutivos das entidades ou dos fenômenos complexos” (Morin (2002b, p. 300). Ou seja, este princípio moriniano une duas ou mais lógicas que se nutrem e se complementam, também ao se oporem, se contradizerem e se combaterem - constitui-se em uma condição sine qua non para a existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado.

Ainda a respeito da dialética hegeliana e da dialógica moriniana, Santos et al. (2023) fazem uma abordagem intitulada “A transição da dialética para a dialógica, na trajetória de vida de Edgar Morin”. Estes autores possuem como objetivo central “apresentar um itinerário do percurso de vida e das ideias de Edgar Morin, sua transição entre dialética e dialógica e sua abordagem sobre o pensamento complexo, a fragmentação dos saberes e a transdisciplinaridade, a partir da dimensão da educação” (id. ib., p. 4508). Em poucas palavras, estes autores enfatizam que a dialética hegeliana presume momentos de superação definitivos, onde o encontro dos contrários redundaria em uma síntese finalmente superadora. “Morin não vê esta possibilidade de sínteses definitivas e sim a dura realidade da convivência dos contrários como que a sustentar o movimento da vida, o movimento da história e o movimento do pensamento” (id. ib., p. 4510).

4. Infocomunicação à luz da dialógica moriniana: algumas reflexões e considerações

Aqui, neste subitem, à guisa de considerações finais, fazemos algumas reflexões, aproximações da dialógica – princípio dialógico – da teoria da complexidade de Edgar Morin com a infocomunicação – informação e comunicação.

Desde o conceito e entendimento (*explicatio terminorum*) de informação e comunicação, ao se afirmar que uma não existe sem a outra (Gouveia e Silva, 2020), explicitamos que as mesmas implicam, possuem uma relação dialógica. Em outras palavras, em um primeiro momento, cada uma delas – informação e comunicação -, possuem em seus fulcros complexidade.

Conforme o InFocom (2020, p. 14, a informação é elaborada a partir de dados, “pode ser entendida como um conceito representativo de algo que possui significado para alguém. Assim, entendemos que a complexidade está presente desde os dados até no significado que possa ter, dependendo das pessoas e situações enquanto lócus diferentes; bem como a complexidade está presente na própria transmissão dos dados. Aqui, Ferrater Mora (2001, p. 1516) nos lembra que uma informação “que não ofereça indeterminação não é, propriamente falando, informação”. Morin (2003, p. 12) explicita que “a comunicação ocorre em situações concretas, acionando ruídos, culturas, bagagens diferentes e cruzando indivíduos diferentes. Ela é sempre multidimensional e complexa”.

Em termos de comunicação, desde o entendimento de Passarelli et al (2014, p. 103), por exemplo, de que “comunicar é um exercício de cooperação, negociação, que se pressupõe o respeito pelo interlocutor”; afirmamos que esta possui em sua gênese uma relação complexa, ao ter vários elementos entrelaçados em conjunto. Ou seja, para que o processo de comunicação aconteça é necessário que todos os elementos – emissor, receptor, mensagem, código, canal e referente - estejam entrelaçados em conjunto.

Em um segundo momento, ao se explicitar a existência de uma interdisciplinaridade, na informação e na comunicação estamos, necessariamente, nos referindo também a relações complexas. Maricato e Reis (2017) enfatizam que, desde a literatura, a concepção de informação e comunicação, enquanto ciências, manifesta-se interdisciplinar.

Em nível de infocomunicação, como enfatiza Lopes (2022), esta resulta da união de dois campos de pesquisa de maneira inter e transdisciplinar com um objetivo comum. Objetivo este que consiste em “compreender, de forma mais complexa, os fenômenos que abrangem as novas formas de comunicação da sociedade atual” (id. ib., p. 6).

Assim como há complexidade no seio da informação e da comunicação também existe dialogicidade quando as duas se encontram na infocomunicação. A dialógica moriniana ocorre e corporifica-se no anel ou circuito tetralógico, constituído de ordem, desordem, encontros (interações) e organização. Como já explicitado, esse anel tetralógico é o que explica, na dialógica, as relações recusiva, complementar e antagônica.

Em outras palavras, na infocomunicação há a presença do princípio dialógico e, ao mesmo tempo, relações de recursividade e hologramáticas entre informação e comunicação. As relações dialógicas

estão no fato de que entre comunicação informação e comunicação, desde seus elementos constituintes, há sempre interações entre ordem, desordem e organização.

As relações recursivas se fazem presentes, por exemplo, quando se constata que as pessoas porque se comunicam, vivem em comunidade. Em outras palavras, o princípio recursivo, rompendo com a causalidade linear, constata que nós mesmos, em nível de reprodução, por exemplo, somos produtos e produtores desta comunidade, que é gerada e se mantém pela infocomunicação.

No princípio hologramático, a ideia de holograma ultrapassa o reducionismo (que só vê as partes) e do holismo (que só vê o todo). Ou seja, o todo está na parte que está no todo (Morin, 2005). Assim, na infocomunicação (o todo) temos presentes todos os elementos constituintes da informação e da comunicação (partes), tendo presente que a infocomunicação não consegue abarcar todas as particularidades da informação e da comunicação e todos os elementos constituintes da informação e da comunicação não se subsumem na infocomunicação.

Enfim, em nível geral, constatamos que a infocomunicação presentifica a teoria da complexidade porque, desde o fato de ela ser constituída pela informação e pela comunicação, abarca, constitui-se e apresenta-se como interdisciplinar. E, conseqüentemente, é também dialógica na medida em que contém interações, encontros de ordem, desordem e organização.

5. Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. (2007). Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes.

ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis (Org.) (2013). Edgar Morin. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. 6. ed. São Paulo: Cortez.

ARAÚJO, Eliane Pawlowski de Oliveira; PAULA, Claudio Paixão Anastácio de; SILVA NETO, Ricardo da Silva Neto. (2022). Infocomunicação e protoinformação: ensaios conceituais e definições (Resumo Expandido).In. *XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação • ENANCIB Porto Alegre*.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. (1994). Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto.

BRASIL. Ministério da Educação. (2023). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da educação superior 2022: notas estatísticas. Brasília: MEC/Inep.

CORAIOLA, Diego M.; SANDER, Josué Alexandre; MACCALI, Nicole; BULGACOV, Sergio. (2014) Estudo de caso. Para submissão ao livro Pesquisa Qualitativa em Administração: Fundamentos, Métodos e Usos no Brasil. Capítulo 12. Universidade Federal do Paraná. Fundação Getúlio Vargas.

DEMO, Pedro. (2000). Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas.

FERRATER MORA, José. (2000). Dicionário de filosofia. São Paulo: Loyola.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2004). Educação. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 10 fev. 2024.
- GOUVEIA, Luis Borges; SILVA, Armando Malheiro da. (2020). A infocomunicação ou a convergência das ciências da informação e da comunicação para um objeto comum. *Páginas a&b*. S.3, nº especial (2020) 15-33.
- GOUVEIA, Luis Borges; SILVA, Armando Malheiro da. (2023). Método e infocomunicação: introdução à dinâmica quadripolar da pesquisa. Belo Horizonte: Conhecimento.
- InFocom. Grupo de Pesquisa em Comportamento e Competências InfoComunicacionais. (2020). Glossário de conceitos infocomunicacionais. Porto Alegre: InFocom.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. (2001). Dicionário básico de filosofia. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- LIMA, Paulo Gomes (2023). Fundamentação epistemológica do paradigma da complexidade e a dialógica com a formação de professores.
- LOPES, Flávia. (2022). Pós-verdade: uma crítica a partir da perspectiva da infocomunicação. *Austral Comunicación*, Volumen XI, número 2 - Diciembre de 2022, 21 p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. (2003). Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- MARICATO, João de Melo; REIS, Filipe. (2017). Relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Ciência da Comunicação: uma análise a partir de citações, formação das bancas e palavras-chave das teses das áreas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.22, n.1, p.112-132, jan./mar. 2017.
- MENEZES, Nilton César Rodrigues; LAGO, Clenio. (2015). Diálogo entre pensamento complexo e hermenêutica filosófica. *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 15, n. 3, p. 469-488, set-dez 2015.
- MOREIRA, Daniel Augusto. (2004). O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Thomson Pioneira.
- MORIN, Edgar. (2003). A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, nº 20 (abril 2003) – quadrimestral, p. 6-12.
- MORIN, Edgar. (1999). Ciência com consciência. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MORIN, Edgar. (2005). Introdução ao pensamento complexo. 5. ed. Porto Alegre: Sulina.
- MORIN, Edgar. LE MOIGNE, Jean-Louis.(2000). A inteligência da complexidade. São Paulo: Peirópolis.
- MORIN, Edgar. O método 1. (2002a). A natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina.
- MORIN, Edgar. O método 5. (2002b). A humanidade da humanidade: a identidade humana. Porto Alegre: Sulina.
- PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando (Org.) (2014). e-Infocomunicação: estratégias e aplicações. São Paulo: Senac/Escola do Futuro-USP.

- PASSARELLI, Brasilina; RIBEIRO, Fernanda; OLIVEIRA, Lidia; MEALHA, Oscar.(2014). Identidade conceitual e cruzamentos disciplinares. In: PASSARELLI, Brasilina; SILVA, Armando Malheiro da; RAMOS, Fernando (Org.). In. *e-Infocomunicação: estratégias e aplicações*. São Paulo: Senac/Escola do Futuro-USP. P. 79-121.
- PETRAGLIA, Isabel Cristina. (2000). Complexidade e auto-ética. *EccoS – Revista Científica*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 09–18. DOI: 10.5585/eccos.v2i1.183. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/183>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- PEIXOTO, Joana. (2012). Aula inaugural do Mestrado em Educação, Tecnologias e Linguagens. Anápolis: UEG.
- QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. (2015). Ciência da Informação: história, conceitos e características. *Questão*, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, ago/dez.
- RAMPAZZO, Lino. (2015). Metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Loyola.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei; GRUBBA, Leiliane (2012). A epistemologia da complexidade: para uma pesquisa científica do direto.
- SANTOS, Akiko; SANTOS, Ana Cristina Souza dos.; CHIQUIERI, Ana Maria Crepaldi (2009). A dialógica de Edgar Morin e o Terceiro Incluído de Basarba Nicolescu: uma nova maneira de olhar e interagir com o mundo. In: *III EDIPE Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino, Anais de Evento*, 2009. P. 01-26.
- SANTOS, Ademar Alves dos; ROZENDO, Jefferson Florencio; HANSEL, Tiago Fernando; SOARES, Luciano Gomes; PLACIDO, Reginaldo Leandro; PLACIDO, Ivonete Telles Medeiros; MONTEIRO, Rhadson Rezende; COELHO, Helbert Vinicius; SILVA, José Antonio da; NASCIMENTO, Isidro José Bezzerra Maciel Fortaleza do; JORKE, Gabriel Antonio Ogaya; ALMEIDA, Darlon Alves de. (2023). A transição da dialética para a dialógica, na trajetória de vida e pensamento de Edgar Morin. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v.15, n.5, p. 4501-4519.
- SANTOS, Paola. (2007). Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 36, n. 2, p. 54-63, maio/ago.
- SEMESP. (2024). Mapa do ensino superior 2023. 13. ed. São Paulo: SEMESP.
- SEVERINO, Antônio Joaquim(2014). Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Comunicação setorial. (2024). Disponível em: “<https://www.ueg.br/referencia/12673>”. Acesso em: 11 jul. 2024.
- YIN, Robert. K. (2005). Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman.

Compartilhamento de Informação a partir dos Elementos Estruturantes da Organização: o caso de uma empresa brasileira

Information Sharing Based on the Organizational Structuring Elements: The Case of a Brazilian Company

Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura

Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG). Brasil
ritakmartins@hotmail.com

Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
armando.malheiro@gmail.com

Mônica Erichsen Nassif

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Brasil
menassif89@gmail.com

Resumo

O estudo analisa o nível de influência dos elementos formadores da organização (estrutura, cultura, poder e estratégia) na atitude para compartilhar informações dos funcionários de uma empresa alimentícia brasileira. Para a análise dos dados coletados utilizou-se da Análise de Trilha para que os efeitos diretos e indiretos das variáveis fossem mensurados. Os resultados mostram que o poder e a cultura organizacional exercem maior influência direta, enquanto a estratégia teve impacto negativo. O valor mais significativo encontrado foi o residual confirmando que a atitude para o compartilhamento é uma decisão individual. Entretanto, essa decisão pode ser influenciada por uma cultura colaborativa e por políticas de gestão de pessoas objetivando promover um

Abstract

The study analyzes the level of influence that organizational elements (structure, culture, power, and strategy) have on employees' attitudes towards information sharing in a Brazilian food company. Path Analysis was used to assess the collected data, allowing for the measurement of direct and indirect effects of the variables. The results show that organizational power and culture exert the greatest direct influence, while strategy had a negative impact. The most significant value found was the residual, confirming that the decision to share information is an individual one. However, this decision can be influenced by a collaborative culture and human resource management policies aimed at fostering an

ambiente que favoreça o compartilhamento das *environment conducive to information sharing, which in* informações e, por meio delas, a criação de *turn facilitates knowledge creation*. conhecimento.

Palavras-chave: Compartilhamento; Cultura **Keywords:** *Information Sharing; Organizational Culture;* Organizacional; Elementos Estruturantes; Organizações. *Structuring Elements; Organizations.*

1. Introdução

“Um antropólogo visitou um povoado africano. Ele quis conhecer a sua cultura e averiguar quais eram os seus valores fundamentais. Para isso, ele propôs uma brincadeira às crianças. Ele colocou um cesto de frutas perto de uma árvore. E disse o seguinte às crianças: - A primeira que chegar à árvore ficará com o cesto de frutas.

Mas, quando o homem deu o sinal para que começasse a corrida em direção ao cesto, aconteceu algo inusitado: **as crianças deram as mãos umas às outras e começaram a correr juntas**. Ao chegarem ao mesmo tempo todos desfrutaram do prêmio. Eles se sentaram e repartiram as frutas.

O antropólogo lhes perguntou por que tinham feito isso, quando somente um poderia ter ficado com todo o cesto. Uma das crianças respondeu:

- 'Ubuntu'. Como um de nós poderia ficar feliz se o resto estivesse triste?

O homem ficou impressionado pela resposta sensata desse pequeno. Ubuntu é uma antiga palavra africana que na cultura Zulu e Xhosa significa “Sou quem sou porque somos todos nós”. É uma filosofia que consiste em acreditar que cooperando se consegue a harmonia, já que se consegue a felicidade de todos.

Ubuntu pra você!” (Grifo Nosso).

Essa lenda africana ilustra um dos princípios fundamentais das organizações apontado por Barnard (1971): a organização é um sistema cooperativo. Há de se considerar ainda os achados de Elton Mayo (1984) na Experiência de Hawthorne o qual aponta ser a pessoa um “Homem Social” que necessita pertencer a um grupo e esse sentimento de pertencimento o faz trabalhar em processo colaborativo com o seu par. Alinhado aos achados de Elton Mayo, Dejours (2004) reitera que o ato de trabalhar não se reduz a produzir, envolve viver junto, estreitar laços de cooperação e de solidariedade, construir coletivos que possam se amparar com afeto cotidianamente as relações de trabalho que, a cada dia, se mostram mais recrudescidas. Corroborando estas análises, Sennett (2012, p. 89) afirma que “todos os animais sociais colaboram porque na solidão a abelha, o lobo ou o ser humano não são capazes de garantir a própria sobrevivência”.

Entretanto, toda proposta de desenho e de organização do trabalho, nos últimos anos, coloca o trabalhador como ser isolado de seus pares valorizando o individualismo fazendo-o compreender que a eficiência na execução de suas tarefas depende majoritariamente de seu trabalho e, necessariamente, da execução daquilo que lhe é proposto. Tal perspectiva se desenvolveu ao longo da era industrial em que o paradigma taylorista/fordista se consolidou como a forma mais significativa

para desenhar os processos de organização do trabalho fazendo com que esse princípio, o da cooperação, fosse ficando cada vez mais longínquo e a execução do trabalho cada vez mais individual. Praticamente, no âmbito das organizações modernas trabalha-se sozinho, aspecto esse conceituado por Sennett (2012) como “trabalhadores dos silos”, buscando alcançar níveis cada vez mais altos de eficiência, tendo como ponto incentivador a política de valorização que insiste em significar o âmbito individual. Estes aspectos corroboram para a perda da habilidade do viver junto, ou conforme constatado por Sennett (2012, p 19), “a sociedade moderna está desabilitando as pessoas da prática da cooperação”.

Este avanço do paradigma taylorista/fordista é fruto do pensamento administrativo que compreende a organização, ainda hoje, como um lugar de racionalidade plena e objetividade constante dando ênfase à utilização dos recursos de forma eficiente conduzindo a resultados eficazes e competitivos. Contudo, não se pode ignorar os aspectos simbólicos que permeiam este contexto e, também, os diferentes interesses e objetivos decorrentes das pessoas que compõem esse ambiente. Mintzberg (1995) aponta ser necessário levar em consideração que a organização, em sua completude, é um sistema social-econômico-político o que demarca a sua natureza complexa. Sob esta perspectiva, Silva (2005) argumenta que para entender o agir dos funcionários, dentre outros aspectos, necessita-se analisar os processos, compreender o desenho da arquitetura organizacional, a cultura, as relações de poder, como as lideranças são exercidas, e, também, como a estratégia é definida. Ou seja, é preciso compreender a natureza complexa e os elementos formadores da organização.

Frente ao exposto e considerando as análises dos diferentes autores, este estudo se propõe a compreender como os principais elementos formadores da organização proposto por Silva (2005), estrutura-cultura-poder-estratégia, influenciam e quais são suas intensidades em relação a um comportamento de disponibilidade de seus funcionários para o compartilhamento de informação no contexto organizacional.

Para tanto, desenvolveu-se um estudo de caso em uma empresa alimentícia brasileira que atua no mercado nacional e internacional utilizando como base metodológica de interpretação dos dados a Análise de Trilha. Os achados, pós análise, demonstram que os elementos do modelo conceitual da Estrutura Molecular da Organização (Silva, 2005) exercem influência de forma indireta na disponibilidade dos funcionários para o compartilhamento da informação. Ou seja, os resultados permitem inferir que as pessoas no ato do compartilhamento de informação é o elemento mais significativo sem, contudo, negar o poder de influência da cultura e da gestão (representado pelo elemento poder no modelo) ora agindo como estimuladores ora como inibidores do comportamento humano dentro do cenário organizacional.

Neste âmbito destaca-se o protagonismo das pessoas no que tange ao compartilhamento no ambiente corporativo trazendo para o centro da discussão a importância da gestão de pessoas. Considerando, nesta perspectiva, propostas mais democráticas o que irá favorecer uma ambiência mais livre, aberta e cooperativa para a participação dos funcionários no processo de construção e (re)construção do conhecimento organizacional.

2. Organizações e o Compartilhamento de Informações

Há tempos as organizações, de forma geral, buscam por modelos mais competitivos que favoreça a elas níveis maiores de eficiência e eficácia. Nesta busca por melhores níveis de competitividade, um dos aspectos que precisa ser considerado é a dinamicidade que as organizações vivenciam em seu mercado, haja vista as modificações por que passaram pós a falência do sistema taylorista-fordista. Todas estas modificações, segundo Kumar (1997, p. 49), são decorrentes da revolução da informação que “é o último e, de longe, o passo mais progressista, na sequência de mudanças que vêm transformando a sociedade humana desde os tempos mais remotos”.

Como resultado destes aspectos transformadores, as organizações tiveram de se reconstruir. Ou seja, se o modelo industrial assentado no paradigma taylorista/fordista já estava saturado não respondendo mais às exigências do mercado outras formas de gestão tiveram de ser buscadas. Wheatley (2006) aponta que nessa nova desordem os sistemas, as organizações mais especificamente, precisaram e precisam se auto-organizar para encontrarem novas formas de se manterem e sobreviverem no mercado que tem a dinamicidade como ponto fulcral.

Em relação a estas modificações, Kumar (1997) afirma que a moeda de valor no que tange aos trabalhadores se alterou passando do trabalho operacional (princípio do paradigma taylorista/fordista) para o conhecimento o que levou a uma transformação no modelo de gestão das organizações e, em decorrência, no modelo de gerir as pessoas, fazendo com que elas se voltassem para o capital humano. Isto se faz necessário porque na contemporaneidade, a informação e o conhecimento se converteram, conforme já apontado, em recursos econômicos essenciais tendo como consequência um novo olhar sobre os elementos que formam as organizações, principalmente, as pessoas.

As pessoas, dentro desta perspectiva, “constituem o princípio essencial de sua dinâmica, conferem vitalidade às atividades e processos, inovam, criam, recriam contextos e situações que podem levar a organização a posicionar-se de maneira competitiva” (Davel; Vergara, 2010, p. 3). Este fato se explica, por ser o conhecimento, conforme a perspectiva de Barreto (1994, p. 4), “forçosamente individual e subjetivo”, entretanto para ser multiplicado e transformado o mesmo precisa ser compartilhado. Nesse contexto, a cooperação desponta como ponto essencial para que a informação e o conhecimento se transformem em uma teia sutil e resiliente, entrelaçando, de maneira harmônica, todos os processos e recursos organizacionais. Essa dinâmica oportunizará a construção de um trançado que favorecerá as partilhas informacionais, capazes de contribuir novos patamares de conhecimento e competências dentro do cenário organizacional.”

Tudo isso coloca o ato do compartilhamento da informação em um lugar de destaque e, ao mesmo tempo, como um desafio imenso para as organizações. Tal desafio envolve compreender as variáveis que irão influenciar a atitude para compartilhar aquilo que a pessoa sabe, pois ele é um ato voluntário e carregado de significados. Corroborando esta perspectiva, Choo (2003, p. 80) aponta que a “informação é fabricada por indivíduos a partir de sua experiência [...]. Desta forma, um modelo de uso da informação deve englobar a totalidade da experiência humana: os pensamentos, sentimentos, ações e o ambiente onde eles se manifestam”.

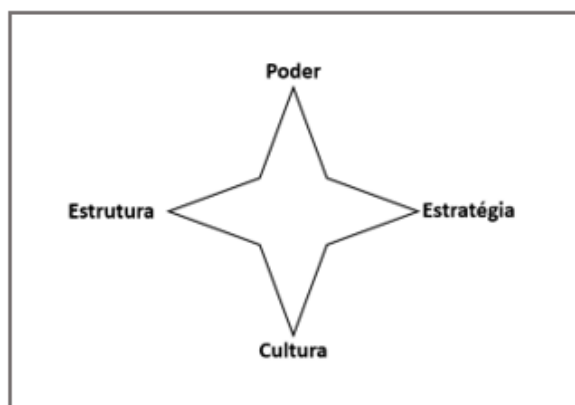
Todas estas considerações sobre organizações e seus membros tornam essencial que os estudos dedicados a elas também abordem essa plenitude organizacional. Notadamente, no que diz respeito às pesquisas sobre compartilhamento do conhecimento e/ou das informações Wang e Noe (2010) afirmam que há um gap na compreensão do contexto organizacional. Esse gap decorre do fato de que alguns estudiosos desconsideram as especificidades que compõem a totalidade da organização. Os autores apontam que na análise dos estudos que focam na temática em distintos cenários organizacionais há uma concentração em cinco áreas: contexto organizacional, características interpessoais e de equipe, características culturais, características individuais e fatores motivacionais. Continuando a análise, Wang e Noe (2010) apontam como ponto comum nestes estudos o foco unilateral em que se sustentam os diferentes resultados sem considerar que a organização é um ente social onde ocorrem cotidianamente interações interpessoais, jogos políticos e relações de poder. Neste entendimento, é preciso levar em consideração que a organização é um espaço onde, segundo Cunha (1995, p. 99), convivem “realidades complexas e multifacetadas, elas encontram-se repletas de uma enorme diversidade (de capacidades, pessoas, tecnologias, interesses, pensamentos, ações), que faculta a equifinalidade” o que a torna um processo robusto que faz com que quaisquer teorias, que tentem explicar sua realidade, se torne simplista e incompleta.

Nesta linha de raciocínio, um pressuposto que busca explicar a organização a partir de seus elementos formadores é proposto por Silva (2005). O autor aponta que as organizações necessitam ser compreendidas em sua totalidade pois “os elementos da estrutura, da estratégia e do ambiente definem as ordens de relações intra e inter organizações” (Silva, 2005, p. 35) sendo elas construídas “em função da intensidade competitiva e das regras de negócio, estrutura, do modelo de gestão e das políticas” (Silva, 2005, p. 22).

Para explicar esses elementos estruturantes das organizações, Silva (2005) foca no poder, que envolve a liderança, na estrutura, na cultura e na estratégia sendo esses os formadores da estrutura molecular das organizações compondo o seu retrato fisionômico. Na perspectiva do autor, cada elemento formador dessa estrutura possui suas particularidades, porém, não se pode ignorar a interdependência e a capacidade de influência de um elemento sobre o outro.

A Figura 1 sintetiza a proposta do referido autor.

Figura 1 - Estrutura Molecular das Organizações



Fonte: Silva, 2005, p. 35

Partindo do elemento poder, Silva (2005) compreende que o mesmo tem centralidade na liderança exercida nos contornos da organização. O “sistema de gestão preocupa-se em alocar os recursos adequados, sejam eles quais forem, para que exista a estabilidade produtiva necessária para responder às diferentes e diversificadas solicitações do mercado” (Silva, 2005, p. 33).

Silva, Dos Santos e Marques (2002, p. 26) afirmam que os gestores devem, em um contexto organizacional, serem vistos “como principais comunicadores e orientadores de uma corporação, capazes de moldar seus subordinados, de forma ética e positiva, para que prontamente todos desempenhem sua função”. Compreende-se, desta forma, ser a liderança imprescindível para quaisquer organizações pois é por meio dela que os objetivos são alcançados. Quanto ao estilo, os autores citados ainda argumentam que “se refere ao nível de autoridade do líder, seu comportamento em relação a seus liderados, a maneira como influencia condutas e se relaciona com a equipe de trabalho” (Silva; Dos Santos e Marques, 2002, p. 27).

O polo estrutura, na proposta de Silva (2005), dá ênfase ao tipo de configuração estrutural que a organização adotou como modelo. Mintzberg (1995) afirma que ao se propor estudar as organizações é primordial iniciar pela estrutura pois, dessa forma, é o design que irá propiciar o conhecimento profundo sobre elas. Segundo o autor, “a estrutura de uma organização pode ser definida como [...] [...] a soma total das maneiras pela qual o trabalho é dividido em tarefas distintas e, depois, como a coordenação é realizada entre as tarefas [...]” (Mintzberg, 1995, p. 10) com vistas à obtenção de uma integração ou consonância interna. Complementando estes argumentos, Sahay e Gupta (2011) afirmam ser a estrutura um retrato de como o poder é delineado e distribuído ao longo da cadeia hierárquica organizacional.

O polo estratégia, na perspectiva de Silva (2005), concentra a força da organização e, de acordo com o autor, é o núcleo molecular do modelo aglutinando a missão, visão, objetivos, ações e as políticas estabelecidas guiando o esforço organizacional no mercado em que ela está inserida. Corroborando esta análise, Chandler (1969) afirma que a estratégia é o elemento definidor de todo contexto organizacional, ou seja, a estrutura segue a estratégia. Sob essa ótica, torna-se evidente a importância do ambiente como elemento essencial na transformação e no crescimento das organizações, que se desenvolvem em diálogo com as oportunidades e exigências que o mercado lhes impõe. Nesse sentido, Mintzberg (1995) observa que, ao procurarem responder de forma mais eficaz às demandas externas, as organizações investem na melhoria de sua gestão e na adaptação de seus processos, numa tentativa constante de se alinharem às pressões do contexto.

O último polo da estrutura molecular proposto por Silva (2005) é a cultura organizacional que envolve os valores, os padrões, os mitos e os medos que a organização possui. Nessa perspectiva, a cultura é quem imprime o tom e a cor à organização, uma vez que representa, acima de tudo, um elemento simultaneamente coletivo e singular em cada uma delas. Para além dos aspectos conceituais, a cultura também serve como instrumento de orientação e de modelagem de comportamento (controle subjetivo) por enquadrar e equacionar o sistema dando-lhe sustentação. Hofstede e seus colaboradores (1990) sustentam que a cultura organizacional é um constructo socialmente aprendido, resultante das interações e experiências no ambiente em que os indivíduos estão inseridos. Trata-se, portanto, de um fenômeno que não é herdado biologicamente, tampouco derivado dos genes dos fundadores ou dos primeiros gestores da organização.

Por meio de mecanismos sutis e consentidos, os participantes da organização aceitam e reforçam o controle que a cultura realiza, traçando os limites e o formato de atuação dentro do espaço organizacional. Da Silva et al. (2009, sp) argumentam que “uma maneira mais profunda de imperar os valores da empresa é condicionar os empregados através de práticas, infiltrando nesses sujeitos uma nova identidade, sendo modificada concomitante a inserção desse indivíduo na organização”. Desse modo, a cultura é introjetada nos sujeitos, promovendo aquilo que Motta (1970) denomina como “mudança de autoimagem”, o que os conduz ao desenvolvimento de um novo comportamento mais alinhado às expectativas e exigências do papel que ocupam na organização.

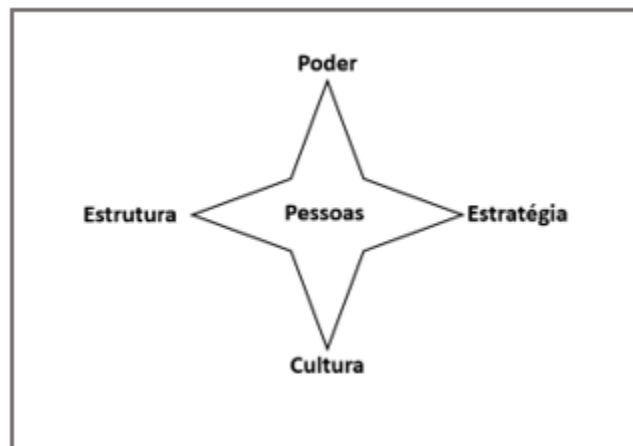
Peters e Waterman (1982) sugerem que para alavancar o nível de eficácia a organização precisa criar um vínculo entre diferentes fatores de seu cenário interno: estratégia, estrutura, sistemas, estilo de liderança, competências, pessoas, e valores compartilhados (cultura organizacional). Em outras palavras, é preciso compreender que ao se pensar em organização é necessário sempre entendê-la como um sistema aberto que influencia e é influenciada de forma constante pelo ambiente externo, não só no que diz respeito à interdependência entre a estrutura e a estratégia.

3. Fundamentação e Delineamento Metodológico

Considerando que os elementos estruturantes da organização atuam como fatores intervenientes no comportamento de partilha de informações entre os indivíduos inseridos em seu contexto, o delineamento metodológico adotado para este estudo inscreve-se nas abordagens exploratória, descritiva e explicativa, com o objetivo de compreender e elucidar as formas pelas quais tais elementos exercem influência nesse processo. Gil (2012, p. 27) aponta que os estudos exploratórios objetivam “aumentar o nível de compreensão acerca do assunto” associado às características das pesquisas descritivas que tem como ponto central descrever os aspectos e fenômenos próprios de um grupo (Malhotra, 2019) viabilizando, também, identificar e relatar os elementos que interferem e colaboram para a ocorrência do fato classificando-a como explicativa de acordo com Gil (2012).

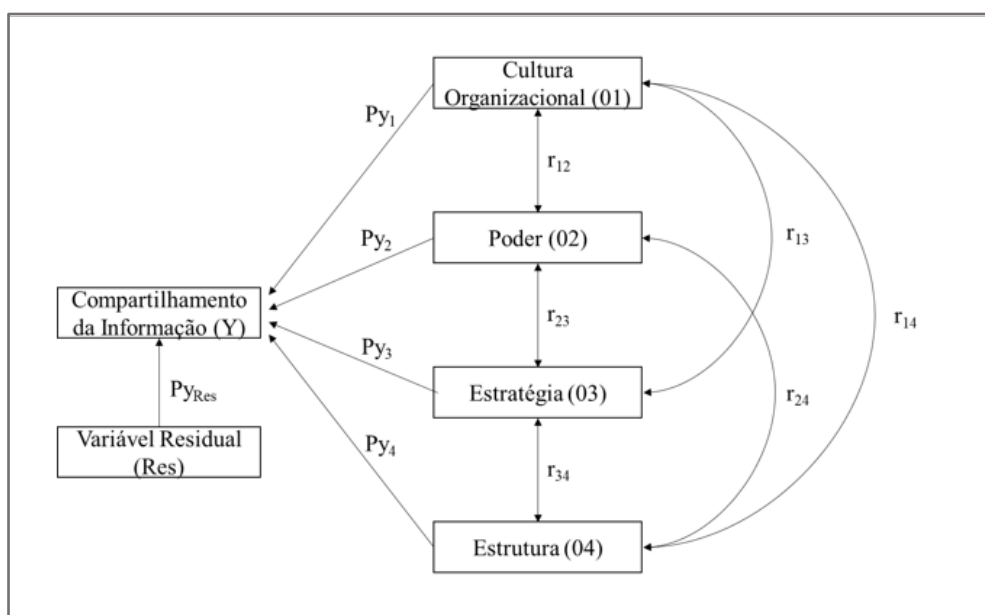
No que diz respeito a coleta de dados buscou-se promover uma triangulação de técnicas - pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e a aplicação de dois *surveys* – já que Yin (2015) afirma ser esta opção uma estratégia para aumentar a confiabilidade e a credibilidade do estudo realizado. Vale salientar que o último *survey* aplicado foi construído e validado, com as informações coletadas na pesquisa documental, nas entrevistas semiestruturadas e na aplicação do *survey* sobre cultura, objetivando criar um alinhamento com os pressupostos conceituais da Estrutura Molecular da Organização elaborada por Silva (2005) e a disponibilidade das pessoas inseridas na organização para o compartilhamento de informações.

As técnicas selecionadas para a coleta de dados fundamentam as análises realizadas, as quais estão em consonância com o arcabouço teórico e se alinham, dentre outros aspectos, ao modelo denominado por Silva (2005) como Estrutura Molecular das Organizações. É importante salientar que, partindo do modelo proposto por Silva (2005) resolveu-se por incluir as pessoas (Figura 2) como um quinto elemento formador da organização. A justificativa para tal opção é que o ser humano, ao se inserir no contexto organizacional, é elemento chave no jogo político nas organizações como pessoas racionais e que tem pulsões diversas se tornando, desta forma, um importante elemento interveniente.

Figura 2 - Modelo Conceitual da Pesquisa

Fonte: Adaptado de Silva, 2005, p. 35

Como proposta para a análise dos dados coletados via *survey* final, utilizou-se do método da Análise de Trilha buscando validar o modelo teórico capaz de explicar a disponibilidade dos funcionários para a partilha das informações a partir dos elementos formadores da organização (estrutura-cultura-poder-estratégia). A opção pela Análise de Trilha (*path analysis*) ampara-se na capacidade que o método possui de quantificar os efeitos diretos e indiretos de variáveis explicativas sobre uma variável dependente e, ainda, as interações entre elas (Cruz; Regazzi; Carneiro, 2004). No caso específico desse estudo, a variável dependente é a disponibilidade para o compartilhamento de informação dos funcionários e as variáveis explicativas são os polos da Estrutura Molecular da Organização elaborada por Silva (2005). A Figura 3 sintetiza graficamente o modelo conceitual da pesquisa.

Figura 3 - Diagrama da Análise de Trilha da Pesquisa

Fonte: Elaborado pela Autora (2023)

Como as técnicas de coleta de dados terá uma abordagem mista, também a estratégia de análise será mista, ou seja, estratégia quali-quali. Na análise de Creswell e Creswell (2021), essa abordagem integrativa das duas estratégias objetiva ampliar a compreensão para além das informações provenientes da análise unicamente vinculada a um tipo. Minayo (2011) afirma que geralmente a estratégia quantitativa está associada a estudos que tem como proposta criar modelos ou estruturar “fenômenos que produzem regularidades, são recorrentes e exteriores aos sujeitos” (p. 22). Já para oportunizar a compreensão sobre as pessoas participantes do estudo utilizou-se da abordagem qualitativa que de acordo com Yasuda e Oliveira (2012, p. 81) possibilita “um entendimento aprofundado dos seres humanos em termos psicológicos e motivacionais, além de seu relacionamento com a sociedade e seu ambiente econômico e cultural”.

O campo empírico da pesquisa corresponde a uma empresa brasileira do setor alimentício (de base suína), com atuação em distintos segmentos de mercado. Desta forma, o estudo se denomina, ainda, como um estudo de caso que na análise de Moresi (2003, p. 104) “permite ao pesquisador concentrar-se em um aspecto ou situação específica e identificar, ou tentar identificar, os diversos processos que interagem no contexto estudado”. No contexto desta pesquisa, com base nos referenciais teóricos adotados, caracteriza-se a investigação como um estudo de caso único. Yin (2015) sustenta que um estudo de caso, busca essencialmente, compreender a organização em seu “como” e os “porquês” em seus momentos no mundo real.

Localizado no estado de Minas Gerais, Brasil, na região do Vale do Piranga, o Frigorífico Anna (nome fictício) iniciou suas atividades no ano de 2000, abatendo e industrializando suínos. Inicialmente com produtos basicamente in natura (cortes de suínos sem temperos) e alguns tipos de linguiças. Com o decorrer dos anos, o Frigorífico foi gradativamente aumentando sua produção com a introdução de produtos industrializados o que fez alavancar suas vendas e, conseqüentemente, seu lucro. A escolha da empresa se assenta na relevância no setor de suinocultura no contexto nacional. Os números apontam que o estado de Minas Gerais é o terceiro em produção animal, sendo a Zona da Mata Mineira um dos mais representativos polos do estado e do País.

Com 1.760 funcionários atualmente e gerando aproximadamente 5.000 empregos diretos e indiretos, o Frigorífico tem impacto significativo na economia da região e de seu entorno. O mix de produtos da empresa é formado por 230 produtos entre suínos, bovinos e pescados além de pratos prontos (pratos congelados). A empresa atua, comercialmente, em 20 estados brasileiros e exporta para países da África, Ásia, Leste Europeu, América Central e América do Sul representando, o mercado internacional, 12% do faturamento geral da empresa.

4. Análise dos Dados e Resultados Obtidos

Respaldados por esta moldura teórica, os dados foram coletados e analisados utilizando-se da proposta da Análise de Trilha e, também, das informações obtidas via pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Após a padronização de todas as variáveis, construiu-se a matriz de correlações e, logo após, procedeu-se a análise buscando conhecer os efeitos diretos e indiretos do modelo da pesquisa. Para além da influência das variáveis – poder, estrutura, cultura e estratégia – sobre a disponibilidade para o compartilhamento de informações das pessoas participantes da organização, a análise de trilha possibilitou estabelecer o efeito da variável residual (Res) sobre a

variável dependente. Araujo, Dos Reis e Moreira (2011) apontam que o valor residual é ponto fundamental ao se buscar quantificar a influência de uma variável dependente que não é explicada pelas variáveis independentes. Ou seja, o valor residual é essencial para se compreender a complexidade do fenômeno estudado. Complementando essa análise, Pathak et al. (2017) apontam ser o Valor Residual um aspecto significativo na interpretação dos dados obtidos via a Análise de Trilha, haja vista insights valiosos sobre outros fatores ou variáveis que podem influenciar a variável dependente. Desse modo, tomou-se como direcionamento os argumentos de Araújo, Dos Reis e Moreira (2011, p. 97) os quais afirmam que se “uma determinada variável explicativa (que expressa seu efeito direto ou indireto) for numericamente menor que o coeficiente da variável residual, significa que esta variável independente deve explicar mudanças na variável dependente apenas indiretamente”.

Efetuada as equações relativas à Análise de Trilha, encontrou-se um coeficiente de determinação onde as variáveis estudadas explicaram 35,7% da disponibilidade das pessoas em compartilharem informações. As variáveis Poder (0,555) e Cultura Organizacional (0,185) apresentaram respectivamente as maiores estimativas em efeito direto sobre a variável dependente (compartilhamento de informação). E, o polo Estrutura apresentou uma influência direta sobre a variável dependente de 0,050. Chama atenção o valor de estimativa da variável estratégia (-0,199) que foi negativo demonstrando que diretamente ela não exerce influência na variável compartilhamento de informação. No que diz respeito aos efeitos indiretos das variáveis explicativas na variável principal tem-se resultados importantes. O efeito indireto da Cultura Organizacional via Poder foi alto (0,367) o que também pode ser observado na variável Estratégia via efeito indireto do Poder (0,294) demonstrando que indiretamente essas variáveis exercem influência sobre outras variáveis e estas sobre o compartilhamento de informação. Este fato demonstra como os elementos formadores da estrutura molecular estão entrelaçados e conectados, gerando uma ambiência que irá convergir para gerar identidades e direcionar os comportamentos de seus funcionários.

O valor referente ao valor residual (0,802) obtido, que no caso deste estudo é compreendido como o comportamento das pessoas, corroboram os resultados da pesquisa realizada por Ventura (2016), dentre outros já descritos. Esse valor é maior quando comparado ao coeficiente de determinação (0,357) levando a compreensão que o compartilhamento de informação está centrado e é totalmente dependente da vontade das pessoas apesar de ser influenciado de forma indireta pelos elementos formadores da organização. Nesse sentido, ao relacionar esse valor aos paradigmas teóricos sobre o compartilhamento, compreende-se que, no contexto estudado, as pessoas se colocam como protagonistas do ato, agindo com base em seus objetivos individuais e em suas pulsões, ainda que seus comportamentos sejam moldados pelos elementos formadores da organização."

Analisando os resultados quantitativos obtidos e alinhando-os com a ambiência organizacional do Frigorífico Anna, compreende-se que o contexto da empresa é favorável ao compartilhamento da informação sendo a cultura organizacional o elemento mais relevante na influência de um comportamento favorável à partilha ou não. Frente a estes achados, é significativo compreender a cultura organizacional do cenário analisado e buscar gerar subsídios que possam viabilizar a busca por comportamentos mais comprometidos e engajados com a partilha das informações. Os achados coletados a respeito da cultura organizacional reafirmam a filosofia de trabalho da empresa que é ressaltar o trabalho em equipe e, desta forma, a cultura observada é de uma empresa colaborativa.

Entretanto, a empresa precisa rever algumas ações e linhas de atitude de alguns funcionários, principalmente dos líderes imediatos, que utilizam de privilégios para alguns e, ainda, do poder para restringir algumas sugestões ou ideias inovadoras. Reafirma-se, deste modo, a capacidade e necessidade da organização em gerar uma ambiência de compartilhamento majoritariamente alicerçada em uma cultura de valorização do conhecimento de seus funcionários e no enaltecimento do ato da partilha dessa informação.

É necessário sempre ter em mente que o “conhecimento é criado apenas pelos indivíduos. [...] É muito importante, portanto, que a organização apoie e estimule as atividades criadoras de conhecimento dos indivíduos ou que proporcione contextos apropriados para elas” (Takeuchi; Nonaka, 2008, p. 26). Essa atitude é contrária à realidade que muitas vezes se encontra nas diversas organizações. Na maioria das organizações a cultura existente tende a obstaculizar a voz dos funcionários, o que segundo Cruz (2023, p. 1498), afeta “a motivação, satisfação e o comprometimento dos mesmos e como essa situação impacta a capacidade da organização detectar erros e aprender com suas soluções”. Essa situação impede, conseqüentemente, a geração de conhecimento pois, segundo Morrison e Milliken (2000), o silêncio organizacional (SO) se transforma em uma variável organizacional que se instala como uma atitude coletiva dificultando a partilha de informações e, conseqüentemente, a geração de conhecimento. Achados da pesquisa apontam que em alguns setores há uma prática corriqueira em realizar o silêncio tendo como justificativa a manutenção do emprego. Cotidianamente, os gestores devem buscar quebrar este fenômeno buscando criar uma ambiência em que os funcionários desejem participar por meio de uma interação humana em que a fala, a escuta e o partilhar sejam os eixos norteadores dos processos de trabalho.

Corroborando esta análise, Oliveira (2002, p. 84) afirma que “durante o trabalho os operadores estão em permanente processo de aprendizagem e envolvidos em processos onde predominam elementos de natureza intelectual, tais como percepção, raciocínio, memória”. Reforça assim a atividade mental que envolve quaisquer atividades do trabalho e aponta ser a interação a válvula para fazer as trocas acontecerem dentro de um determinado grupo. De acordo com Oliveira (1993), a cultura deve ser pensada como um “palco de negociações” em que as pessoas que fazem parte “estão em um constante movimento de recriação e de reinterpretação de informações, conceitos e significados”.

Tais aspectos enfatizam, a importância de uma cultura que favoreça as trocas, onde as conversas possibilitem a construção de um espaço de trabalho fundamentado em trocas cognitivas. Para que isto aconteça, é essencial que a cultura privilegie uma filosofia de trabalho coletivo e cooperativo em que o conhecimento e as experiências já consolidadas e inseridas no *savoir-faire* dos trabalhadores sejam compartilhadas e desenvolvidas em um constante movimento de dar e receber. Nesse sentido, Morgan (2002) afirma que há a necessidade premente de que as pessoas façam parte da 'turma', para que apreendam os elementos simbólicos que modelam o jeito de viver das organizações. São estes aspectos que irão nortear o comportamento das pessoas inseridas no cenário de trabalho estabelecendo os hábitos, os costumes, a linguagem a ser utilizada, a hora de falar e a hora de se silenciar e, até mesmo, com quem falar. É este justamente o comportamento que influenciará com maior relevância a disponibilidade, dentre outras coisas, para a partilha ou não de informações.

5. Considerações Finais

Este trabalho analisou a influência dos elementos formadores da organização proposto por Silva (2005), estrutura-cultura-poder-estratégia, e quais as suas intensidades em um comportamento de disponibilidade de seus funcionários para o compartilhamento de informação. Para tanto foram realizadas pesquisas em documentos da empresa, entrevistas e aplicados questionários envolvendo diferentes níveis hierárquicos. Os achados permitem inferir que as pessoas, independentemente dos elementos formadores da organização, decidem como se comportarem na organização e utilizam desse comportamento como ponto de manobra em prol de seus objetivos individuais confirmando que elas agem de forma racional.

Porém, há de ressaltar a influência indireta dos elementos formadores da organização apontados por Silva (2005) principalmente do elemento cultura que apresentou o maior valor. Deste modo, a inserção das pessoas no modelo teórico da pesquisa se mostrou válido para estudos que abordam o compartilhamento de informações, pois são elas, e somente elas, que decidem sobre o ato da partilha o que demonstra o seu protagonismo em qualquer cenário organizacional.

Alinhando estes dois resultados, a força das pessoas e a influência da cultura organizacional, reafirma a necessidade de criação de uma ambiência que ressignifique a cooperação confirmando o estudo de Ventura (2016). Ou seja, criar uma ambiência que coloque os funcionários em uma posição mais livre, aberta e cooperativa para que os funcionários desejem participar não apenas com o seu trabalho, mas com ideias contribuindo para o processo de construção e (re)construção do conhecimento organizacional. Para além disto, as organizações precisam estabelecer consonância entre o discurso e a prática dos funcionários trazendo à tona a filosofia de acreditar que cooperando se consegue a harmonia, pois assim todos serão felizes.

É notório que os elementos formadores da organização apontados por Silva (2005) são significativos na moldura organizacional, pois conforme afirmado por Ferreira et al. (2002), eles sustentam e conduzem todas as atividades e comportamentos que são desenvolvidas em seus limites. Porém, não se pode esquecer de buscar criar a identidade e comprometimento dos funcionários com o trabalho e com a organização da qual fazem parte.

Ressalta-se que esta pesquisa foi desenvolvida em uma empresa, um estudo de caso, e que outras leituras e aprofundamentos em outros contextos organizacionais ainda são possíveis. Tudo isto com o intuito de que os achados aqui apresentados possam ser confrontados com outras realidades, abrindo espaço para novos olhares, análises e discussões, de modo que a temática do compartilhamento de informação ganhe ressonância e contribua, de forma significativa, para sua consolidação como um elemento essencial nas organizações contemporâneas."

6. Referências Bibliográficas

- BARRERO, David; Criado, Ignacio & Ramilo, Carmen (2006). Política y Web 2.0. In. *III Congreso Online del Observatorio para la Cibersociedad*. Recuperado el 02 de febrero de 2010 de <http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?id=963&llengua=es>.
- Araujo, G. L., Dos Reis, E. F., & Moreira, G. R. (2011). Correlações entre variáveis climatológicas e seus efeitos sobre a evapotranspiração de referência. *Revista Brasileira de Agricultura Irrigada-RBAI*, 5(2). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/b6900408c440b96a76053e9b556d05d7/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2033446>. Acesso em 19 Ago. 2024.
- Barnard, C. I. (1971). *As funções do executivo*. São Paulo: Editora Atlas.
- Barreto, A. A. (1994) A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n.4, p. 3-8. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/21362719/quest2-libre.pdf?1390866913=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_Questao_da_Informacao.pdf&Expires=1727142912&Signature=bi9mLyzBsdireKLQ52HHR-4J7Ox3jVkwVlabTGMK7rWaUQX5aR4BONJCvtSs09B0Y9W7I6kSiKonehkfaYCWG6AeWsUMUocstdc8bf11Lf-2UuL25roopVNdhtsodJ611KM9I-xgbQ9DMmeCx-iPPH84I7M0m0FoF-j2feo3x1xrtZC~TCG3QKv6aMbbgtKp8c8uixBQXH7mAasw9DIjtPHsNkWYXCUpjm6dLZDqXqK5NRAssiVGs4Et9W9cUo0vL39WPdLiqYP--ENIbqhCwClh3OfTM1E5n9cTJcRluqTU3fgGhliA43I8N5Dg6mWVVQgaYOiKAMyUUe-7w3Lg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 19 Ago. 2024.
- Cunha, M. P. (1995) *Organizações: uma perspectiva analítica*. Lisboa: Edições Sílabo, 1995.
- Chandler Jr, A. D. (1969). *Estratégia e estrutura: Capítulos da história da empresa industrial americana* (Vol. 120). Imprensa do MIT.
- Choo, C. W. (2003) *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Editora Senac.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso Editora.os
- Cruz, C. D.; Regazzi, A. J.; Carneiro; P. C. S. (2004) *Modelos biométricos aplicados ao melhoramento genético*. 3 ed. Viçosa: UFV.
- Cruz, S. A. D. M. (2023). Os efeitos do silêncio organizacional na inovação. *Pensar Acadêmico*, 21(2), 1498-1522. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/artic/e/view/3746>>. Acesso em 14 Ago 2021.
- Da Silva, J. R., de Almeida, A. M. G., de Castro, C. F. D., & Leite-da-Silva, A. R. (2009). Os mecanismos de controle comportamental nas organizações: uma análise do poder da instrumentalização da cultura. *VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia-SEGeT, Rio de Janeiro*.

- Davel, E. & Vergara, S. C. (2010) Gestão com pessoas, subjetividade e objetividade nas organizações. In: DAVEL, E. & VERGARA, S. C. (Org). *Gestão com pessoas e subjetividade*. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, 14, 27-34.
- Ferreira, M. C., Assmar, E. M. L., Estol, K. M. F., Helena, M. C. D. C. C., Cisne, M. D. C. F. (2002) Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliação da cultura organizacional. *Estudos de Psicologia*. Natal, n. 7, 271-280. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/38Jtgq6vs8bzHwpjn347w5f/abstract/?lang=pt>> Acesso em 16 Set 2022.
- Gil, A. C. (2012) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Hofstede, G., Neuijen, B., Ohayv, D. D., & Sanders, G. (1990). Measuring organizational cultures: A qualitative and quantitative study across twenty cases. *Administrative Science Quarterly*, 35(2), 286-316.
- Kumar, K. (1997) *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Malhotra, N. K. (2019) *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Mayo, E. (1984). *Teoria de las relaciones humanas*. Estados Unidos.
- Minayo, M. C. de S. (Org). (2011) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30. ed. Petrópolis: Vozes
- Mintzberg, H. (1995) *Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações*. São Paulo: Atlas.
- Moresi, E. (Org.) (2003). *Metodologia de pesquisa*. Brasília: UCB (Universidade Católica de Brasília), Mar.
- Morrison, E. W., & Milliken, F. J. (2000). Organizational silence: A barrier to change and development in a pluralistic world. *Academy of Management review*, 25(4), 706-725. Disponível em: <<https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/amr.2000.3707697>>. Acesso em 14 Out. 2024.
- Morgan, G. (2002) *Imagens da organização*. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Motta, F. C. P. (1970). O estruturalismo na teoria das organizações. *Revista de administração de empresas*, 10, 23-41. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/R8HwmGHXQpGD7ND9fTHWBQg/?lang=pt>>. Acesso em 14 Ago 2021.
- Oliveira, F. (1993). *Cultura organizacional e desenvolvimento empresarial*. São Paulo: Atlas.
- Oliveira, P. A. B. (2002) *Trabalho coletivo: a construção de espaços de cooperação e de trocas cognitivas entre os trabalhadores*. In: Jacques, M. da Graça; Codo, Wanderley (orgs). *Saúde mental & trabalho: leituras*. Petrópolis, RJ: vozes.

- Pathak, S., Singh, V., Tiwari, R., & Gupta, N. (2017). *Importance of residual value in path analysis: A structural equation modeling approach*. *Journal of Statistical Methods*, 9(2), 123-135.
- Peters, T. J., & Waterman JR, R. H. (1982). In Search of. *Of Excellence*, New York: Harper and Row. Disponível em: < <https://melvinuniv.org/wp-content/uploads/2023/09/BOOK.-In Search Of Excellence.pdf>> Acesso em 05 Jan 2024.
- Sahay, Y. P.; Gupta, M. (2011) Role of organization structure in innovation in the bulk-drug industry. *Indian Journal of Industrial Relations*, p. 450-464. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41149462>>. Acesso em 10 Ago 2021.
- Silva, P.R. (2005) *Teoria das Organizações e os Modelos Organizacionais*. Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Silva, J. T., Dos Santos, L. M. S., & Marques, I. C. (2022). Análise dos estilos de liderança e sua influência no desenvolvimento das organizações. *Administração: princípios de administração e suas tendências*. Vol. 4, 4(1), 23-40.
- Sennett, R. (2012). *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Takeuchi, H. & Nonaka, I. (2008). *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman.
- Ventura, R. de C. M. de O. (2016). *Compartilhamento da informação e a gestão de pessoas: Reflexões acerca de suas relações e implicações* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais). Universidade Federal de Minas Gerais.
- Wang, S., & Noe, R. A. (2010). Knowledge sharing: A review and directions for future research. *Human resource management review*, 20(2), 115-131. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1053482209000904>> Acesso em 14 Ago 2024
- Wheatley, M.J. (2006) *Liderança e a nova ciência: descobrindo ordem num mundo caótico*. São Paulo: Cultrix.
- Yasuda, A.; Oliveira, D. M. T. DE. (2012) *Pesquisa de marketing: guia para a prática de pesquisa de mercado*. São Paulo: Cengage Learning.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5ª ed). Porto Alegre, RS: Bookman.

A Teleconsulta como estratégia digital de saúde pública durante a pandemia do Covid-19: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal.

Teleconsultation as a digital public health strategy during the Covid-19 pandemic: a comparative study between Brazil and Portugal.

Dario de Azevedo Nogueira Júnior

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Brasil
dazevedojr@yahoo.com.br

Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto t
Email do autor@.pt

Resumo

A pandemia do Coronavírus tornou a virtualização quase obrigatória de serviços e impulsionou o uso de plataformas digitais em todo o mundo, notadamente na área de saúde. Este artigo tem por objetivo contribuir ao debate acadêmico, procurando traçar uma análise comparativa no padrão adotado das políticas públicas digitais aplicadas à realidade brasileira e à portuguesa, durante o período crítico da Covid-19, em específico na prática da utilização da teleconsulta em ambos os países.

Partindo do aspecto de como os respectivos governos implementaram o uso desta ferramenta digital e sua relação com a população, este ensaio, indica que, comparativamente, existem diferenças significativas nas características e avanços na saúde pública em decorrência do uso de ferramentas digitais por parte do Brasil e Portugal.

Palavras-chave: Governo eletrônico; Telemedicina; Saúde pública; Saúde digital, Coronavírus.

Abstract

The Coronavirus pandemic has made the virtualization of services almost mandatory and has boosted the use of digital platforms worldwide, especially in the health sector. This article aims to contribute to the academic debate by seeking to draw up a comparative analysis of the adopted pattern of digital public policies applied to the Brazilian and Portuguese reality during the critical period of Covid-19, specifically in the practice of using teleconsultation in both countries.

Starting from the aspect of how the respective governments implemented the use of this digital tool and its relationship with the population, this essay indicates that, comparatively, there are significant differences in the characteristics and advances in public health as a result of the use of digital tools by Brazil and Portugal.

Keywords: E-government; Public health; E-health; Coronavirus..

1. Introdução

No período crítico da pandemia do Covid-19 a convicção na teoria de Adam Smith que a mão invisível regulamenta a sociedade ficou abalada, ao menos nos momentos da reclusão global e impôs uma profunda crise social, política, econômica e sobretudo humanitária. Impactando, desta maneira, as políticas públicas e conseqüentemente forçando a uma maior utilização das plataformas digitais no mundo. Contudo, a governança eletrônica já era uma realidade na gestão pública desde o final do século vinte e a virtualização quase obrigatória na oferta de serviços com a pandemia, fez com que esse processo acelerasse a passos ainda mais largos. Tendo efeitos notadamente em uma área sensível, ou seja, na da saúde pública a qual este estudo se propõe analisar, comparando as ações adotadas no Brasil e em Portugal, através da adoção, durante a pandemia, de plataformas digitais orientadas para a telemedicina (e dentro desta a teleconsulta).

Neste sentido, vale remarcar ainda que a inserção das plataformas digitais na administração pública, ao longo dos anos, está propiciando uma transformação em muitas das condutas adotadas por muitos governos, como nas estratégias de comunicabilidade, na oferta dos serviços eletrônicos e na inovação. Não obstante, estes esforços e iniciativas implementadas desde a década de 1990, que tornarem os governos “eletrônicos”, o que não significa, necessariamente, que estas ações tenham sido suficientes para aproximação do cidadão ao Estado. Constata-se, de facto, que a otimização de processos de governo por meio de soluções de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), inclusive a efetiva interatividade junto aos atores envolvidos, especialmente o cidadão, não é um processo simples, nem rápido (Pardo, Nam & Burke, 2012).

A abordagem que aqui se cinge às políticas públicas em saúde durante a pandemia de COVID 19 e ao uso da telemedicina e, em concreto, da teleconsulta tanto em Portugal como Brasil, insere-se numa linha mais vasta de pesquisa, em que se destaca o governo eletrônico em íntima relação com a presença ou ausência de efetivas estratégias e práticas de gestão da infocomunicação (Passarelli, Silva, Ramos, 2014), problemática que não pode ser desvalorizada e muito menos esquecida nas pesquisas sobre a governança digital e seus contornos. É clara a importância da análise das ações da telemedicina na saúde pública, em que a experiência da pandemia do Coronavírus demonstrou significativas diferenças entre países, no que tange ao estágio na condução e adoção de seus programas de governança digital. O uso de recursos de TIC na saúde, por parte de algumas nações onde a telemedicina já era uma realidade, representou um mecanismo essencial ao acesso aos serviços de saúde, frente as restrições de aglomeração e ao distanciamento social (Caetano et al, 2020).

O governo português, por sua vez, além da teleconsulta, prática introduzida bem antes da pandemia na saúde pública portuguesa (Capitão, Brandão & Rocha, 2008), também fez uso de estratégias diversas baseadas em plataformas digitais, as quais foram fundamentais durante a pandemia no atendimento à população. Convém apontar que, a partir de algumas das experiências adotadas em Portugal, o país sistematicamente, apresenta dados de destaque na área da saúde pública com a utilização de aplicativos digitais, sendo um dos primeiros a lançar mão deste tipo de ferramenta na área da saúde no mundo.

Quanto ao Brasil, a pauta da telemedicina tem sido caracterizada por um histórico de críticas e desafios à sua implementação (Maldonado, Marques & Cruz, 2016). Mesmo durante a crise sanitária decorrente da pandemia, a prática da teleconsulta foi possível apenas em caráter excepcional, tendo

sido regulamentada, finalmente, em 2022. Não obstante os avanços das iniciativas de serviços eletrônicos por parte do governo brasileiro, a virtualização quase obrigatória decorrente da pandemia do Coronavírus demonstrou que ainda havia muito o que avançar no campo da telemedicina, especialmente quando comparado a realidade de outros países, como Portugal, que já detinha um histórico de utilização de teleconsulta o que facilitou, sobremaneira, a disseminação desta prática durante a pandemia (OCDE, 2021).

Diante do contexto apresentado, no estudo em pauta sobre a governança eletrônica na saúde, propomo-nos apreciar como a telemedicina, por meio de plataformas digitais, foi aplicada e utilizada pelos governos brasileiro e português na área da saúde pública, durante a pandemia do Coronavírus, visando contribuir ao debate e a pesquisa acadêmica. Releva-se, assim, a seguinte questão: as políticas digitais implementadas no domínio da telemedicina e, mais especificamente, da teleconsulta, durante a pandemia da Covid-19, proporcionaram ações efetivas para os usuários no mesmo patamar de utilização dos serviços públicos eletrônicos de saúde nos dois países?

2. Metodologia

O estudo parte da análise de dados consolidados extraídos da Comissão Europeia, European Centre for Disease Prevention and Control (ECDC), European Observatory on Health Systems and policies (EOHSP), Serviço Nacional de Saúde (SNS/Portugal), Instituto Nacional de Estatística (INE/Portugal), Direção Geral de Saúde (SNS/ Portugal DGS), Ministério da Saúde (Brasil), Comitê Gestor da Internet no Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras fontes. Todos os elementos reunidos e analisados permitem uma melhor compreensão do foco das políticas em plataformas digitais na área da saúde, durante o período crítico da pandemia da Covid-19 nos dois países que fazem parte da Ibero América.

3. Saúde Pública em Portugal: uma contextualização

Visando uma melhor compreensão da importância da adoção de plataformas eletrônicas na gestão pública de saúde se faz necessário apresentar, um panorama, ainda que conciso, do contexto da saúde pública em Portugal, antes da pandemia do COVID-19 e uma breve referência ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) português.

3.1. Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi criado pela Lei nº 56, de 15 de setembro de 1979, garantindo o acesso universal, abrangente e gratuito, embora admita a cobrança de valores aos usuários para utilização de alguns serviços. O SNS tem investido na atenção primária à saúde (APS) como ponto de acesso prioritário ao sistema. Em 2019, antes dos desdobramentos pandêmicos da Covid-19, os registros oficiais em Portugal indicam que as 264 Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC) abrangiam 95,9% da população residente e as 564 Unidades de Saúde Familiar (USF) garantiam a cobertura de 63,2% dos inscritos nos Cuidados de Saúde Primários (CSP). Existiam 238 hospitais, deles, 111 integravam o SNS. O país contava com 36.064 leitos hospitalares, dos quais 67,9% em hospitais públicos ou em parceria público-privada (Portugal, 2019). Para internamento nas unidades de cuidados intensivos (UCI), existiam 1.235 leitos, entre cuidados neonatais, pediátricos e internamento de

adultos (INE, 2021). Antes da pandemia, o número de leitos em UCI era de 3,5/1.000 habitantes, baixo se comparado à média da UE, de 5,3. O número de médicos vinha aumentando, enquanto o de enfermeiros estava abaixo da média da UE (OCDE, 2021). No entanto, Portugal criou um sistema de vigilância em rede de médicos sentinela, serviços de urgência à saúde, laboratórios e instrumentos de divulgação da informação ligados em rede eletrônica.

Assim, nos últimos anos, mesmo antes da pandemia do coronavírus, Portugal adotou uma série de mudanças organizacionais que aumentaram o envolvimento dos cuidados de saúde primários, nomeadamente o recurso às consultas digitais ou à tele-especialização entre as equipas de cuidados de saúde primários e os especialistas, bem como a criação de clínicas móveis para chegar às populações mais vulneráveis estabelecidas em algumas zonas rurais e para ajudar a aliviar a carência de profissionais de saúde, o que impactou positivamente no período pandêmico (OCDE, 2021).

Outro aspecto importante a mencionar para dimensionar o panorama antes da covid-19 é que em Portugal, cerca de um terço (30%) de todas as mortes registradas em 2019 são atribuídas a fatores de risco comportamentais, nomeadamente ao tabagismo, aos riscos alimentares, ao consumo de álcool e ao baixo nível de exercício físico. Não obstante, esta percentagem foi inferior à média da União Europeia (39 %) nesse período. Em 2019, a poluição atmosférica sob a forma de partículas finas (PM_{2,5}) e a exposição ao ozônio contribuíram, por si só, para cerca de 2 % de todas as mortes, percentagem esta que também é inferior à média da UE IHME (2020), Global Health Data Exchange.

Outra evidência é que as doenças cardiovasculares e o câncer eram as principais causas de morte antes da pandemia de Covid-19. Apesar da redução substancial da mortalidade por AVC e pela doença cardíaca isquêmica nas duas últimas décadas, elas impuseram-se como as duas principais causas de morte em Portugal em 2018 de acordo com o relatório Direção Geral de Saúde SNS (DGS, 2020). A pneumonia e outras doenças respiratórias, como a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), também contribuíram para uma parte substancial das mortes. O câncer do pulmão e o câncer colorretal foram as causas de morte por câncer mais comuns. Em 2020, a Covid-19 foi responsável por mais de 7.000 mortes em Portugal (quase 6 % de todas as mortes), sendo que dois terços destas mortes ocorreram em idosos com 80 anos ou mais (DGS, 2020). Até ao final de agosto de 2021 registaram-se 10.500 mortes adicionais em Portugal, com cerca de 1.720 mortes por milhão de habitantes e mais de 17.000 pessoas morreram por COVID-19 entre março de 2020 e agosto de 2021 (Eurostat, 2021).

Outro aspecto de relevância é que a partir de políticas públicas adotadas, entre os anos de 2000 e 2019, a esperança de vida em Portugal aumentou mais de cinco anos (de 76,8 anos para 81,9 anos). E como consequência, em 2020, a expectativa de vida indicava números superiores à média da União Europeia (UE) - seis meses acima da média do continente. Diminuiu, porém, temporariamente quase um ano (0,8 meses), ainda em 2020, devido às mortes causadas pela Covid-19 (EUROSTAT; 2021).

O peso das doenças não transmissíveis era elevado antes da pandemia, sendo que as doenças cardiovasculares e o câncer foram e ainda são as principais causas de morte. Assim, mesmo antes de 2020, o governo português já tinha criado ações para melhorar os serviços prestados e uma das prioridades do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas era aumentar a cobertura destes programas no rastreio do câncer, para alcançar 90% da população-alvo no que concerne ao câncer de mama, 75 % no que concerne ao câncer do colo do útero e 50 % ao câncer colorretal. Contudo, a pandemia do Covid-19 afetou a adesão a estes programas, pelo menos temporariamente, no período

pandêmico. Por exemplo, o número de mulheres rastreadas no grupo etário alvo do rastreio do câncer da mama diminuiu mais de 52% em 2020, quando comparado com 2019 (Ministério da Saúde Portugal, 2021).

As necessidades de cuidados de saúde não satisfeitas aumentaram subitamente durante a crise do Covid-19, quer devido à perturbação dos serviços, quer devido ao receio das pessoas de contraírem o vírus. Uma pesquisa à escala europeia apurou que 34% dos portugueses informaram ter abdicado de um exame ou tratamento médico necessário durante os primeiros 12 meses da pandemia – uma percentagem muito superior à média da UE de 21 % (Eurofound, 2021). Em 2020, o número de cirurgias programadas foi reduzido em mais de 20 %, quando comparado com 2019, o que agravou ainda mais os longos tempos de espera já existentes.

3.1.1. A telemedicina e estratégias de enfrentamento à Covid-19 pela Saúde Pública Portuguesa

Quando foram identificados os primeiros casos de Covid-19, em março de 2020, Portugal adotou uma série de medidas de contenção que conduziram ao primeiro confinamento total do país. Este confinamento incluiu o fechamento de espaços públicos, escolas e serviços de acolhimento de crianças, a proibição de aglomeração de pessoas, restrições de viagem, a proibição de visitas a instituições de cuidados continuados, prisões e outros tantos (DGS, 2020).

A resposta de Portugal à crise da Covid-19 esteve concentrada nas instituições nacionais. Coube ao Ministério da Saúde liderar a resposta do sistema nacional de saúde implementando um plano desenvolvido para dar resposta à crise. Tal plano delineou as principais medidas a serem adotadas em cada fase da pandemia, definiu a liderança nacional, regional e local e estabeleceu o mecanismo de coordenação entre as várias partes interessadas em todo o sistema de saúde. Através deste plano, os serviços de cuidados de saúde primários foram adaptados ao novo contexto e a rede hospitalar foi reorganizada. Concretamente, alguns hospitais do SNS foram inteiramente dedicados ao tratamento de doentes com Covid-19, ao passo que o setor privado apoiou o SNS com os cuidados de saúde não programados, sempre que necessário. A legislação que regulamentava a declaração do estado de emergência concedeu ao governo poderes acrescidos, ainda que limitados, no tempo da pandemia para aplicar políticas como o estabelecimento do confinamento obrigatório, no domicílio ou numa instituição de saúde, para todos os casos confirmados de Covid-19 e para todos os casos isolados por decisão das autoridades de saúde pública, a requisição temporária, por parte das autoridades públicas, da capacidade de prestação de cuidados de saúde às unidades de cuidados de saúde privadas e a requisição temporária de profissionais de saúde dos setores público e privado para auxiliar no tratamento de doentes com Covid-19 (Health System Response Monitor, 2021).

A estratégia de testagem abrangente foi apoiada por uma capacidade laboratorial suficiente, mas a contenção da transmissão comunitária revelou-se um desafio. No final de agosto de 2021, 74 % da população portuguesa já tinha recebido duas doses, ou o equivalente, de uma vacina contra a Covid-19. Em 2019 Portugal gastou 2.314 EUR per capita em saúde, ajustados em função das diferenças no poder de compra, ou seja, mais de um terço abaixo da média da UE de 3.523 EUR (OCDE, 2021). Em 2019, as despesas de saúde em percentagem do PIB foram de 9,5 % - também inferiores à média da UE de 9,9%. Em 2020, mediante a execução do Plano de Melhoria da Resposta do SNS, aprovado em

2020, Portugal aumentou o orçamento para a saúde em 800 milhões de EUR, a fim de afetar recursos adicionais para dar resposta à pandemia – um aumento de 6% em relação ao orçamento público para a saúde de 2019. O investimento também visou reforçar a gestão do desempenho do SNS – nomeadamente através da inserção de 100 milhões de Euros para reforçar a gestão dos hospitais do SNS, mediante a celebração de contratos internos associados a incentivos de desempenho, e a aplicação de regras em matéria de responsabilização mais restritas aplicáveis às administrações dos hospitais, incluindo as considerações de eficiência geral (Fronteira et al, 2020).

Em Portugal, embora o sistema de saúde português proporcione acesso universal a cuidados de saúde de elevada qualidade, a pandemia veio realçar sérias debilidades de carácter estrutural, nomeadamente um baixo investimento em profissionais e equipamentos de saúde. Contudo, a pandemia também estimulou diversas práticas inovadoras. Portugal veem se destacando na área da saúde pública com a utilização de aplicativos digitais, sendo um dos primeiros países a lançar mão de ferramentas na área da saúde, no mundo.

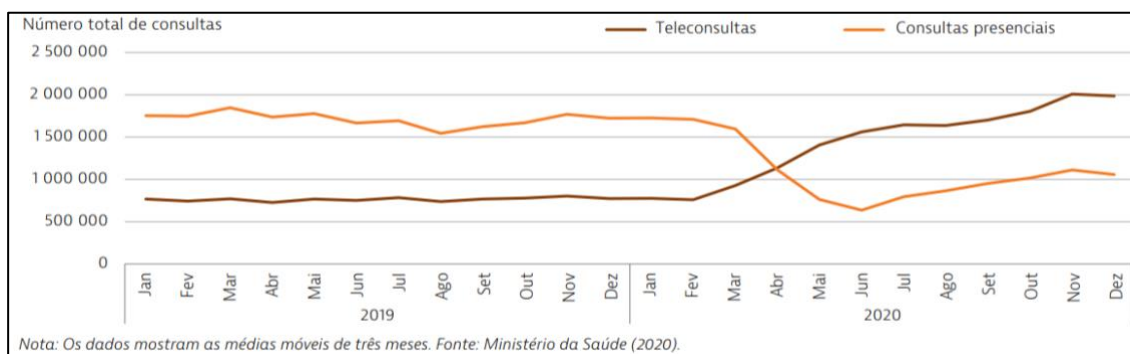
Na direção do desenvolvimento da e-Health, mesmo antes do Brasil, foram implementadas estratégias como a criação de aplicativos para smartphone, visando já à época a teleconsulta; vídeos para promover campanhas de imunização, sistemas de lembrete por e-mail – sobre prazo de vacinação e consultas – sistema de registos eletrónicos de imunização, entre outras medidas antes e durante a pandemia (Odone et al, 2021).

Este processo que já estava em implementação há anos no país, foi de fundamental importância para a consolidação da utilização das plataformas digitais e uma absorção rápida por parte da população portuguesa durante a pandemia. O governo acelerou os procedimentos para utilização dos serviços relativos à teleconsulta, aplicáveis a médicos e a psicoterapeutas.

De acordo com a pesquisa da Eurofound, 44% dos portugueses comunicaram ter utilizado serviços de teleconsulta durante os primeiros 12 meses da pandemia, uma percentagem superior à média da UE de 39% (Eurofound, 2021). Dados administrativos mostram que o número de teleconsultas duplicou entre fevereiro e maio de 2020, correspondendo ao primeiro confinamento (OCDE, 2021). Após estabilizar durante o verão de 2020, o número voltou a aumentar durante a segunda onda da pandemia; no final de 2020 foram realizadas cerca de 2 milhões de teleconsultas por mês (Ministério da Saúde, 2021).

A telemedicina e o acompanhamento à distância também foram utilizados durante a pandemia para a triagem e o encaminhamento dos doentes com Covid-19. A linha telefónica gratuita do SNS (SNS 24) foi ampliada para integrar os serviços relacionados com a pandemia – para coordenar a política de testes e rastreio e para acompanhar os doentes com infectados no domicílio. Foi criada, ainda, uma outra linha telefónica gratuita do SNS — disponível 24 horas por dia, sete dias por semana – para permitir a prestação de apoio psicológico às pessoas que dele necessitassem. (Comissão Europeia, 2021). Ou seja, as teleconsultas estavam superando, no período da crise, as consultas presenciais em Portugal como indica o gráfico a seguir:

Gráfico 1



A rápida expansão das teleconsultas ajudou a manter o acesso aos cuidados de saúde durante a pandemia. E o número de consultas presenciais diminuiu acentuadamente durante a primeira onda pandêmica, no entanto o crescente recurso às teleconsultas ajudou a atenuar o impacto do COVID-19 no acesso aos cuidados de saúde ao longo de 2020/21, como já citado, além de corroborar com a diminuição do alastramento do vírus.

O aplicativo SNS 24, um dos exemplos a ser mencionado no contexto português, é uma aplicação móvel que permite ao cidadão acessar um vasto conjunto de informações e serviços digitais de saúde, assim como, realizar uma teleconsulta previamente marcada. Atualmente, conta com vinte seis possibilidades de serviços inseridos no aplicativo, tornando-se uma referência na acessibilidade a serviços digitais de saúde para *smartphones*, com significativo reconhecimento pelo seu caráter inovador. Tanto que, em 2022, o App SNS 24 recebeu algumas menções dentre os quais, o “Prémio ACEPI Navegantes XXI”, na categoria Melhor Projeto Digital Administração Pública Central, o “*Healthcare Excellence*”, e a “ISCTE Políticas Públicas”, na categoria Administração Pública Central. O modelo SNS 24 começou a funcionar em 15 de setembro de 2016 com a denominação MySNS. À época, foi o aplicativo mais baixado dos sistemas operacionais iOS e Android. Somente nos três primeiros dias registaram-se mais de 40.000 downloads de usuários em terras lusitanas (Barros, 2023).

De acordo com vários estudos da Comissão Europeia (2021), Portugal também foi um dos mais eficientes no controle à pandemia devido a uma coordenação técnica, políticas unificadas, estrutura de vigilância e uso de telemedicina. Esse conjunto de medidas relacionadas com o distanciamento físico resultaram em um elevado *stringency index* (SI), indicador proposto pela Universidade de Oxford para mensurar o rigor das políticas de restrição (*lockdown*) adotadas pelos governos (Hale et al, 2021), que variou entre 82,41 e 87,96 no período de 19 de março a 3 de maio de 2020, um dos mais elevados dos países europeus (Ritchie et al; 2022).

Houve, ainda, estratégias com a utilização de aplicativos que não surtiram o efeito esperado. Em setembro de 2020, o governo lançou o aplicativo *StayAway COVID* – uma aplicação voluntária para *smartphones* que se utilizava de *Bluetooth* e Wi-Fi para detectar possíveis cadeias de transmissão do vírus. O aplicativo tinha como finalidade ajudar a notificar os usuários, o mais rapidamente possível, caso tivessem sido expostos a alguém diagnosticado com Covid-19, bem como a detectar e identificar cadeias de transmissão. Até abril de 2021, um em cada três portugueses tinha baixado o aplicativo. Contudo, em maio de 2021, 60% dos usuários tinham desinstalado o aplicativo, após muitas críticas e

debate público devido ao armazenamento de dados em risco de acesso indevido, ou seja, sem a devida e necessária proteção. Em 15 de janeiro de 2021, só tinham sido comunicadas 2.708 infeções por meio do aplicativo (Comissão Europeia, 2021).

4. Saúde Pública no Brasil: uma contextualização

A seguir são apresentadas as principais características do principal meio de assistência pública à saúde brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS foi previsto em 1988 pela Constituição Federal Brasileira. O texto constitucional baseia-se na formulação de um modelo de saúde voltado para as necessidades da população, para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. No entanto, as bases para a criação de um sistema nacional de saúde foram estabelecidas no início do século vinte. Em 19 de setembro de 1990 foi assinada a Lei nº 8080, que instituiu o SUS. Devido as dimensões continentais do país o SUS é considerado um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, denominada como “Atenção Primária”, até transplante de órgãos, devendo ser garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população residente do país. O Sistema Único de Saúde trabalha de maneira integrada em todo o território nacional. A gestão maior e as diretrizes do SUS partem do Ministério da Saúde, mas, as secretarias de saúde estaduais e municipais assumem a gestão em seus territórios. A verba destinada ao SUS advém da cobrança de impostos e o governo central é responsável por repassá-la aos hospitais federais e às secretarias de saúde estaduais e municipais.

Em linhas gerais, de acordo com Ministério da Saúde (Brasil, 2024), o SUS apresenta três princípios para o seu funcionamento e que, a priori, ao menos em tese, foram os mesmos durante o período pandêmico. São eles:

a) Universalização: a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, inclusive de forma gratuita não podendo ter nenhum tipo de cobrança a qualquer usuário do serviço público de saúde no Brasil diferentemente de Portugal que muitos dos serviços são cobrados dos usuários do Serviço Nacional de Saúde (SNS) português.

b) Equidade: diminuir desigualdades. investindo mais em regiões menos favorecidas.

c) Integralidade: integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação.

Desta maneira, os princípios tem por objetivo a articulação com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

No entanto, mesmo sendo uma referência necessária e praticamente exclusiva para maior parte da população brasileira em muitos momentos, o SUS incide como exemplo de maus serviços prestados à sociedade brasileira. É de conhecimento recorrente os problemas que o circundam, principalmente de ordem financeira e de má gestão: falta de hospitais e de profissionais de saúde, em especial nas regiões periféricas das grandes cidades ou nas pequenas cidades, em geral nas regiões de população mais desfavorecidas; carga de trabalho excessiva dos profissionais que atuam e trabalham sob estresse, lista

de pacientes em larga escala a espera de atendimento; e carência de médicos especializados essenciais, em especial em áreas com menor remuneração e maior carga de trabalho, como anesthesiologistas, cardiologistas, cirurgiões e médicos intensivistas (médicos responsáveis pelas UTIs) entre outros tantos desafios. Como resultado tem-se, em muitos casos, o agravamento de doenças, mortes por falta de atendimento ou negligência, e os serviços de urgência muitas vezes deficitário.

A pesquisa O GLOBO/Ipec (2022) reforça essa percepção ao demonstrar o descontentamento, por parte dos usuários, com os serviços oferecidos pelo SUS, sendo os mesmos problemas apontando em diversas pesquisas anteriores a pandemia. De acordo com os usuários do SUS, foram indicados em ordem pelo maior grau de insatisfação:

- 1) Demora para conseguir consulta, exame ou cirurgia;
- 2) Superlotação de hospitais, emergências e pronto-atendimentos;
- 3) Falta de leitos em hospitais, emergências e pronto-atendimentos;
- 4) Falta de medicamentos;
- 5) Infraestrutura defasada, equipamentos antigos, de baixa qualidade.

Como em Portugal, a maioria da população no Brasil depende exclusivamente do sistema público de saúde. No período da pandemia a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2020) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados referentes ao ano de 2019, apontou que sete em cada 10 brasileiros, ou seja, mais de 150 milhões de pessoas, dependiam exclusivamente do SUS para tratamento médico, emergência hospitalar, exames laboratoriais e outros tantos serviços na área da saúde.

A pesquisa PNS (2020) mostrou que, no mesmo ano de 2019, 59,7 milhões de brasileiros (correspondente a 28,5% da população), possuíam algum plano de saúde privado, seja ele médico ou odontológico. Dessa forma, os outros 71,5% dos brasileiros eram dependentes, exclusivamente, do serviço público de saúde no Brasil tendo, nesse sistema, a sua única possibilidade de obter um atendimento hospitalar e a qualquer outro tipo de serviços de saúde. O SUS é considerado o maior sistema público de saúde do mundo, atendendo a cerca de 190 milhões de pessoas. Ademais, 80% das pessoas que utilizam o SUS dependem exclusivamente do sistema para tratar da saúde. Na mesma pesquisa os números apontaram que não houve qualquer mudança significativa nestes percentuais, em comparação à última pesquisa do gênero publicada em 2013, pelo IBGE. As mesmas desigualdades foram detectadas: as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste registram maiores proporções de pessoas com planos de saúde; enquanto Norte e Nordeste têm as menores proporções de cobertura de planos de saúde complementar privados (PNS, 2020).

Quanto as internações no SUS, 8,9 milhões de pessoas foram internadas em hospitais do sistema por 24 horas ou mais em 2019, representando 64,9% do total de internações no país. Norte e Nordeste registraram as maiores proporções (77,8% e 76,2%, respectivamente) de pessoas que permaneceram internadas em hospitais públicos; o Sudeste apresentou a menor proporção (56,4%) (PNS, 2020).

Outro estudo realizado pelo projeto Monitora Covid-19, da Fiocruz (2022), apontou em números, o quanto a Covid-19 afetou os atendimentos do Sistema Único de Saúde. Em um ano e meio, houve 1,7

milhão de internações a menos – uma diminuição de 9,9%, mesmo com o volume de pessoas internadas devido à Covid-19. A análise aponta para um colapso no sistema de saúde durante o período pandêmico, não só para o tratamento da Covid-19. Mas, para outros serviços de rotina entre os períodos de janeiro de 2018 a junho de 2019 e janeiro de 2020 a junho de 2021. Na mesma comparação, diminuiu 37,3% o número de pessoas internadas por problemas respiratórios, sendo 27,2% aquelas internadas por doenças do aparelho digestivo e 34%, as internadas por doenças dos olhos.

O levantamento do Monitora Covid-19, da Fiocruz (2022) mostra, ainda, que os períodos de maiores picos de morte por Covid-19 são, também, aqueles em que houve mais óbitos por outras causas. Não ao acaso, tais períodos coincidem com as datas em que foram registrados os menores volumes de atendimento nos diferentes sistemas de informação em saúde, sugerindo colapso por conta da ocupação da rede hospitalar devido a Covid-19.

Dados do Sistema de Informações Ambulatoriais, por exemplo, mostraram uma queda brusca em quase todos os tipos de atendimento, logo após o início da pandemia. Procedimentos cirúrgicos apresentaram queda de 53%, comparando-se os períodos de janeiro de 2020 em relação a junho de 2021 e janeiro de 2018 a junho de 2019. O grupo das ações de promoção e prevenção em saúde e os procedimentos clínicos ficaram muito abaixo dos números de antes da pandemia. Essas reduções revelam um cenário de desassistência, com grande passivo de atendimentos que ficaram represados (Fiocruz, 2022). Ou seja, o que já não estava bem passou a enfrentar mais problemas.

Em 2021, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicaram que, pela primeira vez, as doenças cardiovasculares deixaram de ser as que mais mataram no país. A Covid-19 foi principal causa de morte no Brasil durante o segundo ano da pandemia, uma vez que as doenças infecciosas e parasitárias – categoria que inclui a infecção causada pelo novo coronavírus – foram a principal causa de óbito no Brasil. Entre 2010 e 2019, as doenças cardiovasculares eram a principal causa de morte no país, de acordo com dados do relatório Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE (2021).

Ainda de acordo com os resultados do IBGE, em 2019, as doenças do aparelho circulatório corresponderam a 27% das mortes, as neoplasias a 17,4% e as doenças infecciosas e parasitárias apenas 4,2% do total. Já no primeiro ano da pandemia de Covid-19, em 2020, as doenças infecciosas e parasitárias saíram do último para o segundo grupo de causas de óbito mais importantes. Por sua vez, em 2021, as doenças infecciosas e parasitárias corresponderam a 26,6% das mortes. As doenças do aparelho circulatório apareceram em segundo lugar, com 20,6% e os tumores, em terceiro, com 12,8%.

Em 2020 e 2021, o Brasil confirmou 22,3 milhões de casos de Covid-19, que resultaram em mais de 600 mil óbitos. Destes, 7,7 milhões de casos e aproximadamente 200 mil mortes ocorreram em 2020 e 14,6 milhões de casos e 420 mil mortes em 2021. Esses números contribuíram diretamente para o crescimento da taxa de mortalidade de forma geral no país, que estava estável desde 2010. Entre os dois primeiros anos de pandemia, a taxa de mortalidade aumentou 46,1% no Brasil, passando de 5,8 para 8,5 para cada 1.000 habitantes. Também houve crescimento no total de óbitos. Entre 2010 e 2019, o crescimento médio anual do total de óbitos no país era de 1,1%. Já em 2020, essa taxa saltou para 15,3% e, em 2021, para 16,9%, são conclusões do IBGE (2022).

Em 2021, Norte e Nordeste apresentaram desaceleração desse crescimento, enquanto Sul, sudeste e Centro-Oeste, aceleração. O estudo do IBGE (2022) credita esse último cenário a uma conjunção de fatores, incluindo aparecimento de novas variantes do coronavírus; o contexto social, econômico e político para o enfrentamento da pandemia; precária articulação nacional com governos regionais e locais nas ações de combate à doença; desigualdades regionais e locais na disponibilidade de recursos físicos e humanos para a saúde; e aos impactos positivos da vacinação.

Quanto a insegurança alimentar os dados evidenciam ter aumentado no país, durante a pandemia, passando de 20,5%, em 2020, para 30,7%, em 2021. No que se refere a vacinação, dados do IBGE ressaltam o aspecto positivo da vacinação no controle da pandemia. Em 2021, o Brasil registou mais casos e mortes pela Covid-19 do que em 2020. Porém, a taxa de letalidade da doença (percentual de óbitos em indivíduos com diagnóstico positivo) foi mais alta no primeiro ano da pandemia e antes da chegada da vacina.

4.1. A Teleconsulta incipiente como estratégia de enfrentamento da COVID-19 na Saúde Pública Brasileira

Com o avanço da pandemia COVID-19, ações de prevenção e monitoramento de sua expansão começaram a ser desenvolvidas no Brasil seguindo, tardiamente, as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Entre tais recomendações, estava a utilização da telesaúde como um dos principais instrumentos da estratégia do cuidado, naquele período. Era necessário evitar uma busca em larga escala por atendimento presencial de saúde e o conseqüente aumento potencial de contaminação – inclusive, de pacientes com outras doenças e daqueles pertencentes aos grupos mais vulneráveis de contágio se fazia necessário.

No Brasil, o governo federal autorizou, tardiamente, o uso da telemedicina em caráter emergencial durante a pandemia, através da Lei n. 13.989 de 5 de abril de 2020, o que evidencia não se tratar de prática adotada no país até então. Até então, a realização de atendimentos, como a teleconsulta, era proibida e somente passou a ser autorizada a realização de consultas e atendimentos a distância, durante o período da pandemia. Entretanto, devido a emergência sanitária essas práticas passaram a ser tema de discussão pela sociedade. A Lei da Telemedicina (Lei nº 14.510) foi sancionada em 27 de dezembro de 2022. Após vários meses de tramitação e de discussões no Congresso Nacional, estabeleceu-se os critérios para o atendimento médico a distância no país. No entanto, na rede pública ainda não adotava esta prática no momento mais crítico da pandemia, até então.

Estudos indicam que a prática da telemedicina no Brasil foi negligenciada pelo poder público ou, no mínimo, não foi utilizada como poderia ser com várias potencialidades ao atendimento público. De acordo com o estudo organizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2020), os serviços relacionados à saúde pública foram menos realizados integralmente pela Internet por usuários da região Norte (4%) do que pelos das demais regiões do país, assim como foram menos citados por aqueles com ensino fundamental (13%) e médio (16%) em relação aos usuários com ensino superior (23%). Os resultados também indicam menor acesso a serviços na área de saúde pública entre os usuários das classes D e E (8%) ou com 60 anos ou mais (8%). Cabe lembrar que os idosos são

considerados um dos grupos mais vulneráveis à COVID-19, o que tornava fundamental que conseguissem acesso aos serviços de forma remota.

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2020) implementou, em caráter extraordinário, o Painel TIC COVID-19, uma pesquisa experimental com usuários de Internet realizada através de um painel *web* complementado por entrevistas telefônicas. Partindo de dados de padrões estáticos que permitem representar um contingente de cerca de 97 milhões de usuários de Internet, o que corresponde a 80% dos usuários na faixa etária considerada a partir dos 16 anos. Sendo assim, pela relevância da abrangência deste estudo adota-se, como referência, esta pesquisa para analisar os desdobramentos da utilização do governo brasileiro para as ações relacionadas a telessaúde no período da pandemia.

O Painel Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR, 2020), indica que apenas 20% dos usuários de internet baixaram um aplicativo do governo com informações sobre a Covid-19 no período da pandemia e, ainda, que o meio mais utilizado para a realização das consultas via Internet foram os aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram (50%). Os aplicativos de videochamadas, como Skype e Zoom, aplicativos de planos de saúde e da rede pública foram utilizados por cerca de um terço dos pacientes que realizaram teleconsultas (31%, 30% e 28%, respectivamente), o que demonstra a baixa aderência às iniciativas governamentais, em todos os estratos investigados pela pesquisa. A maioria daqueles que não realizaram teleconsultas (71%) apontou que não precisou de consulta médica no período. No entanto, nos demais motivos mencionados pelos não usuários do serviço estão a preferência pelo atendimento pessoal (65%), a preocupação com a segurança dos dados pessoais (60%), o fato de acharem complicado realizar esse tipo de serviço on-line (50%) e a falta de confiança em realizar uma consulta via internet (46%). Apenas um quinto (20%) informou que não realizou consulta porque não encontrou esse serviço disponível na Internet, resultado que pode apontar para uma adaptação das redes de atendimento ao serviço de telemedicina no período da pandemia, falha do governo na comunicação pública ou, os dois aspectos.

A pesquisa “TIC Covid-19: novos serviços públicos *on-line*, Telessaúde e privacidade” também investigou os agendamentos de consultas, de exames e visualização de resultados de exames *on-line*. A maior utilização desses serviços foi diretamente proporcional à classe socioeconômica, sendo as classes AB as que mais realizaram agendamentos e acessaram resultados de exames pela Internet. Entre os usuários que utilizaram estes serviços on-line, verificou-se que o maior percentual foi na rede privada, sendo: 13% acessaram resultados de exames, 12% agendaram consultas médicas, 11% fizeram agendamentos com outros profissionais e 10% agendaram exames. Na rede pública, 9% agendaram consultas médicas e visualizaram resultados de exames, 7% agendaram consultas com outros profissionais e 6% fizeram a marcação de exames pela Internet, sendo que o número de usuários dos serviços de saúde no SUS são muito mais elevados. Ressalta-se que a ampliação da disponibilidade e do uso desses serviços *on-line*, principalmente na atenção primária da rede pública, teria o potencial de diminuir o deslocamento da população até os estabelecimentos para realizar os agendamentos, contribuindo, assim, com as recomendações de distanciamento social preconizados pela OMS nesse período, além de descongestionar as unidades de saúde.

Importa ressaltar que das análises destes dados, entre outros tantos do período, tem o aspecto preponderante da atuação em que o próprio Presidente da República do Brasil, a época, desestimulou

o confinamento e a não adesão a vacinação, passando por quatro trocas de Ministros da Saúde, o que também exemplifica o “pensamento” do governo e sobretudo para as lacunas na oferta e utilização de serviços de telemedicina para os pacientes. Naquele período, as teleconsultas foram realizadas mais por aplicativos de mensagens do que por aplicativos disponibilizados pelas redes pública e privada. A falta de oferta de meios adequados para a realização desses serviços pode ter gerado insegurança quanto ao uso, uma vez que não houve campanhas, por parte do governo, incentivando a utilização das plataformas digitais como forma de prevenção e combate a COVID-19.

Assim, pode-se constatar que a efetivação do teleatendimento, durante o período da pandemia, garantiria uma melhora em relação à superlotação dos locais físicos de saúde pública, além de fornecer atendimento primário referentes a COVID-19. Não que essa configuração fosse ou pudesse substituir plenamente o atendimento presencial, mas em um momento emergencial, as múltiplas formas de aplicações na saúde permitiriam uma comunicação entre profissionais e usuários, possibilitando a obtenção de diagnósticos, receitas e acompanhamentos clínicos, de maneira a viabilizar maior possibilidade de acompanhamento efetivo do cidadão durante a pandemia, no cenário brasileiro.

5. Conclusão

No estudo observa-se que os dois países, postos em paralelo, conduziram as ações de utilização da telemedicina de forma bem diferente um do outro. Desde disponibilização das informações públicas em plataformas digitais, como na maneira de não proporcionar ou retardar, no caso brasileiro, plenamente a possibilidade de comunicação interativa entre o cidadão e o Estado através da potencialidade da comunicação da rede *web*. Devendo ainda considerar que em 2021, o instituto Johns Hopkins, apontou que o Brasil obteve a marca lamentável de ser o segundo país com mais mortes por Covid-19 no mundo. E, Portugal ficou na posição quadragésimo primeiro, a frente do Japão, em mortalidades por habitante. Obviamente que estes números não se deram exclusivamente pela utilização ou não da teleconsulta ou da telemedicina. Mas, no mínimo, estes dados corroboram com a discrepância que estes governos trataram de maneiras afastadas a urgência na adoção de políticas públicas no enfrentamento da pandemia.

As restrições de acesso aos serviços de telemedicina durante a pandemia remarcam que a implementação de soluções digitais na saúde brasileira precisava avançar. Conquanto, a experiência de Portugal com a estratégia do uso de soluções digitais durante a crise comprova que mudanças decorrentes de recursos de TIC são importantes, e precisam ser construídas de maneira continuada e avaliada periodicamente. Igualmente, faz-se necessário que tais mudanças abarquem, simultaneamente, as diferentes vertentes que afetam o serviço público de saúde, sejam elas de natureza estrutural, legal e social. Levando em conta que, não se pode negar os desdobramentos positivos que a disponibilização de serviços digitais representa do ponto de vista de uma melhora no desempenho governamental, com algumas repercussões positivas para a população.

Entretanto, os desafios diversos no domínio da saúde pública são amplos nos dois países e de difícil resolução. E deve-se ainda observar que mesmo com a regularidade no uso de tecnologia para a publicação de informações *online* e na oferta de serviços públicos, contribuindo para impactar na melhoria em rankings de governo digital, isto não reflete necessariamente em maior participação

social por meio das plataformas digitais para os cidadãos, seja em um ou em outro país ou em qualquer outro.

6. Referências Bibliográficas

- Barros, S. (2023). Vigilância e elevada cobertura vacinal: como Portugal superou o colapso e retomou o controle da pandemia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(5), 1297-1312. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.10732022>
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2024.) Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf. Acesso em: 18 mai. 2024.
- Caetano, R. et al. (2020). Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(5), 2- 16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00088920>
- Capitão, A., Brandão, P. L., & Rocha, A. (2008). Telemedicina: uma análise da situação portuguesa. In: Iberian Conference On Information Systems And Technologies – CISTI, 3., 2008, Ourense. Atas... Pontevedra: Universidade de Vigo, 1-13.
- Comitê Gestor da Internet (2020). *Painel TIC COVID-19: Pesquisa sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus*, 2ª edição: Serviços públicos on-line, Techno e privacidade. Disponível em: <https://www.cgi.br/publicacao/painel-tic-covid-19-pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-no-brasil-durante-a-pandemia-do-novo-coronavirus-2-edicao/>
- ECDC (2021). *European Centre for Disease Prevention and Control*. Disponível em: <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data>
- EUROFOUND (2021). *Living, working and COVID-19 survey*. Disponível em: <https://www.eurofound.europa.eu/en/publications/2020/living-working-and-covid-19>
- European Commission (2021). *Commission staff working document: Technolo of the recovery and resilience Technol Portugal*. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52021SC0146>
- EUROSTAT (2021). *European Union Statistics Office* (Eurostat). Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>
- FIOCRUZ (2022) Monitora Covid-19. Disponível em: <https://pcdas.icict.fiocruz.br/covid-19/>
- Fronteira, I., Simoes, & J. August, G. F. (2020). *Update on the Portuguese Government approves a plan to improve NHS responsiveness*. Disponível em: <https://eurohealthobservatory.who.int/monitors/health-systems->

[monitor/updates/hspm/portugal-2017/the-portuguese-government-approves-a-plan-to-improve-nhs-responsiveness](#)

Hale, T., Angrist, N., Goldszmidt, R., Kira, B., Petherick, A., Phillips, T., Webster, S., Cameron-Blake, E., Hallas, L., Majumdar, S., Tatlow, H. (2021). A global panel database of pandemic policies (Oxford COVID-19 Government Response Tracker). *Nat Hum Behav*, 5(4), 529-538. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33686204/>

Health Systems Response Monitor -HSRM- (2021). *Contains information on how countries' health systems responded to the pandemic.* Disponível em: <https://eurohealthobservatory.who.int/monitors/hsrc/hsrc-countries/portugal-overview/country-key-links>

IHME (2020). *Global Health Data Exchange.* Disponível em: <https://ghdx.healthdata.org/gbd-2019>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022). PNS – *Pesquisa Nacional de Saúde.* Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>

Instituto Nacional de Estatística (INE). *Dos 19,6 anos de esperança de vida aos 65 anos em 2019, 7,3 são de vida saudável* [Internet]. 2021. [acessado 2022 jun 25]. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUE_Sdest_boui=471121097&DESTAQUESmodo=2

JONHNS HOPKINS (2021). CSSE covid 19 data repositör. Disponível em: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>

Maldonado, J. M. S. de, V., Marques, A. B., Cruz, A. (2016). Telemedicina: desafios à sua difusão no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(2), 1-11. Disponível em: Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00155615>

O GLOBO/lpec (2022). *A percepção do SUS.* Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/09/nordeste-e-a-regiao-que-mais-percebe-a-saude-como-um-problema-veja-numeros-da-pesquisa-o-globoipec.ghtml#:~:text=Outros%20dados%20revelados%20pela%20pesquisa,para%20os%20primeiros%20versus%2029%25.>

OCDE (2021). Organisation for Economic Cooperation and Development European Observatory on Health Systems and policies (EOHSP). *Estado da saúde na EU: Portugal – perfil de saúde do país 2021.* Paris, Bruxelas: OCDE/ EOHSP. Disponível em: <https://www.oecd.org/health/country-health-profiles-eu.htm>

Odone A., Gianfredi V., Sorbello S., Capraro M., Frascella B., Vigezzi G.P., & Signorelli C. (2021). The use of digital Technologies to support vaccination programmes in Europe: state of the art and best practices from experts' interviews. *Vaccines*. 9(10), 1126-1138. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8538238/>

Pardo, T. A., Nam, T., & Burke, G. B. (2012). E-Government Interoperability: Interaction of Policy, Management, and Technology Dimensions. *Social Science Computer Review*, 30(1), 7-23. Disponível em: [https://doi.org/10.1177/0894439310392184.](https://doi.org/10.1177/0894439310392184)

- Passarelli, B., Silva, A.M. da & Ramos, F. (2014)e-Infocomunicação: estratégias e aplicações. São Paulo: Senac, SP; Escola do Futuro-USP.
- Pesquisa Nacional de Saúde (PNS; 2020). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>
- PORTUGAL. Direção Geral de Saúde- SNS (2020). *COVID-19: relatório de situação*, 03-01-2020. Disponível em: <https://covid19.min-saude.pt/relatorio-de-situacao/>.
- PORTUGAL. Ministério da Saúde (2020). Disponível em: <https://www.insa.min-saude.pt/category/areas-de-atuacao/epidemiologia/covid-19-curva-epidemica-e-parametros-de-transmissibilidade/>
- PORTUGAL. Ministério da Saúde (2021). Disponível em: https://www.insa.min-saude.pt/wp-content/uploads/2021/12/Report_covid19_20211231.pdf
- PORTUGAL. Serviço Nacional de Saúde (SNS). *Relatório Anual - Acesso a cuidados de saúde nos estabelecimentos do SNS e entidades convencionadas em 2019*. Lisboa: SNS; 2019 Disponível em: https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2020/09/Relatorio_Anuar_Acesso_2019.pdf
- Ritchie, H., Mathieu, E., Rodés-Guirao, L., Appel, C., Giattino, C., Ortiz-Ospina, E., Hasell, J., Macdonald, B., Beltekian, D., & Roser, M. (2022). *Coronavirus Pandemic* (COVID-19) [Internet]. Our World in Data. [cited 2022 jul 20]. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>

Can't buy me love? Analisando a dinâmica de equalização-normalização nas Eleições Nacionais Portuguesas de 2022

Can't buy me love? Analyzing the equalization – normalization dynamics in the Portuguese 2022 National Election

Sara Monteiro Machado

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
saramonteirromachado@gmail.com

Resumo

O debate sobre se as redes sociais têm um efeito normalizador ou equalizador na dinâmica do poder político persiste há mais de duas décadas e continua a ser altamente relevante. Este estudo contribui para esta discussão ao examinar como a longevidade dos partidos e os níveis de recursos influenciaram tanto a utilização estratégica do Facebook como o envolvimento dos utilizadores durante as eleições nacionais portuguesas de 2022. Utilizando uma abordagem de análise das redes sociais, analisámos todas as publicações do Facebook (n = 1.383) publicadas pelos partidos políticos com representação parlamentar no mês que antecedeu a eleição. Adotando uma perspetiva multidimensional, o estudo considerou tanto o lado da oferta (atividade partidária e número de seguidores) como o lado da procura (métricas de *engagement* dos utilizadores). Quando a longevidade partidária é utilizada como critério, os resultados sugerem uma tendência para a equalização: os partidos mais novos cultivam audiências mais elevadas, geram níveis mais elevados de envolvimento e demonstram uma forte presença no Facebook. No entanto, quando são considerados os recursos partidários, surge uma clara correlação entre os gastos de campanha e o sucesso online, suportando

Abstract

The debate over whether social media networks have a normalizing or equalizing effect on political power dynamics has persisted for over two decades and remains highly relevant. This study contributes to that discussion by examining how party longevity and resource levels influenced both the strategic use of Facebook and user engagement during the 2022 Portuguese national election. Using a social media analytics approach, we analyzed all Facebook posts (n = 1 383) published by political parties with parliamentary representation in the month leading up to the election. Adopting a multidimensional perspective, the study considered both the supply side (party activity and number of followers) and the demand side (user engagement metrics). When party longevity is used as the criterion, the results suggest a trend toward equalization: newer parties cultivate larger audiences, generate higher levels of engagement, and demonstrate a strong presence on Facebook. However, when party resources are considered, a clear correlation emerges between campaign spending and online success, thus supporting the normalization hypothesis. The theoretical and practical implications of these findings are discussed.

assim a hipótese da normalização. As implicações teóricas e práticas destes resultados são discutidas.

Palavras-chave: equalização; normalização; **Keywords:** *equalization; normalization; digital political communication política digital; campanha eleitoral. communication; electoral campaign.*

1. Introduction

Around 25 years ago, Blumler and Kavanagh (1999) introduced the third age of political communication, noting that “not only are the avenues of political communication multiplying in a process that is becoming more diverse, fragmented, and complex, but also, at a deeper level, power relations among key message providers are being rearranged” (p. 209). At the time, the influential researchers could suspect – but not know – how much more multiple, diverse, fragmented, and complex political communication would become. Later, Blumler (2016) added a fourth age, whose main feature was the exponential use of internet resources and its role in the intersection between politics, citizens, and media. Indeed, traditional media have been losing prominence in their gatekeeping role in favor of digital technologies, which now constitute the fifth estate (Perloff, 2021). In the words of Jungherr and Schroeder (2021), “digital media have thus become a highly influential source through which social and political reality gets mediated and acted upon” (p. 30).

The quick circulation of new technologies pressures political actors to adapt their strategies to digital communication's complex, multidimensional, and disruptive logic (Chadwick, 2017). We can pinpoint Web 2.0 and social media as the technological breakthroughs that revolutionized the world of politics: they introduced a complex, disintermediated communication process that enables political actors to pursue objectives such as managing their visibility, reestablishing a direct connection with voters, monitoring their opinions, and influencing the media agenda (Figueiras, 2019).

If it is clear that in Western democracies digital platforms have moved from the periphery to the center of electoral campaigning (Gibson, 2020), it is less consensual what its impact is on electoral competition, particularly on the gap between larger or more resourceful parties, and smaller or less resourceful players (Vanden Eynde, Put, & Maddens, 2022). This dichotomy is the basis of the normalization-equalization debate, which, despite being around since the end of the 20th century (Corrado & Firestone, 1996; Margolis & Resnick, 2000), is yet to be settled. On the contrary, its relevance has been reinforced by the extensive scientific literature produced on the subject in various parts of the world over the years up until today (Bene, 2021; Gibson, 2020; Gibson, Lusoli, & Ward, 2008; Jacobs & Spierings, 2016; Koc-Michalska, Lilleker, Smith, & Weissmann, 2016; Larsson, 2016; Lev-On & Haleva-Amir, 2018; Ramos-Serrano, Fernández Gómez, & Pineda, 2018; Rosa et al., 2022; Vanden Eynde et al., 2022; Zamir, 2023).

The normalization theory claims that social media rewards established political parties because the exposure provided by traditional media offline boosts the attention, they receive online (Koc-Michalska et al., 2016). Also, due to greater resources, larger parties will likely be the most innovative in their use of social media, generating more content and traffic and engaging more audiences (Lev-On & Haleva-Amir, 2018). On the other hand, the equalization approach suggests that by being almost

universally accessible and fairly cheap (Vanden Eynde et al., 2022), the digital sphere makes it possible to redistribute political power. Through the original use of social media, weaker political actors can bypass traditional media, strengthen their positions, and equalize their status (Zamir, 2023). Recently, another factor was added to the debate: social media reach. One possibility is that smaller or new political actors can reach increasingly wider audiences, surpassing established parties (equalization); the other is that dominant parties maintain their higher reach also on social media (normalization) (Van Aelst, van Erkel, D'heer, & Harder, 2017).

Although the majority of the studies point to a normalization effect (Jacobs & Spierings, 2016; Klinger, 2013; Koc-Michalska et al., 2016; Lam, Cheung, & Lo, 2021; Lev-On & Haleva-Amir, 2018; Ramos-Serrano et al., 2018; Sobaci, 2018; Van Aelst et al., 2017; Zamir, 2023), there is also evidence of equalization patterns (Bene, 2021; Gibson & McAllister, 2015; Larsson, 2016; Vanden Eynde et al., 2022). Another possibility recently proposed is that the two phenomena occur intermittently throughout different phases, in which recent and minor parties are the first to experiment with new technologies and formulas of communication (equalization), which are later adopted and further refined by established parties (normalization) (Gibson, 2020).

In this study, we consider the possibility that at least part of these contradictory results (or the perception that results are contradictory) may be related to where we draw the line between the "major" and the "minor" parties (Gibson & McAllister, 2015, p. 529). For example, Lev-On and Haleva-Amir (2018) distinguish "peripheral and smaller players that lack resources" from "established and resourceful players" (p. 736); Rosa et al. (2022) mention "major" and "newer or smaller parties" (p. 129); Gibson (2020) describes the "major parties" and the "smaller and newer parties that lack resources" (p. 222), Koc-Michalska et al. (2016) differentiates between "rich parties" and "smaller parties" (p. 129). The literature seems to assume a strong association between size, longevity, and resources, which may not always exist.

Recently, Bene (2021) also called out the general conceptual confusion around these theories. Following theoretical recommendations by Wright (2011) – who warns that “if researchers wish to frame their research with the revolution/normalization dichotomy, they must be explicit about what they mean by the terms” (p. 257) – in this study, we analyze the effects of normalization and equalization in Portuguese politics by two clearly stated criteria: longevity and resources.

2. Digital political communication in Portugal

In Portugal, the development of digital political communication had a slow start. At the beginning of the 21st century, in an analysis of the level of sophistication of political party websites in 15 European Union countries, Portugal got an average score of 34.7 points, the lowest placement, well below the European average (59.2) and the average of the neighbour Spain (48.6) (Norris, 2003). Ten years later, in a study on the 2009 National Election, Lisi (2013) identified a “rather low” level of campaign professionalization without “any significant use” (p. 272) of digital technologies in Portugal, unlike the political scenario in Western Europe. The author associated the traditional character of Portuguese political campaigns with a high dependence on television as a communication channel and a competitively low electoral system level, among other factors.

The idea that there was much to be done regarding the use of social media by political actors in Portugal persisted over the years. Regarding the 2013 Local Election, Santos and Bicho (2016) concluded that the online campaign followed a Web 1.0 instead of a 2.0 logic, replicating the logic of traditional media communication. Analyzing the performance of the two main Portuguese parties – the Socialist Party (PS) and the Social Democratic Party (PSD) – in the 2015 National Election, Berta García-Orosa, Vázquez-Sande, and López-García (2017) found a low level of innovation based on the lack of content adaptation to different platforms, the lack of specific copywriting (with information being replicated from press releases), low content sharing from other pages, low interaction with users, and failure to take advantage of the benefits of mobile communication.

More recent studies report advances regarding the parties' digital performances, although they highlight some shortcomings. Considering a period of seven years (2010-2017), Serra-Silva, Carvalho, and Fazendeiro (2018) observed a rise in the posts' volume and increased use of newer, fancier multimedia content. The authors note that "it is indisputable that Portuguese parties are investing in social media communication and trying to take advantage of its possibilities and potential" (p. 208). Likewise, in an analysis that includes the Portuguese parties with parliamentary representation in 2021, Beatriz García-Orosa (2022) registers an increased use of audiovisual content and image-based platforms, such as Flickr and Instagram, as well as advances in information segmentation. Both studies identify asymmetrical top-down communication as a bottleneck, which distances itself from more transactional modes of communication based on dialogue and co-creation of content (Beatriz García-Orosa, 2022; Serra-Silva et al., 2018).

However, there is less consensus regarding the debate between normalization and equalization in the context of digital platforms in Portugal. Despite admitting that Portuguese parties are not equal in their performance in the digital world, Braga, Rocha, and Carlomagno (2017) reject the normalization theory, arguing that the internet does not simply reproduce offline patterns. On the contrary, analyzing the 2015 National Election, Pina (2018) strongly points to a normalization effect, concluding that the social media activity by the two major parties in Portugal is twice that of the smaller parties in communicative production and supporters' adhesion. Recent studies also offer conflicting evidence: while Rosa et al. (2022) concludes that newer and smaller parties receive more user engagement, Santana-Pereira (2023) argues that, in Portugal, "online campaigning is scarce and competition between major and minor parties presents a pattern of normalization, with the former being able to invest more resources and run more successful digital campaigns" (p. 271).

These divergent findings highlight the need for further empirical analysis of how party characteristics shape digital communication strategies and audience interaction. To address this gap, the present study poses the following research questions:

RQ1: How did party longevity (new vs. established) and resource levels (more vs. less resourced) affect the strategic use of Facebook during the 2022 Portuguese national election campaign?

RQ2: How did party longevity (new vs. established) and resource levels (more vs. less resourced) affect the user engagement during the 2022 Portuguese national election campaign?

This study offers several contributions to the literature. First, there is a notable scarcity of research on this topic within the Portuguese context. As Serra-Silva et al. (2018) point out, "Portugal is somewhat

marginalized in the study of parties' online communication strategies" (p. 187). Second, the study introduces a novel approach to the Portuguese debate on equalization and normalization by directly comparing the influence of party longevity and resources – two central but often separately examined variables. Third, considering that political communication is highly context-dependent, it is crucial to account for specific political, economic, and media environments (Salgado, 2019).

The 2022 Portuguese national election presents a particularly compelling case: it was an early election triggered by the rejection of the state budget and occurred amid a global pandemic. Moreover, and perhaps most significantly, new parties were gaining traction. In particular, the rapid rise of a far-right party signalled a potential structural shift in the Portuguese political landscape – one long considered "immune" to such movements (Fernandes & Magalhães, 2020, p. 1046). Additionally, following the logic that electoral competitiveness can foster campaign professionalization (Lisi, 2013), the election's unpredictable outcome may have prompted a more intense use of social media by political actors.

3. The political context

After years of political alliance, the so-called "Geringonça" (which means an improvised or unstable thing) between the Socialist Party (Partido Socialista/PS), the Portuguese Communist Party (Partido Comunista Português/PCP), and the Left Bloc (Bloco de Esquerda/BE) came to an end. The left-wing allies joined the right-wing parties and rejected the Socialist minority government's budget bill for 2022, which led to the scheduling of early elections. Without Geringonça's support, António Costa, the Socialist Party's leader, wanted to secure a majority government. On the other hand, the Communist Party and the Left Bloc had a lot at stake, given they had lost votes in the previous elections due to their association with the Socialists and were currently being blamed by the incumbent for the collapse of the budget and the resulting political crisis.

At the same time, there was a crisis in the traditional right wing of the Portuguese political spectrum. After a heavy defeat in the 2019 National Election and minimal representation in Parliament, the People's Party (Centro Democrático e Social - Partido Popular/CDS-PP) struggled to maintain its political relevance. The attempt to rejuvenate the party's image and appeal to new generations collided with the party's Christian and conservative character. On the other hand, the Social Democratic Party (Partido Social Democrata/PSD), one of the largest political forces in the country and the main opposition to the government, was going through internal divisions that weakened its political strength. If, on the one hand, its leader Rui Rio's opposition style was considered too moderate, on the other hand there was speculation about the possibility of a right-wing alliance that would include a new rising far-right political party, which became a red flag for some voters.

Indeed, the 2022 National Election was also characterized by a more diverse political landscape than ever in Portugal. After the rise of the environmentalist/animalist party People-Animals-Nature (Pessoas-Animais-Natureza/PAN) in 2015, the 2019 National Election was marked by the parliamentary entry of three new political forces: the far-right populist Enough (Chega / CH), the economically libertarian Liberal Initiative (Iniciativa Liberal / IL) and the left-wing libertarian Free (Livre / L) (Lisi, Sanches, & dos Santos Maia, 2020).

In an interview prior to the election, political scientist Pedro Magalhães described a scenario of "total uncertainty", in which the "closer proximity between parties" translates into high competitiveness (SIC

Notícias, 2022). In addition, the researcher identifies several extra doubts. On the one hand, the most contested elections are usually mobilizing because "people feel that their vote can be more decisive"; on the other hand, the COVID-19 pandemic meant hundreds of thousands of voters would be in isolation, which could be a demobilizing factor. Also, while competitiveness can encourage tactical voting – in which one votes against the victory of a particular party – the polls revealed the potential rise of some new parties. All things considered, the relevance of this electoral moment is clear.

4. Method

This study aims to contribute to the debate on normalization and equalization by comparing the use of Facebook and user engagement of (1) new and established parties and (2) more resourceful and less resourceful parties during the 2022 National Election in Portugal.

Regarding longevity, in line with Rosa et al. (2022), we consider new parties those that emerged after the Web 2.0 advent. If we consider that Facebook became publicly available in 2006, there is a clear distinction between parties formed pre-social media (established parties) and post-social media (new parties). Table 1 presents the parties' foundation years and the division between established and new parties.

Table 1: Established and new parties

	Parties	Foundation year
Established	Portuguese Communist Party + Ecologist Party (CDU)	1974 / 1982
	People's Party (CDS-PP)	1975
	Social Democratic Party (PSD)	1975
	Socialist Party (PS)	1975
	Left Bloc (BE)	1999
New	People-Animals-Nature (PAN)	2011
	Free (L)	2014
	Liberal Initiative (IL)	2017
	Enough (CH)	2019

Regarding resources, we used the campaign expenses in the Portuguese 2022 National Election as a proxy, which is publicly available information. Since we found no theoretical recommendations for the division between parties based on resources, and due to the existence of extreme values, we chose to use the median to find a central value and then divide the parties into two groups. In this case, the median value is equivalent to the Left Bloc (BE) campaign expenses, so we had to decide which group to place this party in. Considering its closer proximity to the budget of the Liberal Initiative (IL) than the Unitary Democratic Coalition (CDU), this party was placed in the group of wealthier parties. Table 2 aggregates the information regarding the parties' campaign expenses and their division into more and less resourceful parties.

Table 2: More resourceful and less resourceful parties

Parties		2022 National Election Campaign expenses (€)
More resourceful	PS	3 388 778
	PSD	1 858 865
	CH	615 390
	IL	599 002
	BE	590 428
	Total	7 052 463
Less resourceful	CDU	551 771
	CDS-PP	299 660
	PAN	252 030
	L	59 650
	Total	1 163 111

(Source: Entidade das Contas e Financiamentos Políticos / Secretaria-Geral do Ministério da Administração Pública¹)

We adopted a social media analytics approach, analyzing all the posts published by every party with parliamentary representation ($n = 1.383$) during the 28 days before the election (3rd January – 30th January 2022). Data was collected using CrowdTangle, a public insights tool from Meta. In line with recent research (Bene, 2021), we approach Facebook performance as a multidimensional concept by analyzing activity (number of posts), number of followers, and level of user engagement (likes, reactions, comments, and shares). Despite the recent decline in Facebook use by younger generations, this platform is still the most used network in Portugal, especially among older groups (Newman, Fletcher, Robertson, Eddy, & Nielsen, 2022), which vote significantly more (Magalhães, 2022).

5. Results and Discussion

5.1. Activity

The first level of analysis is activity. Table 3 presents data regarding the parties' foundation year, the year of Facebook adoption, and the number of posts during the electoral campaign for the 2022 National Election.

Table 3: Facebook activity

Parties		Number of posts	Posts/party
Established	CDU	208	168.00
	CDS-PP	103	
	PSD	201	
	PS	169	
	BE	159	
Total		840	

¹ Available [here](#).

New	PAN	174	135.75
	L	92	
	IL	97	
	CH	180	
Total		543	
More resourceful	PS	169	161.20
	PSD	201	
	CH	180	
	IL	97	
	BE	159	
Total		806	
Less resourceful	CDU	208	144.25
	CDS-PP	103	
	PAN	174	
	L	92	
Total		577	

Theoretically, more active parties can communicate more messages to their audience and establish a more robust connection with their followers (Bene, 2021). In this case, we found that established parties posted more frequently than new parties, and more resourceful parties were also more active than less resourceful parties, both in absolute and relative terms.

Despite not being a substantial difference, we would expect newer and less wealthy parties to be “comparably more ardent in their posting to their Facebook Pages” to attempt to compensate for the limited access to traditional media (Larsson, 2016, p. 288). Therefore, the activity dimension favors the normalization perspective. One possible explanation is that old players have more content due to their routine political activity – and new parties can find it hard to produce comparable volume (Lev-On & Haleva-Amir, 2018), and also that parties with a higher budget can afford to have a more sophisticated activity (Jacobs & Spierings, 2016).

5.2. Popularity, commitment, and virality

Increased user engagement on social media indicates that parties perform better and have a successful digital communication strategy (Magin, Podschuweit, Haßler, & Russmann, 2017). Table 4 presents the Facebook reach and user engagement data for every party during the Portuguese 2022 National Election.

Table 4: Followers, reactions, likes, comments and shares

Parties		Followers (mean)	Reactions	Likes	Comments	Shares
Established	CDU	19 797	39 627	36 172	1 445	25 108
	CDS-PP	42 005	15 706	14 470	1 574	2 786
	PSD	164 097	136 626	123 236	20 193	19 134
	PS	99 945	105 170	92 536	23 855	12 322
	BE	8 808	17 772	14 060	1 512	5 842
	Total	334 652	314 901	280 474	48 579	65 192
New	PAN	166 651	18 597	14 236	4 199	3 502
	L	30 982	6 742	5 958	857	993
	IL	117 544	96 662	89 075	8 054	10 939
	CH	143 875	163 439	144 064	31 169	22 916
	Total	459 052	285 440	253 333	44 279	38 350
More resourceful	PS	99 945	105 170	92 536	23 855	12 322
	PSD	164 097	136 626	123 236	20 193	19 134
	CH	143 875	163 439	144 064	31 169	22 916
	IL	117 544	96 662	89 075	8 054	10 939
	BE	8 805	17 772	14 060	1 512	5 842
	Total	534 266	519 669	463 971	85 783	70 153
Less resourceful	CDU	19 797	39 627	36 172	1 445	25 108
	CDS-PP	42 005	15 706	14 470	1 574	2 786
	PAN	166 651	18 597	14 236	4 199	3 502
	L	30 982	6 742	5 958	857	993
	Total	259 435	80 672	70 836	7 075	32 389

First, we can compare the number of followers since this dimension indicates a political actor's level of exposure and interest (Zamir, 2023). Considering longevity, new parties have substantially more followers than established parties (459 052 vs. 334 652), and this value is even more significant in relative terms (average followers per party: 114 763 vs. 66 930). An independent t-test confirms that new parties maintain significantly more followers than established parties ($t(1342.88) = -19.342, p < 0.001$). It is particularly noteworthy if we consider the difference in account longevity: it would be expected that established parties have developed dedicated communities over time (Lev-On & Haleva-Amir, 2018). Thus, this result suggests an equalization movement.

However, looking through the lens of resources, it is observed that more affluent parties have more followers than parties with fewer resources (534 266 vs. 259 435; average followers per party: 106 853 and 64 858, respectively). An independent t-test confirms that the mean difference between more wealthy and less wealthy parties' followers is statistically significant ($t(1121.567) = -12.134, p < 0.001$). This result points towards a normalization dynamic.

Secondly, we must analyze the four main types of engagement on Facebook: liking/reacting, commenting, and sharing. According to Kim and Yang (2017), these represent increasing levels of

involvement: a like or reaction is the lowest level, requiring only one click; commenting is assumed as an intermediate level, as it requires extra cognitive effort and can appear publicly in the news feed; sharing is considered the highest level of involvement, as it appears on the user's page and, therefore, is seen as a strategic behavior related to self-presentation and identity. Other authors also conceptualize likes in terms of popularity, comments in terms of commitment, and shares in terms of virality (Bonsón & Ratkai, 2013; Serra-Silva et al., 2018), a terminology we adopt here.

In absolute terms, both the longevity and the resources criteria point to a normalization trend. As shown by Table 4, both established and more resourceful parties achieved higher engagement across all metrics. However, this conclusion can be misleading, especially considering that the groups are not constituted by the same number of parties. Therefore, it is essential to analyze the data in relative terms. Table 5 presents the parties' average popularity, commitment, and virality.

Table 5: Popularity, commitment and virality

Parties		Popularity		Commitment		Virality	
		Average number of likes per post		Average number of comments per post		Average number of shares per post	
Established	CDU	187.56	333.90	6.95	57.83	120.71	77.61
	CDS-PP	140.49		15.28		27.05	
	PSD	679.73		100.46		95.19	
	PS	547.55		141.15		72.911	
	BE	88.43		9.51		36.74	
New	PAN	81.82	466.54	24.13	81.55	20.13	70.63
	L	73.28		9.32		10.79	
	IL	918.30		83.03		112.77	
	CH	800.36		173.16		127.31	
More resourceful	PS	547.55	574.41	141.15	105.19	72.91	88.28
	PSD	679.73		100.46		95.19	
	CH	800.36		173.16		127.31	
	IL	918.30		83.03		112.77	
	BE	88.43		9.51		36.74	
Less resourceful	CDU	187.56	122.77	6.95	13.99	120.71	56.13
	CDS-PP	140.49		15.28		27.05	
	PAN	81.82		24.13		20.13	
	L	73.28		9.32		10.79	

Through the analysis of Table 5, we can see that new parties score higher in terms of popularity (466.54 vs. 333.90) and commitment (81.55 vs. 57.83), but established parties are slightly more viral (77.61 vs. 70.63). We conducted independent t-tests to verify if the mean difference was statistically significant. The t-tests confirmed that new parties score significantly higher in terms of popularity ($t(778.537) = -5.063$, $p < 0.001$) and commitment ($t(1255.230) = -2.334$, $p < 0.05$). Regarding virality, unsurprisingly, established parties' superiority in terms of shares is not statistically significant ($t(966.079) = 1.053$, $p = 0.292$). Although the ability of established parties to produce viral content – the highest level of user

engagement – should still be noted, overall, these results suggest an equalization effect. In Portugal, Facebook might indeed be “a leveling force of political competition” (Bene, 2021, p. 16) between old and new parties, as recently reported (Rosa et al., 2022).

However, the interpretation is quite different if we adopt the resources criteria. The results indicate that the wealthier parties receive a lot more likes (almost five times more), comments (seven times more), and shares (88.28 vs. 56.13). Independent t-tests were conducted and attest that parties with more budget are more popular ($t(902.841) = -26.057, p < 0.001$), inspire more commitment ($t(907.062) = -10.559, p < 0.001$), and are more viral ($t(1281.464) = -5.243, p < 0.001$).

To further explore these results, we conducted Pearson correlation tests to examine the relationship between longevity/money and social media success. Regarding longevity, we found only one significant positive but weak relationship between likes and the foundation year ($r = 1.114, p < 0.001$). This data suggests that as the year increases, the popularity also increases, i.e., new parties tend to gather more likes on Facebook. Regarding commitment, the relationship was positive but very weak and, therefore, nonsignificant ($r = 0.044, p = 0.104$). On the contrary, we found a weak, negative, and almost significant relationship between virality and foundation year ($r = 0.052, p = 0.53$), which alludes to the viral potential of established parties.

With regards to money, we found positive, albeit weak, significant correlations between campaign expenses and all the engagement variables: popularity ($r = 0.293, p < 0.001$), commitment ($r = 0.191, p < 0.001$), and shares ($r = 0.074, p < 0.01$). Thus, we find stronger dynamics of normalization rather than equalization, in line with Pina (2018).

Finally, it is important to acknowledge the individual characteristics that the means hide. Scoring high in every engagement metric, Liberal Initiative (IL) and Enough (CH) stand out as the strongest players on social media, which might be related to their somewhat unconventional and confrontational style (Rosa et al., 2022). These results align with research in other countries that indicate that right-wing actors (Larsson, 2020) – as well as populist parties (Larsson, 2022) – are more successful in engaging audiences than their competitors.

It is striking that PAN – considered a success case in Facebook communication when it was the newest party (Serra-Silva et al., 2018) – is now one of the least popular and least viral parties. This result contradicts the idea that green parties perform better on social media (Gibson & McAllister, 2015). Some authors attribute this relative decline to PAN’s moderate position in the center-left and the fact that it is the oldest of the new parties (Rosa et al., 2022).

It is also relevant to note the performance of CDU – the coalition which includes the oldest party of Portuguese politics – regarding virality. This result supports the idea that, like the far-right, extreme-left parties perform well on social media (Jacobs & Spierings, 2016) because political extremes tend to use populist communication online (Ernst, Engesser, Büchel, Blassnig, & Esser, 2017).

6. Conclusion

In this study, we aim to contribute to the debate on the potential normalization and equalization of political power on social media by analyzing the Facebook activity of Portuguese political parties during the 2022 National Election. We did so comprehensively by examining four significant dimensions, grouped into two binomials: supply-demand and longevity-resources.

On the supply side, although the difference is not substantial, we found a normalization movement, with older parties and wealthier ones posting more frequently (RQ1). This result contradicts the idea that established parties with more resources invest more in traditional media communication to the detriment of digital communication (Chen, 2010; Magin et al., 2017). Today, Portuguese established parties have caught up with new parties in adopting new technologies, as argued by Gibson (2020).

On the demand side, the results are contradictory (RQ2). Using the criterion of longevity, the results point to an equalization trend, as suggested by Rosa et al. (2022): new parties maintain larger communities, are more popular (in terms of likes), and generate greater engagement (more comments). Still, it is worth noting that older parties excel in the virality field (shares), demonstrating a significant ability to adapt to the logic of social media. You can, indeed, teach an old dog new tricks.

However, adopting the resources approach, we observe a clear normalization pattern: parties with more money have more than double the number of followers, are the most popular, stimulate more interaction, and are more viral. Furthermore, these relationships are statistically more robust than in the case of longevity. These results corroborate the findings of Santana-Pereira (2023) and Pina (2018), who predicted that, in Portugal, "the trend towards normalization will persist, and parties with more resources will achieve better results also online" (p. 244).

These findings depict a landscape of two contradictory yet coexisting realities, which represent well the complex discussion on the broader relationship between social media and democracy. On the one hand, social media have a democratizing effect because they provide new players with a voice – and a louder voice than ever before (Jenkins, Ford, & Green, 2013; Norris, 2001). On the other hand, social media primarily maintain the status quo (Tormey, 2015) and benefit the richer and more powerful (van Dijck, 2020). Indeed, wealthy parties are expected to become even wealthier through their capacity to invest in social media (Koc-Michalska et al., 2016). The fact that we found a significant relationship between money and success on social media using campaign expenses as a proxy and not ad spending is even more revealing of the dynamics between money and power. It appears that, in contrast to The Beatles' famous lyrics, money can indeed buy political parties some love.

This study contributes to the literature in two main ways. First, it provides evidence from a country understudied in this field – mitigating the "Anglo-American bias of most research on the subject" (Vanden Eynde et al., 2022, p. 749) – using a comparative perspective that adds new layers of complexity and offers new interpretative possibilities.

Second, it seeks to contribute to the international literature by reinforcing the need to clarify the concepts and the criteria used in the normalization and equalization debate. We are by no means the first to use different criteria to study this phenomenon. Magin et al. (2017), for example, also analyzed both the longevity and resources dimensions, although their results were consistent between the two

approaches. Our argument is that (1) there is a tendency to assume a correlation between longevity and resources, which is not always the case, as we have demonstrated; and (2) seemingly contradictory results in the normalization-equalization debate might be due to different criteria.

This study is not without limitations. One of them is that we lacked theoretical guidelines for categorizing parties in terms of resources. It could be argued that the results could be different if the Left Bloc (BE) had been included in the group of parties with fewer resources. To address this limitation and enhance the research robustness, we conducted an alternative version of all the tests, considering BE part of the less resourceful parties group. Not only did the results remain the same, but the gap between richer and poorer parties became even more evident. It could also be suggested that the significant discrepancy in the money spent by parties could justify creating more than two groups. While the significant correlations between money and user engagement reinforce the results found in the differences between means, we would have indeed obtained richer information about the dynamics at different levels. A final limitation is the absence of data on ad spending on social media networks, which could have provided a more comprehensive view of the parties' online visibility. Future studies could consider including this level of analysis and examine the budget explicitly allocated to digital communication.

7. References

- Bene, M. (2021). Who reaps the benefits? A cross-country investigation of the absolute and relative normalization and equalization theses in the 2019 European Parliament elections. *New Media & Society*, 25(7), 1708-1727. doi:10.1177/14614448211019688
- Blumler, J. G. (2016). The fourth age of political communication. *Politiques de communication*, 6(1), 19-30. doi:10.3917/pdc.006.0019
- Blumler, J. G., & Kavanagh, D. (1999). The Third Age of Political Communication: Influences and Features. *Political Communication*, 16(3), 209-230. doi:10.1080/105846099198596
- Bonsón, E., & Ratkai, M. (2013). A set of metrics to assess stakeholder engagement and social legitimacy on a corporate Facebook page. *Online Information Review*, 37, 787-803. doi:10.1108/OIR-03-2012-0054
- Braga, S. S., Rocha, L. C., & Carlomagno, M. C. (2017). Estratégias de comunicação digital dos partidos brasileiros e Portugueses: um estudo comparado. *Análise Social*, 52(223), 328-359. Retrieved from <https://www.jstor.org/stable/44322651>
- Chadwick, A. (2017). *The Hybrid Media System: Politics and Power*. New York: Oxford University Press.
- Chen, P. (2010). Adoption and use of digital media in election campaigns: Australia, Canada and New Zealand. *Public Communication Review*, 1, 3-25. doi:10.5130/pcr.v1i1.1249
- Corrado, A., & Firestone, C. (1996). *Elections in Cyberspace: Toward a New Era in American Politics*. Washington, D.C.: Aspen Institute.

- Ernst, N., Engesser, S., Büchel, F., Blassnig, S., & Esser, F. (2017). Extreme parties and populism: an analysis of Facebook and Twitter across six countries. *Information, Communication & Society*, 20(9), 1347-1364. doi:10.1080/1369118X.2017.1329333
- Fernandes, J. M., & Magalhães, P. C. (2020). The 2019 Portuguese general elections. *West European Politics*, 43(4), 1038-1050. doi:10.1080/01402382.2019.1702301
- Figueiras, R. (2019). Mediatização 2.0: A integração das redes sociais na praxis política. In B. C. Reis & S. R. Magos (Eds.), *Comunicação Política* (pp. 45-74). doi:10.26619/978-989-8191-99-1.2
- García-Orosa, B. (2022). Comunicação Política Digital na Lusofonia: Plataformização e Engajamento. *Revista Lusófona De Estudos Culturais*, 9(1), 155-167. doi:10.21814/rlec.3765
- García-Orosa, B., Vázquez-Sande, P., & López-García, X. (2017). Narrativas digitales de los principales partidos políticos de España, Francia, Portugal y Estados Unidos. *Profesional de la Información*, 26(4), 589-601. doi:10.3145/epi.2017.jul.03
- Gibson, R. K. (2020). *When the Nerds Go Marching In: How digital technology moved from the margins to the mainstream of political campaigns*. New York: Oxford University Press.
- Gibson, R. K., Lusoli, W., & Ward, S. (2008). Nationalizing and Normalizing the Local? A Comparative Analysis of Online Candidate Campaigning in Australia and Britain. *Journal of Information Technology & Politics*, 4(4), 15-30. doi:10.1080/19331680801979070
- Gibson, R. K., & McAllister, I. (2015). Normalising or Equalising Party Competition? Assessing the Impact of the Web on Election Campaigning. *Political Studies*, 63(3), 529-547. doi:10.1111/1467-9248.12107
- Jacobs, K., & Spierings, N. (2016). *Social Media, Parties, and Political Inequalities*. New York: Palgrave Macmillan.
- Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2013). *Spreadable Media: Creating Value and Meaning in a Networked Culture*. New York: New York University Press.
- Jungherr, A., & Schroeder, R. (2021). *Digital Transformations of the Public Arena*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kim, C., & Yang, S.-U. (2017). Like, comment, and share on Facebook: How each behavior differs from the other. *Public Relations Review*, 43(2), 441-449. doi:10.1016/j.pubrev.2017.02.006
- Klinger, U. (2013). Mastering the Art of Social Media. *Information, Communication & Society*, 16(5), 717-736. doi:10.1080/1369118X.2013.782329
- Koc-Michalska, K., Lilleker, D. G., Smith, A., & Weissmann, D. (2016). The normalization of online campaigning in the web.2.0 era. *European Journal of Communication*, 31(3), 331-350. doi:10.1177/0267323116647236
- Lam, S. Y. B., Cheung, M. F. M., & Lo, W. H. (2021). What matters most in the responses to political campaign posts on social media: The candidate, message frame, or message format? *Computers in Human Behavior*, 121, 1-13. doi:10.1016/j.chb.2021.106800

- Larsson, A. O. (2016). Online, all the time? A quantitative assessment of the permanent campaign on Facebook. *New Media & Society*, 18(2), 274-292. doi:10.1177/1461444814538798
- Larsson, A. O. (2020). Right-wingers on the rise online: Insights from the 2018 Swedish elections. *New Media & Society*, 22(12), 2108-2127. doi:10.1177/1461444819887700
- Larsson, A. O. (2022). Picture-perfect populism: Tracing the rise of European populist parties on Facebook. *New Media and Society*, 24(1), 227-245. doi:10.1177/1461444820963777
- Lev-On, A., & Haleva-Amir, S. (2018). Normalizing or equalizing? Characterizing Facebook campaigning. *New Media & Society*, 20(2), 720-739. doi:10.1177/1461444816669160
- Lisi, M. (2013). The professionalization of campaigns in recent democracies: The Portuguese case. *European Journal of Communication*, 28(3), 259-276. doi:10.1177/0267323113475463
- Lisi, M., Sanches, E. R., & dos Santos Maia, J. (2020). Party System Renewal or Business as Usual? Continuity and Change in Post-Bailout Portugal. *South European Society and Politics*, 25(2), 179-203. doi:10.1080/13608746.2020.1862498
- Magalhães, P. (2022). Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019. Retrieved from <https://gulbenkian.pt/forum-futuro/participacao-politica-dos-jovens-em-portugal/>
- Magin, M., Podschuweit, N., Haßler, J., & Russmann, U. (2017). Campaigning in the fourth age of political communication. A multi-method study on the use of Facebook by German and Austrian parties in the 2013 national election campaigns. *Information, Communication & Society*, 20(11), 1698-1719. doi:10.1080/1369118X.2016.1254269
- Margolis, M., & Resnick, D. (2000). *Politics As Usual: The Cyberspace "Revolution"*. London: Sage Publications, Inc.
- Newman, N., Fletcher, R., Robertson, C. T., Eddy, K., & Nielsen, R. K. (2022). Reuters Institute Digital News Report 2022. Retrieved from https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital_News-Report_2022.pdf
- Norris, P. (2001). *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P. (2003). Preaching to the Converted?: Pluralism, Participation and Party Websites. *Party Politics*, 9(1), 21-45. doi:10.1177/135406880391003
- Perloff, R. M. (2021). *The Dynamics of Political Communication: Media and Politics in a Digital Age* (3rd ed.). New York: Routledge.
- Pina, M. S. F. F. (2018). O uso da internet pelos políticos em campanhas eleitorais: Portugal Legislativas 2015. (Ciência Política, Especialidade Política Comparada Doctoral thesis). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa,
- Ramos-Serrano, M., Fernández Gómez, J. D., & Pineda, A. (2018). 'Follow the closing of the campaign on streaming': The use of Twitter by Spanish political parties during the 2014 European elections. *New Media & Society*, 20(1), 122-140. doi:10.1177/1461444816660730

- Rosa, J., Telles, A., Ruiz, C., Karadeniz, O., Bacaksizlar Turbic, N. G., Tosat, C., . . . Pallacci, V. (2022). Exploring User Engagement with Portuguese Political Party Pages on Facebook: Data Sprint as Workflow. *Revista Dígito*s, 127-154. doi:10.7203/drdcd.v1i8.233
- Salgado, S. (2019). Never Say Never... Or the Value of Context in Political Communication Research. *Political Communication*, 36(4), 671-675. doi:10.1080/10584609.2019.1670902
- Santana-Pereira, J. (2023). Election Campaigns. In J. M. Fernandes, P. C. Magalhães, & A. C. Pinto (Eds.), *The Oxford Handbook of Portuguese Politics* (pp. 262-275). Oxford: Oxford University Press.
- Santos, S. C., & Bicho, C. P. (2016). Eleições autárquicas 2.0: análise das estratégias de comunicação online de candidatos, partidos e movimentos independentes. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 189-210. Retrieved from <http://journals.openedition.org/spp/2406>
- Serra-Silva, S., Carvalho, D. D., & Fazendeiro, J. (2018). Party-citizen online challenges: Portuguese parties' Facebook usage and audience engagement. In M. C. Lobo, F. C. d. Silva, & J. P. Zúquete (Eds.), *Changing societies: legacies and challenges*. Vol. 2. *Citizenship in crisis* (pp. 185-214). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SIC Notícias. (2022, January 27). "Incerteza é total" para as eleições legislativas. Retrieved from <https://sicnoticias.pt/especiais/eleicoes-legislativas/2022-01-27-incerteza-e-total-para-as-eleicoes-legislativas>
- Sobaci, M. Z. (2018). Inter-party competition on Facebook in a non-election period in Turkey: equalization or normalization? *Southeast European and Black Sea Studies*, 18(4), 573-591. doi:10.1080/14683857.2018.1548140
- Tormey, S. (2015). *The End of Representative Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Van Aelst, P., van Erkel, P., D'heer, E., & Harder, R. A. (2017). Who is leading the campaign charts? Comparing individual popularity on old and new media. *Information, Communication & Society*, 20(5), 715-732. doi:10.1080/1369118X.2016.1203973
- van Dijck, J. (2020). *The Digital Divide*. Cambridge: Polity Press.
- Vanden Eynde, G., Put, G. J., & Maddens, B. (2022). The coming of age for paid digital campaigning: equalization or normalization in the 2019 Belgian federal elections? *Online Information Review*, 47(4). doi:10.1108/OIR-12-2021-0679
- Wright, S. (2011). Politics as usual? Revolution, normalization and a new agenda for online deliberation. *New Media & Society*, 14(2), 244-261. doi:10.1177/1461444811410679
- Zamir, S. (2023). Explaining Online Personalized Politics: A Cross-National Comparative Analysis of Social Media Consumption of Parties and Leaders. *Political Studies Review*, 0(0), 14789299221147458. doi:10.1177/14789299221147458

Como perder uma eleição

How to lose an election

Sara Luísa de Oliveira Novais Torres

Faculdade de Letras – Universidade do Porto

up201200839@up.pt



O livro “Como perder uma eleição” de Luís Paixão Martins, publicado no ano de 2023, oferece uma análise instigante sobre os erros mais comuns que levam campanhas eleitorais ao fracasso. A monografia é composta por dez capítulos que não constituem uma disposição tradicional.

O autor elabora uma contextualização teórico-prática sobre consultoria política, seguida da enumeração e explicação dos oito erros a evitar numa campanha eleitoral e termina com uma reflexão sobre a evolução do conselho de comunicação. O estudo das técnicas da ciência política, do marketing político e da comunicação estratégica permite a criação de campanhas eleitorais impactantes e capazes de influenciar as escolhas dos eleitores. Através da combinação dessas áreas de investigação,

é possível obter instrumentos de análise e informações essenciais para efetuar projeções e previsões no desenrolar do período eleitoral.

Ao longo do livro, o autor parte de uma questão central: quais os fatores comunicacionais e estratégicos que estão associados à perda de uma eleição?

Começamos mesmo pelo princípio, o título do livro, que reporta, ironicamente, para “Como perder uma eleição”, quando na realidade é demonstrado, com recurso a sustentação bibliográfica evolutiva e variada de comunicação política e de relações públicas, assim como na vasta experiência profissional de Luís Paixão Martins, o que não se deve fazer para ganhar uma eleição. Claro está, se o objetivo for ganhar!

Luís Paixão Martins inaugurou a sua trajetória profissional no jornalismo através da Rádio Renascença, na década de 70. Posteriormente, entre 1979 e 1986, trabalhou na Rádio Comercial, no Jornal Novo e no Diário de Notícias. Em 1986, inicia a sua carreira como consultor de comunicação e fundou a LPM Comunicação, uma empresa líder no mercado português de comunicação e relações-públicas, que marca o início da sua carreira como *Spin Doctor*.

Sob a sua liderança, a LPM foi responsável por campanhas políticas icónicas, como a que garantiu a maioria absoluta nas eleições presidenciais de Aníbal Cavaco Silva em 2006, bem como as campanhas legislativas que elegeram os primeiros-ministros, do Partido Socialista (PS), José Sócrates em 2005 e António Costa em 2022¹.

São "pequenos detalhes", como a seleção da cor da gravata para um debate político, a utilização de maquilhagem, o slogan da campanha eleitoral, os *soundbites*, a cor do símbolo do partido para uma campanha específica, a participação em comícios/arruadas, o contato com os cidadãos, a definição do programa eleitoral, que podem exercer uma influência decisiva na tomada de decisão dos eleitores no derradeiro dia de deslocação às urnas.

As sondagens, os empates técnicos, o candidato que vai vencer as eleições, são frases proferidas, vezes sem conta, durante o processo eleitoral que destacam a importância dos estudos eleitorais. Os estudos eleitorais promovem a “eficiência da comunicação da campanha” (L. P. Martins, 2023, p. 56), assim como o acompanhamento das mudanças comportamentais que, hodiernamente, exaltam o conteúdo.

O palco televisivo, de debates frente a frente, entre os diversos candidatos com tempo controlado, tomando o Jornalista como *host* ou protagonista e mediador (especialmente temporal), constituem um dos momentos áureos da campanha eleitoral que bem conduzido pelo candidato pode corresponder a mais votantes ou melhor posicionamento, caso contrário pode-se transformar numa arena de “combate de boxe tailandês” (L. P. Martins, 2023, p. 99).

Apontado como o primeiro debate político da história transmitido na televisão (ainda a preto e branco), em 1960, Kennedy e Nixon foram uma importante fonte para o estudo da influência das características e comportamentos dos candidatos durante o cenário político, para construção da imagem pública aliada a estratégias comunicacionais. No entanto, o jornal Público publicou uma notícia a declarar que o primeiro debate televisivo decorreu em 1956, transmitido pela CBS, entre duas

¹ Biografia elaborada com recurso à Wikipédia (2024)

mulheres, Eleanor Roosevelt e Margaret Chase Smith, como representantes escolhidas pelos seus respetivos partidos (A. Martins, 2024).

A regulação dos debates constitui uma importante ferramenta democrática de promoção da igualdade de oportunidades, transparência informativa, prevenção de manipulação e possíveis abusos, acesso à informação e participação cidadã.

A certa altura da campanha, também é frequente o uso de fatores como relações pessoais, elos emocionais ou afetivos, relacionados com os candidatos para a cena política (exemplo do livro: o gato de Rui Rio, candidato do Partido Social Democrata (PSD), o Zé Albino). De acordo com o autor, a campanha eleitoral funciona como uma série de televisão, repleta de episódios em múltiplos cenários diferentes.

Em correlação, está a política de campanha negra e o perigo iminente de “gozar” com os telhados de vidro do outro candidato. A falha de gestão do processo de transmissão de informações sensíveis, com consequências na vida económica e no dia-a-dia dos eleitores, através de uma comunicação fria e direta, com isenção de expressão de emoções e sentimentos, é também um possível fator de fracasso. O autor dá o exemplo de Pedro Passos Coelho durante a anunciação das medidas a adotar durante a presença da Troika em Portugal. A falta da “muleta comunicacional” (L. P. Martins, 2023, p. 146) ditou o insucesso da sua governação, desde esse mesmo dia.

Nesta demanda estão, os acontecimentos negativos ou significativamente marcantes, como escândalos, decisões controversas, ligações questionáveis ou irregularidades financeiras, que podem ocorrer antes ou depois do período eleitoral e acompanhar um candidato ao longo da campanha. Em vez de contribuírem para a consolidação de um partido ou governo, os “ativos tóxicos” comprometem a imagem pública, reduzem a aceitação por parte do eleitorado, enfraquecem as campanhas e reduzem a confiança dos eleitores.

O autor detalha os “ativos tóxicos” que perseguiram as eleições de Pedro Santana Lopes, nomeadamente a demissão de Durão Barroso de primeiro-ministro do governo português liderado pelo PSD para assumir o cargo de presidente da Comissão Europeia, e o “calcanhar de Aquiles” de António Costa do PS foi (muito resumidamente) a TAP (Transportes Aéreos Portugueses).

Farwell (2012) alinha com Luís Paixão Martins – em contextos dispare, militar versus político - na medida em que ambos priorizam a comunicação estratégica, destacam a narrativa, enfatizam a importância da coerência e credibilidade, valorizam o papel das emoções e elaboram o planeamento e execução de campanhas, com fundamentação em estudos de caso e como consultores políticos.

Bernays (1928, pp. 37–46), tal como Martins, destaca a importância do papel das Relações Públicas na direção de uma campanha política e a necessidade emergente do desbotar de uma nova *Public Relations*, aliada à complexidade da propaganda moderna e desmistifica o real propósito da profissão, confundida com a designação de “novos propagandistas”. As Relações Públicas são uma importante área de estudo da comunicação estratégica, que “vestia” a aparência e passou a “envergar” a influência.

Contrariamente à opinião de Luís Paixão Martins, Chomsky (2002, pp. 174–175) critica o fanatismo criado através da propaganda que rapidamente se propagou porque “numa democracia é necessário controlar a mente das pessoas”. A propaganda foi utilizada por regimes totalitaristas e ditatoriais

(Alemanha, Itália, União Soviética, Espanha, Portugal, entre outros) como meio de comunicação em massa por meio da rádio, da televisão e da publicidade com o intuito de manipular.

E desde esse tempo, pós segunda guerra mundial, que não se vivenciava no mundo e na Europa um ambiente político tão polarizado e extremista que, infelizmente, incrementou o aparecimento de guerras como a invasão da Ucrânia, que perdura desde 2022.

A escalada de partidos populistas e extremistas no poder, a opacidade no tratamento de algumas questões governamentais, o crescente descrédito da figura *pater* do Estado, as cíclicas disparidades sociais e económicas e os escândalos que vão surgindo nos órgãos decisivos da República, aumentam a descrença dos cidadãos na política.

E como são os eleitores que vão ter a última palavra na hora do voto, exatamente por esse motivo, é tão importante a opinião pública e um público bem informado. De acordo com opinião do autor, as fontes de informação são promotoras fundamentais para no processo de comunicação. Ribeiro (2006), descreve os tipos de fontes informativas com base em Gans (1979): passivas, ativas, políticas, institucionais, oficiosas, provisórias, conhecidas e desconhecidas.

A sociedade da informação, e os pressupostos a si associados, proliferou a evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e a emergente utilização de plataformas digitais, como um veículo de difusão e disseminação de informação (Castells, Figueiredo, Espanha, Oliveira, & Cardoso, 2005). Para divulgação de conteúdos na internet têm sido utilizadas plataformas digitais como o Facebook, X (antigo Twitter), Youtube, websites e blogs.

O uso de fontes de informação sofisticadas pelos *media* traduz-se em informação credível e qualidade para os consumidores, agora “*prosumidores*”, e protagonizam um “*antivírus*” para a açambarcadora desinformação!

L. P. Martins (2023) descreve, de forma pormenorizada e autêntica, as campanhas eleitorais que participou e que resultaram em maioria absoluta para os três intitulados de “*animais políticos*”: José Sócrates, Aníbal Cavaco Silva e António Costa. Este é um manual de comunicação política de carácter prático com sustentação teórica que, de forma leve e irónica, demonstra ao leitor todas as ações de comunicação estratégica que são efetuadas pelos partidos políticos (incluindo marketing, publicidade, relações públicas, comunicação social, etc.) sem que, a grande maioria dos eleitores, se apercebam.

Tendo em conta que, as sondagens revelam um número elevado de indecisos (que maioritariamente mudam o seu voto à boca da urna) ... Uma campanha política nunca termina, é permanente, e começa logo no dia a seguir às eleições.

Referências Bibliográficas

Bernays, E. L. (1928). *Propaganda* (1st ed.).

Castells, M., Figueiredo, A., Espanha, R., Oliveira, J. M. P. de, & Cardoso, G. (2005). *A Sociedade em rede. A era da informação : economia, sociedade e cultura* (2.a ed, Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Chomsky, N. (2002). *Propaganda e Opinião Pública* . (Campo da Comunicação,Ed.). Brookline Street 1: South End Press. Retrieved 30 January 2025 from <https://www.wook.pt/livro/propaganda-e-opinioao-publica-noam-chomsky/111918>
- Farwell, J. P. (2012). *Persuasion and power: the art of strategic communication*. Washington, DC : Georgetown University Press. Retrieved 30 January 2025 from
- Martins, A. (2024, September 10). Tradição dos debates presidenciais nos EUA começou com duas mulheres. *Público*.
- Martins, L. P. (2023). *Como Perder uma Eleição* . Lisboa: Livros Zigate. Retrieved 30 December 2024 from
- Ribeiro, F. V. M. (2006). *Fontes sofisticadas de informação: análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*. http://aleph.lettras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000174975. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Retrieved 27 January 2025 from <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13047>
- Wikipédia. (2024). Luís Paixão Martins. Retrieved 30 January 2025, from https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Paix%C3%A3o_Martins

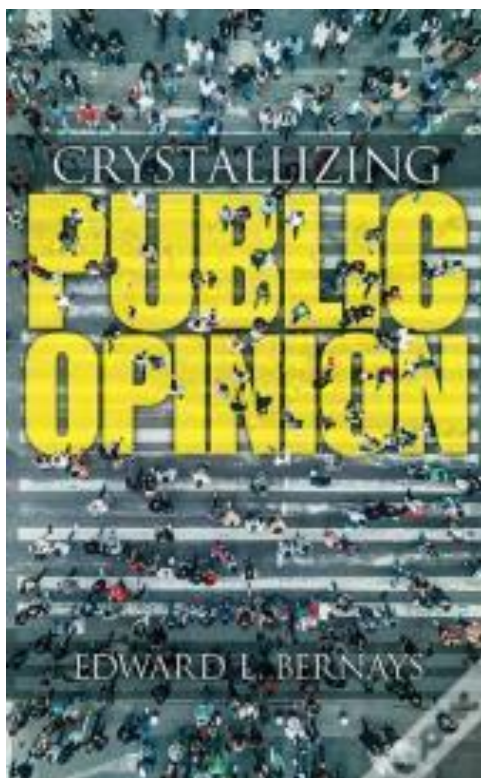
A Cristalização da Opinião Pública

Crystallizing Public Opinion

Isabel Miranda

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

up202400797@edu.letras.up.pt



A obra *Crystallizing Public Opinion*, escrita por Edward Bernays no início da década de 1920, representa uma tentativa conseguida de definir a profissão de Relações Públicas e os seus princípios fundamentais. Assumindo uma narrativa descritiva e repleta de exemplos práticos, Bernays oferece uma perspetiva pioneira sobre a prática das relações públicas, que se revelaria essencial para a compreensão e desenvolvimento desta disciplina.

Nascido em Viena em 1891, o sobrinho de Freud, é considerado um dos fundadores das relações públicas enquanto prática profissional, tendo aplicado conceitos da psicologia das

massas na manipulação do comportamento coletivo. Durante a Primeira Guerra Mundial, integrou o *Committee on Public Information*, experiência que moldou a sua abordagem ao combinar teorias psicológicas com comunicação corporativa e política. Autor de obras fundamentais, como *Propaganda* (1928), onde examina o papel da propaganda como instrumento de persuasão e manipulação das massas, e *Public Relations* (1952), em que traça um panorama histórico e consolida os princípios essenciais das relações públicas, Bernays influenciou profundamente a publicidade e a política do século XX. Visionário e controverso, liderou campanhas emblemáticas, como *Torches of Freedom*, que associava causas sociais a objetivos corporativos, definindo estratégias que transformaram o campo da comunicação e do marketing.

Organizado em 14 capítulos distribuídos por quatro partes, o livro inicia-se com a definição do âmbito e das funções do profissional de Relações Públicas. Dada a “recente expansão extraordinária da profissão e a escassez de informações disponíveis sobre ela” (Bernays, 1923, p. 11), o autor começa a obra com a explicação o papel e objetivos desta prática emergente, que denomina *Counsel on Public Relations*. Este profissional assume um papel multifacetado, abrangendo desde a função de “Intermediário entre o Público e o Cliente” até “Moldador de Opinião Pública”. Além disso, Bernays sublinha a sua relevância enquanto “Conselheiro Estratégico” (Bernays, 1923, pp. 56-57)

Segundo Bernays, uma das competências fundamentais do *Counsel on Public Relations* é a capacidade de compreender as dinâmicas sociais e culturais, de modo a antecipar reações e influenciar a formação de consensos na esfera pública (Bernays, 1923). Para além do domínio técnico e estratégico, o autor sublinha a relevância de uma atuação ética, enfatizando que este profissional deve contribuir positivamente para a sociedade, garantindo que as suas práticas promovem não apenas os interesses dos seus clientes, mas também o bem-estar público (Bernays, 1923, p. 218).

Este enquadramento revela a visão de Bernays sobre as Relações Públicas enquanto atividade essencial para a mediação entre organizações e sociedade, exigindo dos seus profissionais um compromisso ético e uma compreensão abrangente dos processos sociais.

No que concerne às relações públicas, Bernays apresenta-as como uma atividade estratégica de persuasão, fundamental para a gestão da perceção pública por parte de organizações, governos e figuras públicas. Enfatiza que, numa sociedade democrática, a utilização ética das relações públicas é essencial para informar e educar o público, promovendo uma interação equilibrada entre as instituições e a sociedade (Bernays, 1961, pp. 61-77).

É, no entanto, apenas na segunda parte do livro, *The Group and the Herd*, que Bernays apresenta a sua compreensão sobre o comportamento das massas e o processo de formação e moldagem da opinião pública explorando em profundidade a formação da opinião pública, destacando o seu carácter coletivo e a influência de fatores externos tais como os meios de comunicação, a educação parental, o ensino e as instituições sociais (Bernays, pp. 70-80). O autor argumenta que a opinião pública não se restringe a um reflexo das opiniões individuais, mas resulta de uma construção social dinâmica, frequentemente condicionada por forças externas e sugestões provenientes de figuras de autoridade. Esta análise evidencia a sua

compreensão da complexidade envolvida na criação de percepções e consensos nas sociedades modernas.

Esta abordagem de Bernays remete-nos para a utilização de estratégias deliberadas para moldar a opinião pública em prol de grupos ou instituições, o que reflete uma prática comunicacional baseada na persuasão unilateral. Este modelo de influência, em que o emissor controla o processo sem a promoção de um diálogo efetivo com o público, é característico da comunicação assimétrica. Nesse sentido, Bernays enfatiza que o *Counsel on Public Relations* deve atuar estrategicamente para criar novas autoridades ou descredibilizar as já existentes, com o objetivo de alterar percepções sem confrontar diretamente crenças profundamente enraizadas.

Assim, é possível afirmar que Edward Bernays defende predominantemente um modelo de comunicação assimétrica, ainda que, pontualmente, reconheça a necessidade de ouvir o público. O seu foco reside na persuasão estratégica e no controlo das percepções públicas em benefício das organizações que representa, o que se alinha com o modelo de comunicação assimétrica bidirecional, conforme descrito por Grunig e Hunt (1984).

No entanto, a credibilidade da comunicação não pode assentar apenas na persuasão estratégica, exigindo também que o público percecionasse mudanças reais na conduta da empresa e na postura dos seus dirigentes. Neste sentido, Ivy Lee introduziu a ideia de interação bidirecional entre o interesse público e a política empresarial, descrevendo-a como uma *two-way street*, expressão que se consolidou nas narrativas fundadoras das relações públicas (Ewen, 1996, p. 85).

É na terceira parte do livro, que o autor nos apresenta técnicas e métodos práticos para influenciar e persuadir o público. Bernays destaca a importância de utilizar meios de comunicação consolidados, como a imprensa, a rádio, o cinema e eventos públicos, enfatizando que a comunicação deve ser planeada e direcionada para moldar a opinião pública. Assim, ele reforça a sua visão de um modelo assimétrico, centrado no impacto unilateral da mensagem.

É também aqui que se introduz o conceito de segmentação do público, reforçando a necessidade de subdividir a sociedade em grupos específicos, tendo por base interesses comuns e características demográficas, com o intuito de maximizar a eficácia da comunicação. Bernays também reforça que o sucesso na comunicação depende da compreensão da sobreposição e da interação entre grupos distintos da sociedade (Bernays, 1923, p.142) permitindo ao *Counsel on Public Relations* formular apelos variados para atingir o maior número possível de indivíduos. Este processo de segmentação, segundo ele, é fundamental para atingir os diferentes interesses e motivações que coexistem em cada pessoa, dependendo dos grupos a que pertence.

São-nos, deste modo, apresentadas diversas técnicas e métodos fundamentais que os *Counsel on Public Relations* podem aplicar com o objetivo de influenciar e transformar a opinião pública, evidenciando a importância de uma comunicação estratégica, meticulosamente

planeada e intencional. Bernays salienta, ao longo da obra, que a eficácia da persuasão assenta não apenas na seleção criteriosa dos canais de comunicação, mas, sobretudo, na aplicação de métodos específicos que aproveitam as dinâmicas sociais e emocionais dos diferentes públicos-alvo. Entre as principais estratégias destacam-se a promoção de eventos públicos e ações simbólicas, a dramatização de ideias e o recurso a testemunhos de especialistas e líderes de opinião, cuja credibilidade reforça a legitimidade das mensagens transmitidas.

Estas técnicas não só refletem a abordagem pragmática e deliberada de Bernays na prática das relações públicas, como também mantêm uma notável atualidade, sendo amplamente observadas nas estratégias contemporâneas de comunicação institucional e empresarial, onde a combinação de apelos racionais e emocionais continua a ser determinante para o sucesso de campanhas e ações públicas.

A estratégia de comunicação da Philip Morris International no lançamento do IQOS exemplifica as técnicas de Edward Bernays ao combinar validação científica e apelos sociais. Tal como Bernays utilizava especialistas para legitimar campanhas, a empresa destacou estudos sobre a redução de substâncias nocivas para sustentar o marketing do produto. Associando o IQOS a valores de modernidade e sofisticação, aplicou o princípio de aspirações sociais e emocionais. Eventos exclusivos com *influencers* e jornalistas moldaram a opinião pública, evidenciando o poder das relações públicas na criação de notícias e na influência de comportamentos, conforme Bernays defendeu: *“For the public relations counsel must not only supply news—he must create news”* (1923, p. 183).

Embora Bernays não utilize explicitamente o termo "engenharia do consentimento" na terceira parte da obra, ele antecipa claramente este conceito, que sistematizou em *The Engineering of Consent* (1947), ao defender que uma comunicação eficaz exige um planeamento cuidadoso e deliberado, orientado para a formação de consenso público. Esta perspetiva reflete a sua visão pragmática sobre a prática das relações públicas, onde a persuasão estratégica deve ser conduzida de forma ética, com o objetivo de influenciar a opinião pública e orientar comportamentos de maneira controlada e intencional.

O que nos remete para a quarta e última parte onde Bernays finaliza discorrendo sobre as questões éticas subjacentes às práticas de Relações Públicas, realçando a responsabilidade inerente ao exercício desta profissão., sublinhando a importância da responsabilidade social do conselheiro como intermediário entre o cliente e o público. Embora o autor reconheça a necessidade de defender os interesses dos seus clientes, enfatiza que essa defesa deve ser conduzida de forma transparente e baseada na veracidade da informação transmitida. Este posicionamento reflete a tentativa de legitimar a prática das relações públicas enquanto atividade profissional séria e necessária numa sociedade democrática, na qual a comunicação estratégica desempenha um papel crucial na formação da opinião pública. No entanto, ao apresentar a ética como um meio para assegurar a credibilidade, Bernays parece assumir uma perspetiva pragmática, onde a responsabilidade ética é, em última análise, instrumental para a eficácia da comunicação. Este enfoque, ainda que válido no contexto de consolidação da profissão, pode ser criticado por priorizar a eficácia em detrimento de um compromisso ético

mais profundo, que transcenda os interesses dos clientes e valorize, acima de tudo, o bem comum.

Apesar de ter sido escrito antes da era digital, *Crystallizing Public Opinion*, mantém-se relevante ao fundamentar princípios que permanecem centrais na comunicação contemporânea. A comparação com tecnologias atuais, como *big data* e redes sociais, evidencia a intemporalidade das ideias de Bernays, uma vez que estas ferramentas, embora modernas, operam com base na segmentação precisa, na personalização de mensagens e na construção de narrativas estratégicas. Bernays demonstrou que a gestão da opinião pública está enraizada na influência simbólica e na adaptação às dinâmicas comunicacionais, tornando a sua obra uma referência essencial para compreender os alicerces das relações públicas atuais.

Referências Bibliográficas

- Bernays, E. L. (1961). *Crystallizing public opinion*. New York, NY: Liveright Publishing Corporation. (Original publicado em 1923)
- Bernays, Edward L. (1928). *Propaganda*. Michigan: Universidade de Michigan.
- Bernays, Edward L. (1952). *Public relations*. University of Oklahoma Press.
- Bernays, E. L. (1947). The Engineering of Consent. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 250(1), 113-120.
<https://doi.org/10.1177/000271624725000116>
- Ewen, Stuart. (1996). *PR! A social history of spin*. New York: Basic Books.
- Grunig, J. E., & Hunt, T. (1984). *Managing public relations*. New York, NY: Holt, Rinehart and Winston.
- Reuters. (2024, 23 de julho). Philip Morris delays US heated tobacco device pilot to fourth quarter. <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/philip-morris-delays-us-heated-tobacco-device-pilot-fourth-quarter-2024-07-23/>
- Reuters. (2024, 16 de julho). Health advocates target Philip Morris' US launch of heated tobacco. <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/campaigners-target-philip-morris-flagship-heated-tobacco-us-launch-2024-07-16/>